

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

MARCELO CAON

MEMÓRIA E CIDADE:
O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
EDIFICADO EM CAXIAS DO SUL 1974-1994

PORTO ALEGRE
FEVEREIRO 2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MEMÓRIA E CIDADE:
O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
EDIFICADO EM CAXIAS DO SUL 1974-1994

MARCELO CAON

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito para obtenção do grau
de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em História pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande
do Sul

Orientador: Maria Lúcia Bastos Kern

PORTO ALEGRE
FEVEREIRO 2010

C235m CAON, Marcelo.

Memória e cidade : o processo de preservação do patrimônio histórico edificado em Caxias do Sul 1974-1994 / Marcelo Caon – 2010.

153 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010.

Bibliografia: f. 143-153.

1. Patrimônio Histórico. 2. Patrimônio Público. 3. Preservação. 4. Caxias do Sul. I. Título.

CDU 35.073.515.4(816.5)

MARCELO CAON

MEMÓRIA E CIDADE:
O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
EDIFICADO EM CAXIAS DO SUL 1974-1994

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito para obtenção do grau
de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em História pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande
do Sul

Orientador: Maria Lúcia Bastos Kern

Aprovado em 30 de março de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Maria Lúcia Bastos Kern (Orientadora – PUCRS)

Ruth Maria Chittó Gauer (PPG – História PUCRS)

Luiza Horn Iotti (UCS RS)

À TOMYSE

AGRADECIMENTOS

Existem situações em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas, especialmente quando se trata da realização de um sonho.

Assim, para a conclusão deste trabalho pude contar com várias. E a essas pessoas prestarei, por meio de poucas palavras, os mais sinceros agradecimentos:

À professora Dr.^a Maria Lúcia Bastos Kern, orientadora deste trabalho, pelos conhecimentos, suporte e sua boa vontade;

Aos professores do curso de pós-graduação da PUC com quem aprendi e desenvolvi minha capacidade intelectual, bem como os funcionários pela atenção franqueada;

À professora Sr.^a Maria Beatriz Pinheiro Machado, singular presença nesta caminhada por seu auxílio, apoio e estímulo;

Aos professores do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul, em especial Roberto Radunz, Luíza Horn Iotti e Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami em Caxias do Sul e Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Porto Alegre, pela presteza;

Aos amigos e alunos, que foram importantes no alento necessário para a conclusão deste texto;

Aos familiares, com quem compartilho esta vitória, em particular a Gabriele Sebben Caon, amorosa companheira de todas as horas.

“O anjo da história tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros. Uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade.”

(Walter Benjamin)

RESUMO

O presente trabalho, ao estudar a preservação do patrimônio edificado em Caxias do Sul, durante 1974 e 1994, examina os primeiros movimentos sobre o tema, bem como os respectivos debates e a influência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas intervenções locais. Em decorrência das alterações do projeto moderno, as cidades foram resultados das projeções do ser humano na busca da realização das suas potencialidades. Entretanto, dentro da descoberta dos limites deste projeto, os movimentos preservacionistas criaram-se, primeiramente, na busca da identificação nacional e, mais tarde, na salvaguarda da memória como fator de oposição frente à aceleração hipermoderna do último quartel do século XX. Em um primeiro momento, este trabalho dedica-se a analisar a construção da cidade e a memória diante do projeto moderno que fragmenta a confiança dos seres humanos em um futuro afortunado. Em seguida, observam-se a formação do campo preservacionista no Brasil e as políticas de tombamento, bem como sua inserção na era da indústria cultural. Por fim, particulariza-se ao caso de Caxias do Sul como um exemplo de resistência da memória frente às alterações econômicas e culturais do final do século XX potencializadas a partir do processo de globalização. Ademais, pauta a relação entre o Instituto e os intelectuais locais que estão distribuídos na administração do Museu e Arquivo Municipal e na Universidade de Caxias do Sul, demonstrando as diferentes visões de mundo que postulavam os debates sobre a preservação.

Palavras-chave: Cidade. Memória. Patrimônio Histórico.

ABSTRACT

The present work presents the preservation of the patrimony built in Caxias do Sul, from 1974 to 1994, and examines the first activity on the subject as well as the respective debates and the influence of the National Historical and Artistic Patrimony in the local interventions. Result of the alterations of the modern project, the cities have been a product of the projections of the human being in the pursuit of the realization of his potentiality. However, within the discovery of the limits of this project, the preservation movements were primarily created in the pursuit of national identification and later on, in the protection of memory as an opposing factor against the hyper modern acceleration of the last quarter of the 20th century. Firstly, this work is dedicated to the analysis of the construction of the city and the memory versus the modern project that disintegrates the trust of human beings in a successful future. Secondly, the formation of the preservation field in Brazil and the tumbling policies are observed as well as the beginning of the cultural industry era. Lastly, the case of Caxias do Sul is detailed as an example of memory resistance against the economic and cultural alterations of the end of the 20th century made possible through the globalization process. The relation between the Institute and the local intellectuals who were allocated in the administration of the Museum and Municipal Archive and the Caxias do Sul University is listed, demonstrating the different visions of the world that postulated the debates about preservation.

Keywords: City. Memory. Historical Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Entroncamento da Avenida Júlio de Castilhos com Rua Dr. Montaury, em frente à Praça Dante Alighieri. Caxias do Sul, 1947. Fotógrafo: Reno Mancuso. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 2 - Hotel Bela Vista, localizado na Rua Marechal Floriano esquina com Rua Sinimbu. Caxias do Sul, década de 1940. Fotógrafo: não identificado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 3 - Prédio do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, localizado no entroncamento da Avenida Júlio de Castilhos com Rua Marquês do Herval. Caxias do Sul, 1947. Fotógrafo: Reno Mancuso. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 4 - Vista da fachada do Café Central, antigo prédio da Intendência Municipal. Localizado na rua Dr. Montaury, entre Avenida Júlio de Castilhos e Rua Sinimbu. O estabelecimento era de propriedade dos irmãos Zors. Caxias do Sul, 1908. Fotógrafo: Domingos Mancuso. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 5 – Vista da Fachada da Casa de Cultura Percy de Vargas Abreu e Lima. Localizado na rua Dr. Montaury, entre Avenida Júlio de Castilhos e Rua Sinimbu. Caxias do Sul 2009. Fotógrafo: Daniela Xu. Acervo: Marcelo Caon. O café que fica na entrada do Centro de Cultura está locado para a empresa MC Donald.

FIGURA 6 – Edifício Parque do Sol. Reprodução no Álbum do Centenário da Imigração Italiana, 1975. Fotógrafo: Não identificado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Considerado um dos maiores edifícios do estado que foi construído no início da década de 1970.

FIGURA 7 – Casa de Pedra. Obra da primeira intervenção de restauração. Caxias do Sul, 1974. Fotógrafo: Wanderley Rocha. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 8 – Casa de Pedra. Prefeito Mário Bernardino Ramos na inauguração do Museu Casa de Pedra. Caxias do Sul 14/02/1975. Fotógrafo: Basílio Scalco. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 9 - Casa de Pedra. Caxias do Sul. Dezembro de 2005. Fotógrafo: Sayonara Guaresi. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 10 – Monumento ao Imigrante. Caxias do Sul. Janeiro de 2006. Fotógrafo: Daniela Longoni. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 11 – Hospital Beneficente Santo Antônio. Caxias do Sul. 13/06/1931. Fotógrafo: Giácomo Geremia. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 12 – Antigo Hospital Carbone. Mesmo prédio do Hospital Santo Antônio. Caxias do Sul. 1979. Fotógrafo: Não identificado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 13 – Antigo Hospital Carbone após restauro funcionando como Arquivo Histórico Municipal. Fotógrafo: Mário André Coelho. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 14 – Vinícola E. Mosele & Cia, fundada em 1935 por Eduardo Mosele, José Jaconi e Fortunato Mosele. Caxias do Sul, 1948 Fotógrafo: Ulisses Geremia Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. A mesma foi destruída na década de 1980.

FIGURA 15 – Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, aprox.1935. Fotógrafo: Não identificado Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 16 – Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, aprox.1985. Antes de sua demolição. Fotógrafo: Não identificado Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 17 - Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, Outubro de 1988. Fotógrafo: Antônio Carlos Galvão Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 18 – Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, Fevereiro de 2006. Fotógrafo: Daniela Longoni. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 19 - Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, Fevereiro de 2006. Fotógrafo: Sayonara Guaresi. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 20 - Construção do teatro Apollo. Década de 1920. Caxias do Sul. Fotógrafo: não informado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 21 - Teatro Apollo. Década de 1930. Caxias do Sul. Fotógrafo: Domingos Mancuso. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 22 - Cine Teatro Ópera. Década de 1980. Caxias do Sul. Fotógrafo: Não Informado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 23 – Encarte produzido pelo Arquivo Municipal Histórico João Spadari Adami. Início da década de 1990. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 24 – A garagem Ópera. 2007. Caxias do Sul. Fotógrafo: Marcelo Caon Acervo: Marcelo Caon

LISTA DE SIGLAS

CGAM – Coordenação Geral de Acervos Museológicos

COMPAHC – Conselho Municipal de Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural de Caxias do Sul

ECIRS – Projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias no Nordeste do Rio Grande do Sul.

FNPM – Fundo Nacional Pró-Memória – Ministério da Cultura

GAMAPLAN – Gabinete Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - Ministério da Cultura

ISBIEP – Instituto Superior de Estudos Ítalo-Brasileiros

SEAAQ – Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul

SAERGS – Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul

SPHAN- Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. MODERNIDADE, CIDADE E MEMÓRIA	21
1.1 A Modernidade e o urbanismo.....	21
1.2 Cidade moderna e urbanismo	24
1.3 As mudanças na cidade: o fim do século XX	28
1.4 O patrimônio, em tempos de hiperconsumo	33
1.5 O passado revisitado: patrimônio convertido em consumo	35
1.6 A memória e m tempos de hiperconsumo.....	36
1.7 A memória na construção seletiva do passado.....	39
1.8 A crise da memória	42
2. O CAMPO DO PATRIMÔNIO	44
2.1 O patrimônio como resistência	44
2.2 O patrimônio urbano no século XIX.....	47
2.3 O IPHAN e o patrimônio no Brasil no fim de século XX	50
2.4 A preservação na era da indústria cultural	57
3. CAXIAS DO SUL: O PATRIMÔNIO EM PROCESSO	68
3.1 O desenvolvimento da urbe.....	69
3.2 O centenário da imigração: a reafirmação do mito.	76
3.3 O Imperativo de Símbolo: a Casa de Pedra e o Monumento do Imigrante	84
3.4 COMPAHC e a formação do núcleo preservacionista	92
3.5 Arquivo Histórico Municipal: o princípio da preservação em Caxias do Sul	95
3.6 Cantina Antunes: um projeto cultural	103
3.7 CINE TEATRO ÓPERA: a incúria pública.....	110
CONCLUSÃO	130
BIBLIOGRAFIA	140
FONTES.....	149

INTRODUÇÃO

Com o advento da modernidade e após a instauração de um novo Estado, em 1789, a noção de patrimônio inseriu-se em um projeto mais amplo de construção das identidades nacionais e passou a servir à consolidação dos Estados – Nações Modernas.

Dessa maneira, a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados Modernos que, a partir de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. A cidade moderna e industrializada lançou novos alicerces na organização do cotidiano, tornando-se palco de estilo de vida, cujo centro relaciona-se com as edificações em seu entorno, seguindo um novo padrão que compreende a “salubridade, arquitetura, moda e comportamento”.¹ Ela se relaciona com a noção de tempo /futuro, na qual tempo e espaço são absolutos e o futuro encontra-se na sociedade moldada pela razão.

Em meados do século XIX e a primeira metade do XX, potencializam-se os recursos implantados pela modernidade econômica e industrial, ampliando a atuação do sujeito como o centro do contexto social e cultural, com a capacidade de controlar a natureza. Baseado no progresso científico e tecnológico, as velozes transformações no Mundo Ocidental tendiam para a possibilidade de o ser humano ditar o devir. Desse modo, apresentou-se sobre a urbe um processo de esquecimento do século XIX, o que, por consequência, gerou grupos preocupados em preservar os elementos da cidade como forma de pensar um futuro distinto. Esse processo preservacionista tem sua rede de significações modificada com o passar do tempo e de acordo com as especificidades dos países que se utilizam desse expediente para pensar a cidade.

Na segunda metade do século XX nos anos de 60, com a emergência da “pós-modernidade”, houve alterações no cenário político-econômico-cultural do Ocidente que tiveram consequências reduzidas, quanto ao surgimento de uma nova sociedade que substituiria o sistema capitalista mundial. O que se observou, a partir de então, foi que o homem passou a ter uma nova visão sobre o tempo e o espaço. Dela surgiram, inclusive, novos conceitos sobre as políticas de preservação que se propuseram a atuar basicamente,

¹ MUMFORD, Lewis. A Cidade na História. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 493-499.

no nível simbólico, objetivando o reforço da identidade coletiva, diante da fragmentação. O debate sobre o tema eclode com a “fúria preservacionista” em parte decorrente da indústria cultural.²

Em contraponto à veloz modernização, surge uma cidade contemporânea refeita pelas mudanças econômicas e culturais onde o futuro passa a abrigar apenas a incerteza. Os novos métodos difundidos em parte dos países ocidentais ganharam amplitude através do processo de globalização que reorganizou o conceito de nação, identidade, classe, etnia ou cultura.

Dentre a diversidade de campos a se fixar, o escopo deste trabalho estabeleceu-se na urbe. Dela foram recolhidos elementos que representam a aceleração do tempo e as consequências sobre a identidade, a memória e a história. Seus atores, circunscritos nesse processo de transformação contínua, fizeram parte e debateram sobre tais modificações. A evolução temporal cada vez mais rápida faz deste o local onde se manifestam as permanências, as rupturas, as continuidades, as relações do antigo com o novo. Nesse último período da história ocidental, a vida urbana tem sido ambivalente: ora é espaço de progresso, ora é espaço de desordem.

Na cidade³ ambivalente, vê-se a representação da racionalidade e do planejamento e, simultaneamente, a fonte de fragmentação e do aviltamento do indivíduo. Os defensores da espetacularização, da ciência e da civilização conclamam a busca pelo progresso infinito; enquanto surge uma fatia de oponentes que esquadrinham recuperar algum

² Conceito proposto por Theodor Adorno e Max Horkheimer em 1947, na primeira edição de *Dialética do Esclarecimento*, para se referir à produção cultural própria do capitalismo. A noção filiada a uma concepção de sociedade estratificada entre elite e massa, evocava a cultura que emergiria espontaneamente das massas, ofuscando assim a sua condição de dominação de classe. Para os autores, a indústria cultural é parte constitutiva da longa e contraditória marcha do esclarecimento (projeto moderno), os critérios da produção cultural devem ser quantitativos, adequando-os às características do sistema. A produção de mercadorias culturais foi padronizando fórmulas estéticas de grande aceitação, oriundas, sobretudo da cultura popular. A repetição, reconhecimento e aceitação fazem parte do movimento que circunscreve em torno de elementos as referências culturais que orientam e subsidiam a vida social. Assim, a indústria cultural, por ser um setor altamente lucrativo, mas, além disso, ideológico, ao estar ligado à subjetividade e à promoção da sensação de ordem e conforto para os homens. Utiliza-se desse conceito para observar que após as mudanças no sistema capitalista na década de 1960, iniciando um período de flexibilização, houve a ampliação em diversos segmentos do entretenimento, incluído o “mercado” do patrimônio impulsionado pelo turismo mundial. O que, para algumas regiões brasileiras, talvez tenha sido uma forma de garantir a preservação unindo ao turismo.

³ Além do espaço, seria também o ambiente urbano, no qual os bens materiais e imateriais são fundamentais, pois as ações sobre as edificações são um produto apreendido a partir da “memória do fazer” criando os ambientes sociais.

símbolo de sociedade considerada por eles “mais humana” e “identificada” com suas comunidades.⁴

Nesse último grupo, é possível encontrar uma proposta de rearticulação da arquitetura como um importante símbolo de humanização. A vanguarda desse processo apresentado na Inglaterra, de John Ruskin⁵, ainda no século XIX, e na França de Viollet Le Duc, retorna a influenciar novos organismos preservacionistas.

O patrimônio edificado⁶ teve seus conceitos alterados e reutilizados de diferentes maneiras e tornou-se uma conexão entre o passado e o presente, lembrando que se trata de uma intrincada construção histórica. Diante dele, exaltam-se as vozes que representam os valores da sociedade, presentes em cada momento dessa trajetória, e que servem de referência ao seu desenvolvimento. Os valores atribuídos estão ligados a um universo de escolha e o reconhecimento de seus significados circunscreve-se na dimensão simbólica do imaginário. Nos bens patrimoniais, está representada uma rede de relações sociais com sentidos a eles atribuídos criando um lugar de pertencimento e de onde as eminências nos grupos tornam-se novas formas de resistência diante da velocidade contemporânea, de suas transformações e da insegurança em relação ao futuro.

Na configuração dos discursos do patrimônio, história e memória cria-se um porto seguro diante da crise das identidades coletivas, prontas a serem preservadas⁷. O passado edificado tornou-se a referência, a permanência de determinados valores construídos, ou ainda, o ponto fixo dentro da aceleração do tempo que transforma a composição do espaço. Por outro lado, ele também é apresentado como o símbolo do atraso de um projeto evolutivo incompleto, a cristalização do retrocesso. Três foram as indagações que nortearam a pesquisa e esta dissertação. A primeira questionava os motivos pelos quais não havia nenhum registro sobre a intervenção do IPHAN nas políticas de preservação em Caxias do Sul. A segunda referia-se à participação política do poder municipal na condução das políticas, visto que a partir da década de 1980 existia a legislação que apresentava amplos poderes para intervenção

⁴ FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 23-28.

⁵ RUSKIN, J. *As Sete Lâmpadas da Memória*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 47.

⁶ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001, p.11-21. O patrimônio está ligado a uma rede simbólica. O conjunto de bens que estão ligados a uma rede simbólica e tem relevância na medida em que revelam ou afirmam uma determinada cultura. Esta, entendida como uma rede se significados se expressa a partir deste “corpo de signos materiais” que ativam na comunidade sua memória coletiva. Este corpo acumulando o passado torna-se relevante para toda a comunidade e, portanto, para toda a humanidade.

⁷ Ação ou ato concreto de garantir a permanência que vise à conservação da memória. Pode se referir também a um ato jurídico.

na urbe. Então, cabe a análise se a especulação imobiliária era um fator preponderante na tentativa de frear os tombamentos.

A terceira questão referia-se ao sentimento de pertencimento da população em relação ao patrimônio. Convém analisar se havia nas edificações algo que despertasse a memória coletiva, fazendo com que a comunidade elege-se as edificações como referências da identidade local. Assim, tornaram-se objeto deste estudo, os discursos de preservação do patrimônio edificado e sua relação com o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico, durante o período de 1974 a 1994.

O ponto de partida deste trabalho foi o primeiro modelo preservado de Caxias do Sul, conservado às vésperas do Centenário da Imigração e, finaliza com a destruição do antigo Cine-Teatro Ópera, em 1994. Não se trata aqui de narrar toda a história da preservação da cidade e, sim, por meio daqueles que participaram desse processo, eleger alguns elementos que geraram expressivos debates na comunidade com vistas a sua preservação. O estudo de diferentes momentos históricos, que serviu para compreendê-los como resultado de valores e visões em constante mudança, foi ponderado a partir da análise textual qualitativa que serviu de metodologia desta pesquisa. Da busca de uma cidade moderna até a cidade contemporânea, o patrimônio serviu a distintos interesses, sendo seu espaço transformado cotidianamente, destruindo vestígios históricos para dar lugar ao efêmero na fruição imediata, tornando o passado em um local pitoresco a ser visitado.

A abordagem da cidade a partir do patrimônio cultural e daqueles que se pronunciam sobre ele, implica em exame da relação entre história, memória e preservação, visando um debate de caráter interdisciplinar em que a história dialoga com outros campos do saber. Quanto ao ofício do historiador, importa analisar e fazer algumas considerações em relação às suas edificações como lugares de memória desvelando seus vestígios como documentos de cultura de um modo geral. O trabalho realizado por Le Goff e Pierre Nora⁸ expressa as distintas dimensões da história e da memória. Sendo dever do historiador um olhar crítico para a construção imaginária e percebida pela elaboração simbólica, deve-se ter consciência de que a memória, seja de que classe for, é uma reconstrução do passado no presente vivido, tentando projetá-lo no terreno do mito. Ao mitificar o passado, a memória passa pela afetividade e, portanto, em qualquer nível instala o passado nos altares. Esta pesquisa tem por objetivo avaliar os debates acerca do patrimônio como uma necessidade da

⁸ LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. História: novos problemas. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p.5-6.

comunidade, observando os valores que geram sua mitificação de setores, por vezes, antagônicos.

As constantes lutas sobre esse espaço, tal como a preservação de vestígios de diferentes períodos de formação histórica, apresentam-se no debate no campo cultural de maneira mais assertiva nas últimas décadas. A ampliação das questões relativas ao campo do patrimônio histórico oferece visões diversas sobre o que seria um “mundo moderno” e, por consequência, em que tipo de cidade isso estaria representado. As apreciações variam desde a preservação do patrimônio cultural de toda a ordem, como o imaterial, material, arquitetônico, ecológico, em consonância com edificações novas e exuberantes, até a defesa de sua destruição, projetando sobre o espaço urbano um caráter evolucionista e pródigo, geralmente advindo de sua economia, em que a existência de “casas velhas” evidenciaria pobreza, humildade e inferioridade, perante outras construções urbanas tidas como modernas.

Além disso, subjaz à representação o assentimento pelo outro, pois os cidadãos que pensam a cidade projetam nela seus desejos, e como parte de si, só veem fundamento se forem aceitos pelos demais que já se encontram em sua projeção futurística. Aqui a urbe seria uma maneira de ingresso na esfera das grandes cidades, do progresso, do enriquecimento, da distinção. Em sentido comparativo, seria o esquecimento do arquétipo de colono bruto ignorante, inferior, pobre e estigmatizado, pelo engenho de homem contemporâneo, que alcança o sucesso a partir do trabalho e, portanto, é aceito pelo outro. Diante desse conflito sobre o projeto de cidade, de seu funcionamento e da utilização por seus cidadãos, surgiram questões relativas à memória.

Enfim, para verificar os debates que cercam o campo do patrimônio, faz-se necessário recuar no tempo e verificar de que forma a identidade e a memória local afirmaram-se nesta região para que se possa analisar de forma mais criteriosa. O patrimônio edificado serviu como suporte da afirmação de distinção da etnia local, do mito consolidado durante as comemorações do Centenário da Imigração Italiana, acerca do qual foi realizada intensa produção intelectual. Entretanto, é possível ver as analogias da preservação da arquitetura local adjacente às recomendações internacionais de preservação, produzidas pela UNESCO, bem como a política preservacionista desenvolvida pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Rio Grande do Sul.

O primeiro capítulo começa a inserir o objeto de pesquisa e sua utilização no espectro do último quartel do século XX, denominado de hipermodernidade⁹ por Gilles Lipovetsky. Além disso, é feita uma breve análise das mudanças do homem moderno na cidade e a conseqüente alteração no campo da memória do patrimônio nesse novo contexto. O estudioso investiga sobre aspectos da sociedade de consumo e sua relação com a preservação. Diante das novas formas de apropriação e de comercialização do espaço, surgem os movimentos preservacionistas que se traduzem na intervenção do homem a partir da condução das políticas seja para reforçar a especulação, seja para contrariar sua intervenção. É necessário compreender de que forma o cenário internacional está conectado às mudanças da cidade e como Caxias do Sul insere-se nesse cenário. Em presença do alargamento da modernização e da velocidade com que as mudanças econômicas e culturais acontecem, a dualidade entre cultura e propriedade privada amplifica-se; o homem intervém com medidas de salvaguardar a memória coletiva com propósito de garantir identidade frente à incerteza de futuro.

O segundo capítulo propõe-se a realizar uma retrospectiva sobre o início da preservação no período pós-revolução francesa, seguindo pelo modelo adotado no século XIX, quando uns grupos de intelectuais projetam as edificações como símbolos de uma sociedade utópica. Versa também sobre o processo de constituição do patrimônio no Brasil, assim como o IPHAN e os conceitos relativos ao campo preservacionista a sua ideologia, conceito de tombamento, preservação. A ideologia presente nos discursos da preservação pode estar balizada em diferentes linhas preservacionistas seja internacional, seja nacional. Para pensar a atuação do IPHAN e como as políticas são pensadas no final do século XX, é preciso voltar à formação desse campo no Brasil de maneira que, junto às cartas internacionais, desvele-se de que forma promoveram a preservação da herança cultural. Essa parte refere-se ao processo de preservação no Brasil e faz alusão às práticas do órgão que possivelmente influenciou a composição dos grupos ligados à defesa das edificações em Caxias do Sul. Aborda também a questão da indústria cultural, já em voga na comunidade europeia, diante das incursões turísticas e a partir de sua exploração.

No último capítulo, analisa-se o processo de preservação de Caxias do Sul, sua fase embrionária, seus conceitos e influências teóricas. Foi necessário analisar de que forma as alterações no mundo apresentaram-se e como as ações preservacionistas pautaram-se nos

⁹ LIPOVETSKY, Gilles. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2002, p. 47.

clássicos da preservação e das políticas locais de Patrimônio Histórico. Percorre-se sobre os quatro casos mais expressivos de preservação da cidade e a relevância defendida pelos agentes ligados ao campo de patrimônio. Pontua de que forma a população envolveu-se e como o IPHAN e como este auxiliou o processo preservacionista, estendido desde o anteprojeto para o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico até a produção dos laudos técnicos que davam conta da destruição patrimonial devido à especulação imobiliária.

Esta pesquisa, primeiro, serviu como tema de monografia do Curso de Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul no ano de 2007. Inicialmente, versou sobre a urbanização da cidade no último quartel do século XX. Entretanto, a partir de diversas fontes encontradas ampliou sua base para o campo do patrimônio histórico arquitetônico. Entre as fontes pesquisadas, primeiramente, foi efetuado um levantamento de documentação no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, em Caxias do Sul. Dentre os documentos foram selecionados leis, decretos nacionais em publicações locais, bem como toda a legislação sobre a salvaguarda do patrimônio histórico. Também foi necessário analisar os relatórios da Secretaria de Cultura da cidade desde 1981 até 1989. Além disso, os códigos de postura do Município, atas do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural, Ofícios e publicações em periódicos que contribuíram para confirmar determinadas informações e descartar outras. Ainda, foram pesquisados no banco de memórias do Arquivo depoimentos sobre as edificações e, por fim, entrevistas com personalidades que estiveram ligadas aos debates durante o período pesquisado. Em um segundo momento, foi necessário realizar um levantamento de todo o material sobre a preservação do patrimônio histórico de Caxias do Sul disponível no Arquivo da 12ª Secretaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, na cidade de Porto Alegre. Durante a pesquisa, foram encontrados comunicados internos, ofícios, correspondências, relatórios internos, inventários e laudos que abarcam de uma série de operacionalizações entre o instituto e as lideranças preservacionistas locais.

Dentre os aspectos importantes que a pesquisa revelou, podem-se destacar os documentos encontrados nas inúmeras pesquisas no arquivo do IPHAN. A partir deles foi possível analisar o envolvimento desse Instituto com o movimento preservacionista de Caxias do Sul, além de que parte relevante da documentação do caso do Cine-Teatro Ópera foi encontrada nesse arquivo; uma vez que em Caxias foram encontradas apenas as publicações em periódicos, tendo sido extraviada parte da documentação sobre o caso descrito acima. Outros documentos relevantes que merecem destaque são o primeiro inventário produzido

junto a efetivação do Compahc, no início da década de 1980, os relatórios sobre convênios entre o Arquivo Municipal de Caxias do Sul e IPHAN e, por fim, os relatórios das frequentes visitas de funcionários da IPHAN a Caxias do Sul que, a partir de seus pareceres técnicos, orientavam a política preservacionista.

O tema proposto é complexo e o caráter de ineditismo desta dissertação acontece na medida em que não foram encontradas pesquisas específicas sobre o assunto. Isso se demonstrou na procura por material bibliográfico sobre o patrimônio. As únicas bibliografias encontradas sobre arquitetura em Caxias do Sul são as do prof. Júlio Posenato, publicado em 1983, sob o título de *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul* e as pesquisas sobre os *Elementos da Arquitetura Colonial* pelo arquiteto Paulo Iroquez Bertussi, junto ao ECIRS, na década de 1980, que tratou apenas das características das edificações rurais de Caxias do Sul e que fora publicado sob o título de *Elementos da Arquitetura da Imigração Italiana* na obra, organizada pelo professor Günter Weimer, *A Arquitetura no Rio Grande do Sul* de 1987. Deparou-se com a dissertação de mestrado da professora Ana Elísia Costa pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS sob o título *A Evolução do Edifício Industrial em Caxias do Sul: de 1880 a 1950*. Em relação ao patrimônio histórico edificado em específico, não foram encontradas nenhuma obra onde o caso de Caxias do Sul tenha servido de objeto.

Sobre a área de patrimônio foi encontrada a tese de doutorado da professora Ana Lúcia Meira, pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS, sob o título: *Patrimônio Histórico e Artístico no Rio Grande do Sul no século XX* e teve relevância na compreensão das intervenções do IPHAN no Estado, bem como a tese de doutoramento da professora Cristina Meneguello pela UNICAMP sob o título: *Da Ruína ao Edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*, que apresentou distintas leituras sobre a preservação.

Grande parte desta pesquisa serviu também de subsídio para uma mostra visual que gerou debates sobre o tema proposto. Uma instalação deste pesquisador foi contemplada pela Secretaria de Cultura da cidade de Caxias do Sul e ficou em exposição durante 15 dias em uma galeria da cidade, gerando novos debates da sociedade sobre as finalidades da preservação e dos conceitos relativos a ela. Finalmente e devido ao material encontrado, foram feitas algumas ponderações acerca do terreno de risco sobre a adequação da memória; do patrimônio; as demandas da indústria cultural e do turismo acelerado em tempos hipermodernos.

1. A MODERNIDADE, CIDADE E MEMÓRIA

Este capítulo apresenta alguns conceitos que estão intrínsecos ao campo do patrimônio. O desenvolvimento da modernidade foi importante na afirmação da transformação da urbe desde o século XVIII. Após a revolução industrial, a cidade esteve em permanente objeto de escolhas político-econômicas dos agentes que a administravam. Diante do limite do projeto moderno, surgem grupos que tentaram mudar a lógica destrutiva projetando uma nova cidade com aspectos de sociedades passadas. Na medida em que a mutação da cidade moderna cede espaço à cidade contemporânea, efêmera, fragmentada, fugidia, os objetivos da preservação das edificações tornam-se forma de garantir as identidades regionais. No final do século XX, sobre a cidade produz-se o desmoroamento dos vestígios, provocando o surgimento de novos grupos preservacionistas. No entanto, decorre a existência de uma clivagem sobre o terreno da preservação: de um lado, a preservação como garantia de memória coletiva, identidade em que podem ser revelados novos fatos históricos; de outro, surge o fortalecimento dos mitos que conjugados à indústria cultural apaziguam as ruínas, alienando-as.

1.1 A modernidade e o urbanismo

Embora o termo “moderno” tenha um histórico¹⁰ mais remoto, este texto detém-se à ideia de modernidade como um projeto¹¹ que entrou em ação durante o século XVIII pelo esforço dos iluministas que visava a desenvolver a ciência positiva, a moralidade, as leis universais e a arte autônoma nos termos de uma lógica própria. Segundo o historiador Jacques Le Goff¹², este conjunto amplo de modificações estruturais ocorridas no ocidente, resultou na racionalização da vida em esferas econômicas, políticas e sociais, associadas à mudança da forma de pensar do homem daquele século, iniciando um processo dinâmico de transformação de si e do que estava ao seu redor. Não obstante, o objetivo fosse usar o conhecimento acumulado para a emancipação humana e o enriquecimento da vida diária, em

¹⁰ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1990, p. 173-204.

¹¹ HABERMAS, Um Projeto Inacabado. In: ARANTES, O; ARANTES, Paulo. Um Ponto Cego do Projeto Moderno de Jürgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 99-123.

¹² LE GOFF, Jacques. *op. cit.* p. 182.

que poderiam ser reveladas as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade, insurgiram-se movimentos de contestação indicando os efeitos contrários do proposto pela luz da razão.

Deste, surgiu um novo terreno da história, em que o homem pensava-se com a capacidade demiúrgica de ditar o devir. A partir dali, as modificações da natureza efetuadas pelo homem, base da sua condição humana, passaram a ser elementos fundamentais para a compreensão de seu pensamento e de sua organização. A essa produção, que se pode chamar de cultura, convencionam-se novos pontos de partida para investigações e interpretações.

Essas mudanças, que alteraram as concepções tradicionais da sociedade, tiveram seu ápice no final do século XIX, devido à explosão das ciências, marcando a concepção ocidental de liberdade do homem e o grau de transformação tecnológica da sociedade em que vivia.

No entanto, as apologias acerca da natureza perfectível do ser humano, os fundamentos progressistas do tempo histórico, os esforços de cientificar a sociedade, a prática da razão e da ciência como ideal emancipatório, características fortes da modernidade, perderam seu efeito deslumbrante. Daí então, o mundo do “ser”, passou a ser governado pelo mundo do “devir” descrito por Baumer¹³, ou seja, não havia mais tanta certeza da infinidade do progresso. O modo de pensar do homem alterava-se, não tendo mais em vista o que o mundo poderia se tornar.

Esse movimento secular procurou desmitificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de sua escravidão, isto é, romper com a história e a tradição rumo ao progresso e ao futuro. Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano geraram um turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado.¹⁴

Nesse contexto, com a formação do mercado de produtos culturais durante o século XIX, os objetos passaram a guiar-se pela competição de mercado que viria a reforçar as mudanças dentro do campo estético. Surge a reprodução em larga escala de produtos industrializados, que gerou uma gama de produtos orientados pelas circunstâncias competitivas.

¹³ BAUMER, Franklin. A História do Pensamento Moderno Europeu Volume II. Lisboa: Ed. 70, 2000, p. 167.

¹⁴ HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1996, p.23.

O processo de desenvolvimento traduziu-se no turbilhão da “criação destrutiva”, isto é, formar um mundo temporal da individualização e do vir-a-ser, um processo destruidor da unidade, em que a afirmação do eu era fundamental, mesmo diante da implicação que o desfecho podia estar fadado à tragédia. Afinal, um novo mundo só poderia ser criado se varresse boa parte do que viera antes.¹⁵ Paradoxalmente a concepção e as consequências contradiziam-se na medida em que:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaçam tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos um turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar”.¹⁶

O pensamento dominante durante o período moderno era o de que o homem é o que ele fazia, e, portanto, quanto melhor a produção condicionada pela ciência, à tecnologia ou à administração, melhor seria a organização da sociedade, pois regulada pela lei transforma a vida que passa a ser animada pelo interesse de se libertar de todas as opressões. Por meio do progresso, a humanidade avançava simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e a felicidade e escapa às formas tradicionais, permitindo ao estado de felicidade.

Diante da nova concepção do projeto modernista, o artista tinha uma posição bem especial, em que “eterno e mutável” não era mais pressuposto, e o artista detinha um papel criativo a desempenhar na definição de uma nova humanidade. A “destruição criativa” era uma condição *sine qua non* da modernidade, na busca pela “auto-realização individual”, associando-se ao transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra, o eterno e o imutável, nas palavras de Baudelaire.¹⁷

A preocupação em excesso com o devir, sem causar qualquer espanto, não considerava o passado como relevante na projeção dos homens ocidentais. Para representar a mudança nas áreas de literatura e arquitetura, a modernidade utilizava-se da linguagem como forma de representar verdades eternas, isto é, representar o eterno ao congelar no tempo todas suas qualidades transitórias. A inovação urbana, que sucedeu, foi o ponto de partida para a modernização da cidade tradicional, tornando-a o palco para os eventos posteriores.

¹⁵ *Idem*, p. 23.

¹⁶ BERMAN, Marshal. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia da Letras, 2007, p. 15.

¹⁷ BAUDELAIRE, Charles *apud* HARVEY, David. *op. cit.* p. 26.

As consequências desse pensamento consolidaram-se, e a razão e a ciência passaram a assumir o protagonismo da história. As contribuições de Descartes, na primeira metade do século XVIII, formaram os pilares desse novo tempo iniciado com o Iluminismo. O homem era um ser racional que, pela ciência, podia dominar o mundo, enquanto a história passa a ser o lugar da ordem: “a evolução é a realização no tempo daquilo que já existia em forma embrionária e que se desenvolve até alcançar o seu ponto final.”¹⁸ Se, assim, os valores científicos foram fundamentais para a formulação do pensamento e da cultura, também aqui se pode admitir uma relação com o urbanismo.

1.2 Cidade moderna e urbanismo

Desde os tempos mais remotos, as cidades sofrem adaptações e mudanças nas suas características estruturais, em função do seu próprio crescimento e desenvolvimento em um determinado período da história. Equipamentos vão sendo construídos, aumenta-se o número de moradias, abrem-se ruas, constroem-se pontes, ou ainda obras de infraestrutura (água, esgoto, energia, etc.). Essas transformações marcam o processo da evolução urbana.

Com a Modernidade são constituídos novos pilares do mundo Ocidental, dentre elas as revoluções industriais que geraram a expansão das cidades a partir dos êxodos e da reformulação do cotidiano. Os primeiros formuladores sobre a cidade em reação à Revolução Industrial, convictos das possibilidades *infinitas* da razão, buscavam os modelos urbanísticos da perfeição, que viessem a responder aos ideais igualitários.

A cidade a partir da revolução industrial tornou-se anônima e alienante, seus analistas a chamam de “distópica”¹⁹ ou a representação, em muitos casos, da desigualdade social que se ampliou no século seguinte. A rede está sobre um tabuleiro xadrez que tem como escopo a especulação imobiliária junto à conformidade de seus habitantes.

As vertiginosas transformações demográficas experimentadas, sobretudo na Inglaterra e na França, resultando no crescimento da população urbana, bem como nas

¹⁸ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 2003, p. 141.

¹⁹ BENEVOLO, Leonardo. *A História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1967, p. 573. Existia a busca de soluções alternativas que se constituíam em soluções revolucionárias que buscavam mudar a organização social e dos tecidos habitacionais. Entre esses pensadores estão Robert Owen, Charles Fourier, Victor Considerant, Etienne Cabet, considerados precursores do urbanismo progressista.

preocupações dos pensadores do século XIX. Nesse período, cria-se o urbanismo como mecanismo de manutenção e ordenamento do novo modelo social do Ocidente.

As soluções encontradas não se reduziram apenas às questões técnicas, mas passavam pelos campos político e simbólico, que lhes dava respaldo. O projeto complexo urbano e suas respectivas edificações envolviam vontades, interesses em jogo ou até mesmo metodologias de ação. A arquitetura e o urbanismo devem ser considerados como a formação de representação social, e de marcação no espaço de referenciais simbólicos, vide a reforma da cidade de Paris por Haussmann, no fim da década de 1850, que foi considerado como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno.

A cidade é o ambiente para o desenvolvimento das ideias e em suas edificações é possível encontrar interesses coletivos, crenças e mitos criados pelo discurso da própria sociedade. A partir deste é possível ler as representações coletivas, provindas do imaginário da população, permitindo a abertura de um campo muito profícuo, no âmbito do cotidiano, cuja integração disciplinar reúne diversos olhares sobre o mesmo fenômeno.

Diante desse fluxo, surgem inúmeros grupos que objetivam a solução dos problemas causados pela industrialização. O próprio movimento que buscava dar ordenamentos, alinhamento, recuperação aos espaços públicos e embelezamento dos bairros forma a base do pensamento moderno um século mais tarde. Entretanto, a crítica feita à cidade existente é desfavorável. O quadro urbano é visto com grande apreensão, mesmo quando as transformações econômicas-políticas-sociais são percebidas majoritariamente de modo positivo.

A idealização dos modernos implicava a ruptura com a cidade existente, buscando razão para construir uma sociedade igualitária. Para Touraine, a racionalização impunha a destruição dos vínculos sociais, dos sentimentos dos costumes e das crenças chamadas tradicionais. O agente continuava sendo a razão: “A razão não reconhece nenhuma aquisição, faz tábula rasa das crenças e formas de organização social e perfeita que não descansam sem uma demonstração de tipo científico”.²⁰ No entanto, a busca por um futuro promissor mediado pela razão e trazido pela industrialização, que idealizava uma cidade capaz de promover o homem dos novos tempos da racionalização, não obteve êxito.

A busca por soluções alternativas, segundo Leonardo Benévolo, decorre das propostas revolucionárias de alguns pensadores do urbanismo como Saint-Simon e Fourier,

²⁰ TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 77.

quando assinalam a necessidade de diminuir as aglomerações e as grandes cidades.²¹ Todavia, a rejeição à cidade existente não acontecia apenas pela proposição de uma cidade nova, e, sim, pela perplexidade ante o *turbilhão* produzido pelas grandes transformações econômicas, sociais e políticas que conduziam a uma resposta ao inverso: se, para uns, as grandes modificações exigem uma nova cidade; para outros, a expansão urbanística deveria ser esquadrihada nos tempos passados.

A nostalgia pelas relações existentes da cidade precedente à industrial é representada pela valorização da forma anterior. A defesa do passado, porém, não decorre de uma eventual valorização das estruturas herdadas, e sim da negação de elementos constituintes dos novos tempos, justamente as grandes mudanças na tecnologia e na economia, na configuração de uma nova época que exigiu e prometeu a expansão urbana.

O que ocorreu nas cidades um século após, durante o surgimento da modernidade tardia, ou hipermodernidade, década de 1960, é que as parcelas dos dirigentes políticos e da iniciativa privada mantiveram uma visão de mundo conectada ainda à ideia de expansão urbana, desenvolvimento econômico e industrial. Só que, dessa vez, multiplicado em decorrência das novas tecnologias advindas da comunicação, inteligência artificial, materiais construtivos de última geração. Na mesma proporção, desenvolvem-se movimentos contrários a essa expansão exacerbada e fragmentadora. Ainda que nem todos os grupos buscassem elementos constituintes de tempos passados para pensar a cidade do futuro, utilizam-se desses vestígios para lhes dar uma sensação de conforto, de identidade e de pertencimento.

As sociedades ocidentais que ampliavam as cidades contemporâneas, conhecidas como megalópoles, caracterizaram-se pelos seguintes aspectos: novas formas de automatização flexível; reestruturações produtivas, eclipse dos Estados Intervencionistas ou arbitrários; declínio do papel dos partidos tradicionais e da esquerda reformista; novos movimentos sociais, mudança na vida social das mulheres; reaparecimento da sociedade civil perante o Estado; novos movimentos: movimento verde, feminismo, movimento *gay*, entre outros.

Os modernos, querendo a *ordem permanente*, trabalhavam desenhando a cidade perfeita e julgavam que se manteria. No entanto, o projeto positivista, o tecnocentrismo e o racionalismo, geralmente associado ao planejamento das cidades, das

²¹ BENEVOLO, Leonardo. *op. cit.* p. 567.

ordens sociais e absolutas demonstrariam mais tarde que a noção do progresso linear não poderia mais ser uma certeza²², devido às mudanças estruturantes na política, na economia e nos demais campos do conhecimento.

Na primeira metade do século XX, o homem rompe com o passado transformando o espaço construído no século anterior. Inicia um processo de esquecimento do passado, e inaugura novas formas de pensar a urbe, em que “preservar na construção das cidades, segundo as normas habituais, seria mais que um erro”.²³ A revisão crítica do urbanismo progressista levou as intervenções a se preocuparem com uma cidade como organismo vivo, que necessitava ser salubre. Caberia nesse espaço a preservação de sua história, para conhecimento do passado uma construção, mas “a cidade não é uma múmia, a ser colocada em um museu. Referenciada a um lugar, a cidade evolui.”²⁴

Dessa maneira, a urbanização, iniciada com a Revolução Industrial, colocou grande parte das cidades ocidentais sob ameaça da destruição e da readequação do espaço. Tal ameaça foi especialmente fortalecida a partir das primeiras décadas com a consolidação dos conceitos estruturantes do urbanismo vinculado ao Movimento Moderno.²⁵ Na maior parte das cidades ocidentais, os conceitos foram transformados em políticas públicas que tinham duas vertentes claras: por um lado, a nova sociedade surgiria de uma nova urbana; por outro, as mudanças econômicas e sociais desenhariam a nova cidade democrática e igualitária.

Os defensores da forma concebiam desenhos da cidade idealizada, enquanto para os defensores das mudanças estruturais a forma urbana não importava, já que seria adequada à experimentação em uma sociedade socialista. Os conceitos rompiam com a herança recebida e, por vezes, faziam tábula rasa das edificações remanescentes de período históricos caracterizados pelo ecletismo. Essa ruptura acontecia com a forma, com o espaço, com o significado, com a memória. Pouco seria o acervo preservado, transformando a cidade histórica em cidade moderna.

²² HARVEY, David. *op. cit.* p. 19.

²³ CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 43.

²⁴ *Idem*, 2003, p. 284.

²⁵ CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna- Em 1927, o concurso para a Liga das Nações e a Exposição de Stuttgart demonstraram que um grande número de arquitetos em várias nações da Europa trabalhava com métodos similares e que suas contribuições são, com efeito, compatíveis entre si. Le Corbusier era um dos expoentes desse movimento.

1.3 As mudanças na cidade: o fim do século XX

Após a segunda guerra mundial, grande parte dos profissionais da arquitetura e do urbanismo, resgatando a ideia de racionalidade do século XVIII que acreditava que das cinzas terríveis das ruínas iriam surgir cidades racionalmente planejadas e projetadas para uma nova civilização, assegurando a felicidade dos sobreviventes. Não foi em vão que houve um aumento considerável de profissionais na área. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o governo estava patrocinando não apenas formas de urbanização, como também pesquisas em profundidade sobre questões habitacionais.²⁶

A visão de arquitetura, bem como de urbanização estava em nova etapa, e para tal havia a crença mais uma vez no futuro da civilização, na retomada do progresso e no caminho da criação de um novo devir, que outrora havia sido maculado pelas guerras e pelas crises. Por volta da década de 60, essa visão havia mudado consideravelmente. Muitos projetos ficaram abaixo do esperado e parte da população que almejava morar em cidades visionárias acumulava-se em subúrbios realizados com a atitude especulativa do capitalismo ocidental. A racionalidade e a eficiência tão proclamada pelos arquitetos do CIAM²⁷ passaram a ser questionados por seus próprios membros, assim, sua dissolução aconteceu nos anos seguintes.

O modelo de imagem das crenças romanas sobre o mundo que, refletido nas plantas em traçado xadrez, racionalizado desde o período iluminista, estava próximo do esgotamento, como é possível de se observar em diversas metrópoles até os dias atuais. Mesmo assim, entre as décadas de 60 e 80, o conjunto de ensinamentos dos cursos e dos projetos não obteve maiores alterações, tendo influenciado outras cidades do mundo como a Cidade do México, Berlim, Canberra, Brasília, Columbia, Nova Déli e Islamabad.²⁸

Essas representações sugerem reflexões, intenção e, até mesmo, um projeto. Como o tecido urbano e a imagem são sempre intencionais, deliberados, a cidade nunca é passiva; e, como existe uma constante interação entre a sociedade e esse tecido urbano, sabe-

²⁶ RYKWERT, Joseph. A Sedução do Lugar: A história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 3.

²⁷ CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)

²⁸ RYKWERT, Joseph. A Sedução do Lugar: A história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.42.

se que os ajustes da cidade são os ajustes da sociedade. Na cidade, abrigam-se contradições, muitas culturas, ethos, religiões, classes. A cidade moderna atesta conflitos e contrastes, com diferentes faces, tais como: favelização; falta de segurança pública; difícil acessibilidade; salubridade. Diante desse cenário, a falta de uma imagem coerente e explícita produz uma virtude negativa, um problema ou um defeito, devendo os administradores ocupar-se de legitimar um ponto de convergência.

Ao atuar em uma função oficial, uma pessoa pode se envolver em atividades que modificam a imagem da cidade, desde a arborização até mesmo a preservação de prédios antigos. A ideia é “ajustar” a imagem, isto é, a visão que o cidadão tem de sua cidade dentro dos parâmetros que a regem, inclusive do mesmo parâmetro, se necessário. Tal colocação evidencia a classe política, bem como os interesses públicos e privados na formatação de um projeto da urbe, seus símbolos, suas formas de padronização, entre outros que estão velados sob o signo do que se constrói ou se destrói. O espaço da urbe não é algo orgânico, ao contrário, desenvolvem-se mediante os tumultos, contradições, frenesis de mecanismo conscientes e inconscientes sobre sua película.

Quanto à imagem da cidade na história, vale lembrar que muitas vezes sua forma era vista como o centro da corrupção²⁹, mas, a partir dos reformadores do século XV, os paradigmas sociais analisados serviram como referência para o desejo de uma cidade perfeita, um não lugar, uma utopia. Nessas condições, a planta, a escolha dos espaços, a projeção do terreno, as regras e disposições da vida nesse espaço são reelaboradas. Entretanto, as conturbações não desapareceram.

Depois da sociedade do período de 1965 a 1973³⁰, tornava-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo, transformando sua ordem. Pode-se traduzir que a economia tinha dificuldades

²⁹ RYKWERT, Joseph. *A Sedução do Lugar: A história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 51.

³⁰ Referente ao termo pós-industrial refere-se ao período pós-década de 50, quando houve mudanças substantivas nos campos da ciência, da tecnologia, indústria, do trabalho. A expressão pós-moderno (Jean-François Lyotard) foi deixada de lado por alguns intelectuais. Os autores lidos, em sua maioria, tecem em suas análises de que a década de 60 inaugura um novo contexto cultural, no qual surgem questões sobre os problemas culturais, políticos, econômicos, tecnológicos. Embora nem todos eles analisem os mesmos quadros, existe um linha que atravessa suas análises que dá conta do desaparecimento da sociedade como sistema integrado e portador de um sentido geral, definindo em termos de produção, significação e com uma verdade objetiva. As categorias sociais são novas e apresentam-se incertezas culturais. Todos versam sobre as grandes alterações na vida das sociedades modernas ocidentais que denominam de hipermoderno (Gilles Lipovetsky), modernidade líquida (Zygmunt Bauman), alta modernidade (Anthony Giddens), modernidade tardia (Alain Touraine) e modernidade. Não cabe aqui esmiuçar as diferenças entre esses pensamentos, e, sim, assinalar que eles o fazem em razão das rápidas mudanças do fim do século XX.

com a rigidez dos investimentos de larga escala e de longo prazo, vide sistemas de produção de massa que impediam a flexibilidade de planejamento de crescimento. Todas as maneiras encontradas de superar esses problemas encontravam uma resistência da classe trabalhadora, o que explica a onda de greves e os problemas trabalhistas na Europa e nos Estados Unidos no período de 1968-1972.³¹

Na busca de um possível símbolo de segurança, o patrimônio histórico incorpora-se diante da constante mudança da cidade, já que a única certeza é a de que “podemos aprender com as cidades do passado”.³² Com a remodelação das cidades mediante critério de crescimento econômico e de participação do mercado, os agentes tomam suas decisões de acordo com a mesma lógica. A preocupação com o tecido urbano viu-se movida pelas forças do livre mercado e a falta de pertencimento da população em relação às novas edificações, diminuem a possibilidade de vinculá-las à memória.

A incessante construção-reconstrução do tecido urbano realizados por agentes os administradores, políticos, empresários articularam-se pelo equilíbrio lógico de lucro e/ou poder maquinado para obter prestígio e *status*. A composição não pode ser exatamente como seus habitantes a querem, porém sua aparência e o seu funcionamento são influenciados por aqueles que a administram. Exemplo disso é a emergência da *gentrification*³³ (gentrificação).

Com o processo de globalização e o neoliberalismo, reorganizaram-se os papéis do Estado a partir da década de 1970, que fora adotado pelos governos da América Latina na década de 1990. No último caso, com a diminuição do papel do Estado, o conceito de nação passa a ser questionado dando espaço para o fortalecimento das identidades regionais e locais.³⁴

Com os sérios problemas no que tange à saturação dos mercados internos e com impulso para criar mercados de exportação, o Ocidente rumou à acumulação flexível de capital que se intensificaria nas décadas seguintes. A emergência do novo ciclo de

³¹ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996, p.135.

³² ROSSI, Aldo. *Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins fontes, 2001, p. 23 -25.

³³ Conceito que diz respeito à expulsão de moradores tradicionais, que pertencem a classes sociais menos favorecidas, de espaços urbanos e que subitamente sofrem uma intervenção urbana (que provoca sua valorização imobiliária (com ou sem auxílio governamental). A capitalização dos espaços urbanos residenciais e comerciais, isto é, a substituição de lojas independentes por comércio multinacional. A partir de uma estratégia do mercado imobiliário, normalmente aliado a uma política pública de suposta “revitalização” dos centros urbanos, procura-se recuperar o caráter *glamouroso* da região em questão, de forma a atrair residentes de mais alta renda e recuperar a atividade econômica do local.

³⁴ MEIRA. Ana Lúcia Goelzer. *O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX*. Tese doutorado do PROPUR – Faculdade de Arquitetura UFRGS, 2008, p. 2.

organização do capitalismo acompanhava uma nova maneira de compreensão do tempo-espaço, bem como a ascensão de novas formas culturais.

Nesse período de tempo, a primazia do aqui-agora instalado nas sociedades democráticas ocidentais poderia ser compreendida como uma modernidade de novo gênero com um corpo que continha a comunicação de massa, o surto de individualização e hedonismo, a perda de fé nas grandes transformações políticas e a rápida expansão de consumo. Esse novo momento que Lipovetsky chama de Hipermodernidade³⁵ seria a segunda modernidade agora em uma potência superlativa acompanhada de desregulamentação desenfreada, de ímpeto técnico-científico e de uma fuga para adiante, cujos efeitos são tão carregados de perigos, quanto de promessas.

Até então na primeira modernidade, o espírito de tradição perdurava nos grupos sociais tendo o ideal de nação como legitimador do sacrifício supremo dos indivíduos, e o Estado o administrador das esferas econômicas. A partir da década de 70, o Estado recua, a privatização avança até mesmo em esferas mais restritas como a família e as religiões e somam-se o culto da concorrência econômica, da ambição técnica e dos direitos do indivíduo consumidor.

Esse período afirma o que pode se chamar de “consagração do presente”. Dentre as características que envolvem esses novos tempos são a passagem do capitalismo de produção para uma economia de subsistência e a substituição da rigidez disciplinar da sociedade, por uma sociedade completada pelo efêmero, da renovação permanente. O universo do consumo e da comunicação de massa aparece como um sonho jubiloso e inerente a ele está a novidade e a tentação como organização do presente.³⁶

As eras em que o homem preocupava-se com o futuro foram sendo substituídas pelo êxtase presentista em que a ação das coletividades é modificada pelas felicidades privadas. Com elas, surge a cultura hedonista que implica a satisfação imediata das necessidades: consumir sem esperar, divertir-se, não renunciar a nada. Os dispositivos do consumismo e da moda generalizada ajudaram a derrotar o legado político-ideológico da modernidade. Nesse novo quadro que foi fortalecido por um período de expansão inédita de renda e qualidade de vida, sobretudo no ocidente europeu e nos Estados Unidos; o Estado do bem-estar social; a mitologia do consumo; a contracultura; a emancipação dos costumes e

³⁵ LIPOVETSKY, Gilles. A Era do Vazio. Lisboa, Relógio d'água, 1990, p. 98.

³⁶ CHARLES, Sebastien (org.) É possível viver o que eles pensam? São Paulo: Barcarolla, 2006, p. 139-145.

outros fenômenos removeram o sentido trágico de futuro por um novo *Zeitgeist*, um viver aqui-agora que simulava a contestação para transformar-se em consumismo.

Quando o presentismo da segunda geração, ou a segunda modernidade como prefere Lipovetsky, eclode nos anos 80 e 90, a revolução da informática e a globalização neoliberal dão lógica à brevidade comprimindo o “espaço-tempo”, desvalorizando as formas de espera e lentidão, pondo em cheque as visões estatais, contraindo tudo a uma lógica urgentista e impondo a “concorrência temporal” do *just in time* no cotidiano da civilização ocidental. A tecnologia é utilizada para configurar a simulação ou colocar o passado na lógica do comerciável.

Sob o tripé: mercado, eficiência técnica e o indivíduo o mundo Ocidental é reorganizado. Ele se apresenta sob o signo do excesso, da fartura de mercadorias e seus locais de distribuição, antes profanos, tornam-se sagrados e abundantes; exacerbam os hipermercados e os *shoppings centers*, cada vez maiores dentro da vida urbana, mais e mais aglomerada, superpovoada, asfixiada e que dirige seus meios eletrônicos cada vez mais para a vigilância e identificação dos cidadãos em uma nova tática de disciplina totalitária. A velocidade dá o tom da vida cotidiana em virtude do instantâneo e a Internet potencializa o corpo do “sem-limites”, do frenesi consumista, em que se delineiam tendências contraditórias.³⁷

O individualismo internalizava no indivíduo a perseguição da maximização de seus ganhos na maioria das esferas da vida, ao mesmo tempo em que substitui antigas formas de regulação social de comportamento por uma maré de patologias, distúrbios e excessos. É produzido um movimento de ordem e desordem, independência e dependência subjetiva, moderação e imoderação. Como sugere Lipovetsky, “Não se trata de ir para a pós-modernidade, mas sim de modernizar a modernidade, racionalizando a racionalização”, o que incide sobre a diminuição dos regimes protecionistas, colocando em prática o ativismo gerencial, a exaltação da mudança, a adaptação e a flexibilização de um horizonte de esperanças, porém sempre por um imperativo de eficiência e pela necessidade de sobrevivência.

Dessa maneira, a *condição pós-moderna*, definida pelo esgotamento das doutrinas emancipatórias e pela ascensão de um tipo de legitimação centrada na eficiência, faz-se acompanhar do predomínio do aqui-agora. O fracasso das visões triunfalistas do futuro

³⁷ *Idem.* p. 11-12.

e das “metanarrativas” não foram apenas o resultado das catástrofes da modernidade político-econômica, mas tiveram efeito causado pela remodelação das mentalidades que oferecia novas perspectivas para as existências.

No campo cultural, a reformulação do passado mediante a lógica moderna de mercado transforma-o de obstáculo para culto de uma sociedade ambivalente.³⁸ O impacto da racionalidade instrumental, analisado anteriormente, multiplicou as alterações em diversas áreas, dentre elas patrimônio histórico cultural. O homem à deriva do instantâneo, do agora, da consumação e do efêmero, busca a identidade, a preservação de símbolos, da memória para conferir segurança diante do incerto, embora suas representações passem a ser enquadradas na lógica do mercado. Entretanto, o patrimônio edificado também é parte integrante das identidades regionais que a partir da memória coletiva resiste à diversidade das modificações do mundo Ocidental. Apreciado, de maneira consciente ou inconsciente, ele é uma representação tangível da sociedade que ali vive e de suas inspirações.

1.4 O patrimônio, em tempos de hiperconsumo

A cidade tornou-se nos últimos tempos um local não público. Diante da grande expansão das edificações, seus monumentos ficaram acanhados e os pontos de interesses que eram facilmente identificáveis tornaram-se quase que um tesouro a ser encontrado. Não se quer afirmar, todavia, que seus habitantes não encontrem brechas nas formulações, no regramento urbano, muitos menos que não tenham uma cidade reconhecida dentro do tecido urbano formal. Contudo, o local público como traço de desenvolvimento desses habitantes teve seu papel reduzido.

O século XIX acrescentou a prefeitura, o mercado, as fontes, os documentos, os teatros, pórticos, igrejas e outros novos espaços, tal como as estações ferroviárias e as arcadas envidraçadas. Esses pontos são e foram essenciais para qualquer forma de vida urbana ou rural. Sem eles, um cidadão não consegue “ler”, quanto mais “entender” o seu lar. “Um meio diferenciado e legível não só oferece segurança, como também aumenta a profundidade

³⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 23.

e intensidade potencial da experiência humana”.³⁹ O próprio Lynch percebeu que o mapa dos cartógrafos é completamente diferente da maneira como as pessoas reconstituem a cidade em suas mentes.

Na cidade do século XX, os pontos de encontro passíveis de serem identificados foram drasticamente reduzidos. Os restaurantes e bares foram transformados em franquias quase idênticas de refeições rápidas e comercializados geralmente em novas ilhas de satisfação, em que o encontro e a relação humana tiveram seu estatuto modificado pelo encontro rápido e frívolo do instante, em locais importados de centros comerciais⁴⁰. Em geral, as formas onipresentes de refrigerantes e alimentos misturam-se às placas chamativas de propaganda e à descartabilidade de seus objetos. A natureza homogeneizada das franquias de refeições rápidas resulta em instalações que não guardam relação alguma com sua localidade e que não podem servir como pontos de referência marcantes, uma vez que se distinguem umas das outras apenas pela abstração de seus logotipos. Na maioria das instituições do capitalismo tardio, as repetições expressam a mensagem de que o espaço foi padronizado e as associações anuladas.

Nesse conjunto, incluem-se o turismo de massa que se instala no terreno de uma urbanização de imitação em que os monumentos a complementam. A rede de tais empreendimentos é um fenômeno do final do século XX; afirmando-se em expectativas fantasiosas que o tornaram a indústria mais dinâmica do mundo, dificultando a resistência às suas demandas e a seus grupos de pressão. Ele pode ser conferido como uma parcela do turismo convencional, porém em amplo desenvolvimento, haja vista a incorporação da ideia de parques temáticos.

Segundo Bauman, os espaços públicos podem ser categorizados em dois grupos: a praça vazia e monótona, sem bancos para sentar, onde os prédios fantásticos são apenas admirados e não visitados; espaços hermeticamente fechados que induzem à perda diante da vastidão do espaço, que ampliam e desencorajam qualquer visitante. A segunda seria o espaço que transforma o habitante em consumidor, onde as salas de exposições, cafés, áreas de esportes, pontos turísticos não têm qualquer interação com o real. Naquele local, o consumo é um passatempo exclusivamente individual, no qual uma série de sensações só pode ser experimentada subjetivamente.⁴¹ Por mais que estejam cheios, os lugares de

³⁹ LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 25-28.

⁴⁰ PADILHA, Valquíria. *Shopping Center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.16.

⁴¹ BAUMAN, Zygmunt. *A Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 107-115.

consumo coletivo não têm nada de coletivo, visto que rompem os laços e descartam as lealdades. Os encontros precisam ser breves e superficiais, isto é, nem mais longo nem mais profundo do que se deseja. A partir das alterações do cotidiano, a vida social adaptava-se às necessidades individuais e coletivas em que a arbitrariedade e a violência foram substituídas lentamente a partir do Estado de direito e pelo mercado.

1.5 O passado revisitado: patrimônio convertido em consumo

Pode-se considerar que a civilização consumista atua cotidianamente pelo abrandamento da memória coletiva. Mesmo assim, o fenômeno do “revivescimento do passado” é observado como um fato de investidas das identidades. Longe de encerrar-se num presente trancado em si mesmo, o último quartel do século XX foi palco de um frenesi histórico-patrimonial e comemorativo, quanto às identidades nacionais e regionais, étnicas e religiosas. Quanto mais nossas sociedades dedicam-se a um funcionamento focado no presente, mais se veem acompanhadas de uma onda mnêmica de fundo. Nesse contexto, no processo de atualização da modernidade, reutiliza-se o passado.

Diante da insuficiência de informações ou certezas quanto ao futuro, organiza-se com grande ênfase a preservação do patrimônio sob os critérios de rentabilidade direta ou indireta numa esfera animada pela distinção regional, nacional. Surgem diversos monumentos ou reedições de monumentos que são um fim em si mesmo, visto que se justificam pelas somas que geram. Os desenvolvimentos turísticos exploram e promovem antigas edificações que são convertidas em produtos de consumo cultural, em que a valorização do passado é um fenômeno cada vez mais evidente.

O antigo estilo solene que buscava registrar de maneira permanente a memória nos próprios locais do passado cede lugar a um estilo frívolo e efêmero que se restringe apenas aos instantes da comemoração: simpósios, exposições, concertos, espetáculos, desfiles criativos, *happenings*. O passado da cidade torna-se um lugar pitoresco a ser visitado, jamais

como força atrativa dentro do presente e diante do discurso global, o investimento no passado é sempre mediado pelo “exótico”.⁴²

Diante da extensão do mercado turístico, a que se refere Choay⁴³, a moda do passado pode ser percebida nos objetos antigos, da caça às antiguidades, do retrô, do *vintage*, dos produtos rotulados como “legítimos” ou “autênticos” que despertam a nostalgia. As empresas cada vez mais fazem referência a seu passado, explorando seu patrimônio histórico, utilizando a nostalgia como argumento comercial. Trata-se de vender e comprar reminiscências, emoções, que evoquem o passado, lembrando os tempos esplendorosos, quando o valor de troca agora se junta ao valor emotivo ligado aos sentimentos nostálgicos.

A preservação na Europa tem como destaque os prédios antigos dos centros das cidades que são reformados, mas são dotados de conforto, retirando as características mais evidentes das edificações e os processos pelas quais passaram. A tradição também é utilizada para incorporar um produto de consumo a partir do estético, emocional ou lúdico.

Na sociedade hipermoderna, o efeito patrimônio-histórico vem tranquilizar o mal-estar, o comportamento dos consumidores que vivem em blocos de concretos que demonstram a uniformização funcional e técnica. Encontram um “conforto recreativo” diante das novas exigências de qualidade em todos os sentidos. É possível que a proliferação das comemorações e as preservações cheguem ao seu limite, segundo Lipovetsky, não encontrado mais eco no passado.⁴⁴

1.6 A memória e tempos de hiperconsumo

Se as lembranças que se detêm das cidades, por meio das edificações se organizassem a partir de um ponto de vista, isto é, além das memórias individuais de cada habitante, ainda houvesse outra memória de onde emanaria outra parte da memória; essas memórias externas seriam completamente diferentes das memórias individuais, mas seria a partir delas que o indivíduo utilizaria uma prática até mesmo oposta. Suas lembranças teriam

⁴²MENEGUELLO, Cristina. O passado nas cidades do futuro. Artigo publicado em www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid20.htm, 2002, p. 1-4.

⁴³CHOAY, Françoise. *op.cit.* p. 205-232.

⁴⁴CHARLES, Sebastien (org.) É possível viver o que eles pensam? São Paulo: Barcarolla, 2006, p. 140.

um lugar no contexto de sua vida pessoal que o distinguiria dos demais. Entretanto, para o indivíduo seria natural aceitar como membro de grupo a memória externa que comportaria formas de distinção de outros grupos.

O caráter patrimonialista tem esse viés que oferece uma redenção, uma identidade a determinados indivíduos que diante da fragmentação moderna buscam uma memória que sirva de amálgama e que tenha um caráter distintivo de outros grupos. Para evocar um passado, às vezes mítico, os indivíduos recorrem às lembranças de outros que acabam se tornando referência para parte da sociedade. “Na memória individual não é possível sem esses instrumentos que são palavras e ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente”⁴⁵, argumenta Halbwachs.

Quando o indivíduo evoca a memória externa de si, obriga-se, de certa forma, a submeter-se à memória dos outros, tomando-a de empréstimo e que o leva a ficar alijado de sua identidade. Ao falar sobre patrimônio histórico nacional, isso deixou um traço denso, porque as instituições são modificadas perante interesses político-partidários, regionais, de um grupo tradicional, de classe ou até mesmo de modelo de família. Dessa maneira, os símbolos, as noções e os valores que se condensam a essas memórias são representadas nas edificações, que acabam revelando além dos tipos de cidade em diferentes tempos históricos, remetem aos valores de cada geração que teve preocupação em derrubar ou em destruir. Até mesmo dentro dos grupos preservacionistas impõe-se um tipo de memória, ao selecionar as peças a ser preservadas.

A memória individual, pessoal ou autobiográfica é conectada à memória exterior ou memória social ou histórica. O panorama que a memória pessoal apresenta a cada um sobre sua vida é completamente diferente da memória histórica que apresenta o passado de forma resumida, esquemática e, por vezes, incompleta. Os fatos históricos que se conhece geralmente são signos reproduzidos através dos tempos que se ouve, se lê, dos quais não se participa como testemunhas. “a história parece um cemitério em que é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas”.⁴⁶

Parece que se o ambiente social passado existe apenas como representação histórica alheia à vontade da maior parte da população e esta, alheia às principais tomadas de decisão transcorridas, acontece sem nenhum contato com a vida pessoal dos habitantes da sociedade. Usa-se a metáfora de Maurice sobre o viajante num barco em que, desatento, não

⁴⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-37.

⁴⁶ *Idem*. p. 159.

reflete sobre o que acontece às margens enquanto navega, ficando à mercê de poucas lembranças que terá no futuro ou das reconstruções externas realizadas. Jamais terá tido contato com a região percorrida.

Dessa maneira, quando se articula a memória, muitas vezes esses intelectuais lançam mão de pontos que estão fora das memórias individuais e que se impõem sobre elas embora não tenham origem em nenhuma delas. Ainda que não corresponda em sua totalidade, essa afirmação tem se garantido ou pode estar veladamente inclusa nos debates acerca das identidades, em que o patrimônio edificado é uma ferramenta de constituição da memória de um grupo, tomando a noção de valor da sociedade contemporânea e imputado a fatos históricos sem relação com esta noção.

Os fatos vistos jamais serão destacados por si como reveladores de importância nacional, ou regional. Seu caráter distintivo será oferecido na medida em que, a partir da memória histórica, tal como uma criança, o indivíduo sair de si e entrar no círculo das preocupações do grupo, dos interesses e das paixões. Pode significar que a memória histórica necessitará da memória individual para poder se desenvolver para não funcionar no vazio, ou, talvez, de que o ser humano buscará sempre algo para se identificar e se destacar, não importando qual seja sua memória externa balizadora, em última análise, uma precisará da outra.

O que, na pesquisa histórica, deve ser levado em conta é que muitas vezes as fontes (memória social externa) são transmitidas com certa aura de valores completamente diferentes dos tomados em determinado contexto histórico, isto é, nem sempre a memória patrimonialista tem em seu conjunto de argumentos os valores respectivos da outra geração de agentes preservadores. Os interesses podem ser complementares, mas não serão iguais. Podem estar pintados pela imaginação, com superstições, ideias preconcebidas em busca de uma sociedade completamente diferente da que existiu, bem como da que existe. Nesse caso, a memória, ou seja, a seleção de fatos pode ser uma forma de poder exercida por outrem, para garantir a distinção.

Quando um grupo é inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, mas ao mesmo tempo, dobra-se e adapta-se a coisas materiais que resistem a ele. A cidade como *locus* da memória coletiva e histórica tem vestígios que por meio das pesquisas podem esclarecer as mutações ocorridas em períodos anteriores, bem como avaliar as contradições e descrystalizar mitos, salientar estereótipos. A cidade compreendida como arquitetura pode servir de objeto para compreender os valores dos grupos que a compuseram,

descortinando sobre seus costumes, distinções sociais e desempenhar como figuras da memória coletiva.

Importa um estudo *a priori* que reflita sobre o conceito de valor associado ao discurso que escolha tais edificações e lhes atribua um “valor”, conceito caro e que tem inúmeras definições. É provável que o “valor histórico” das edificações pode ser compreendido como relação da coletividade com o lugar, permitindo compreender o significado da estrutura urbana e dos valores daqueles que nela convivem. Portanto, a memória coletiva não deve soar como algo natural, como se fosse um dado simples e que atende a todas as demandas daqueles que são formam a cidade ou um dia fizeram parte dela. Se dentro da cidade ditam-se as ações dos indivíduos, deve-se levar em conta que nos fatos urbanos, nem tudo é coletivo.

1.7 A memória na construção seletiva do passado

As memórias coletivas e históricas interagem e necessitam uma da outra. Cada indivíduo ganha consciência de si em comunicação com o outro, a partir das condições que o socializa, sendo a memória individual formada pela coexistência tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e a conseqüente alteração ocorrida no campo das representações do pretérito. A experiência acontece no interior em que a identidade do eu se forma na interação simultânea com o exterior.

Dessa maneira, deve-se levar em conta que a relação com o passado ou o ato de recordar-se acaba envolvendo sujeito diferente daquele que evoca, bem como o desejo de chegar ao verossímil, utilizando a recordação do outro. Pode-se afirmar que a memória é um processo relacional e, por conseqüência, a formação do eu de cada indivíduo será, assim, inseparável da maneira como ele se relaciona com os valores da sociedade e dos grupos em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso.

Isso pode ser aplicado à seleção dos vestígios urbanos como uma forma de “relembrar” ou “comemorar” determinado fato histórico. O edifício é este vestígio, essa ponte, por meio da qual é possível ler como a memória é articulada com os valores de sua época. Se a personalidade forma-se dentro de “quadros sociais de memória”, conforme

Halbwachs⁴⁷, pano de fundo que consente na apropriação da herança e suas representações, então, a comunicação, transmissão e revificação do passado pode ser alvo de rejeição (esquecimento), o que tem se apresentado nas sociedades contemporâneas, mais complexas e mais individualizadas.

Todos os condicionamentos levam a crer que a memória é seletiva, segundo Fernando Catroga seria a “retenção afetiva do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”.⁴⁸ Ao tratar do campo do patrimônio edificado, essa retenção ainda recebe sobre si valores contemporâneos como justificativa para sua preservação. Significa que a edificação é uma escolha que acopla valor contemporâneo à necessidade de alteridade, cuja característica é preencher os vazios da amnésia, das discontinuidades do passado, da domesticação do aleatório. Se no ato de lembrar-se, história e ficção se misturam, cujos pontos de partida e chegada são escolhidos pelo próprio evocador, o patrimônio transforma-se não apenas em vestígios que carregam determinada aura do período em que foi construído, como também demonstra os valores de outra época que foram evocados como fundamentos para a sua preservação. Como destaca Walter Benjamin⁴⁹, a faculdade de recordar-se não se limita a evocar o passado; ao contrário, ela deseja transformá-lo, de modo a acabar o que ficou inacabado. Oferecer à indústria cultural a possibilidade de modificar esse passado tem sido usado como uma maneira presentista de reutilização dos espaços com fins comerciais, o que, por certo, mostra os valores contemporâneos, mas não desvela realmente o que os vestígios contêm em seu corpo, por isso se torna perigoso.

Diante desse quadro, a representação confunde-se com o real-passado, e sobre este muitas vezes o evocador mobiliza argumentos de verificação para o que é narrado por ele, a partir da edificação como testemunho. Como proposta, a edificação levanta certa quantidade de memórias, porém estão muitas vezes encobertas pelas razões pragmáticas que condicionam as seleções apaixonadas do que já não existe. Isso pode acarretar uma dimensão histórica da memória que quanto maior, mais facilmente poderá ser utilizada para “inventar” algo e abusar dele. A indústria cultural tem se especializado nessa área, principalmente a partir da década de 90 no Brasil, em que parte do patrimônio edificado tem sido específico para fins lucrativos, enquanto outros, “menos” importantes são relegados à incúria pública ou privada.

⁴⁷ HALBWACHS, Maurice. *op.cit.* p. 84.

⁴⁸ CATROGA, Fernando. In. SMOLKA, Ana Luíza. *A Memória em Questão. Educação e Sociedade*. Campinas: falta editora, 2000. p. 166-188.

⁴⁹ BENJAMIN, Walter. In. *Teoria Cultural de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 221-254.

Desse modo, surgem alguns questionamentos relevantes diante desse campo. Por um lado, como saber até em que ponto as memórias coletivas e individuais são apenas um fração dos fatos históricos, e em que ponto elas são complementadas pelo externo; e, de outro, como utilizá-las para justificar e argumentar as seleções que compõem os inventários de patrimônio edificado, as destruições desse patrimônio ou a justificativa para preservá-lo. É relevante investigar que noção de valor subjaz aos discursos e no campo da prática da representação, identificar as ideias, os interesses que se plasman em diversos “lugares de memória”.

Um exemplo bem peculiar é o monumento, uma vez que se trata de um traço do passado, consciente ou não, a sua leitura será ressuscitadora de memórias, se não se limitar à perspectiva gnosiológica e “fria”, e se for medida pela afetividade e pela partilha comunitária com outros. Mesmo que o monumento seja um símbolo que opera a recordação, é necessário observar que ele está na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas e que sua enunciação pode servir para dar sentido aos indivíduos e dos grupos em que eles se integram. Portanto, deve ser confrontado com o que elas omitem e ocultam.

O rito criado para a prática de anamnesia, isto é, o ato de lembrar-se ou trazer de volta a memória, serve muitas vezes para desempenhar funções sociabilizantes, conforme Bourdieu.⁵⁰ Esse imperativo constrói e renova as identidades, domesticando o fluxo do tempo num presente que dura, como as edificações marcam no espaço. Por elas, atravessam gerações que inferem sobre elas valores do seu tempo.

Dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a selecionar o passado e sobre ele construir elementos novos e anacrônicos fazem parte do processo psicológico sob o qual as escolhas sempre são acompanhadas dos atos de esquecer, silenciar e excluir. Nessa operação, as edificações podem conter níveis de identificação, distinção e da interiorização da norma, mas também podem servir para a criação de um sentimento de pertença em que os indivíduos se reconheçam dentro das totalidades que, vindas do passado, pretendem se projetar ao futuro. Nesse sentido, é que a relação entre memória, identificação, filiação e distinção será fundamental para a justificativa de preservação do patrimônio, bem como das metas da indústria cultural dos últimos 20 anos.

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. É que a memória também tem papel pragmático e normativo. Em nome de uma história, ou de um patrimônio comum ela visa a inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros, e exigê-lhes, em nome da identidade do eu ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas.

A construção psicológica que explicita o recordado tende a unir os instantes em uma espécie de continuidade e também de esquecimento, distanciamento para que o indivíduo atualize a unidade do seu eu, bem como do grupo a qual pertence. Os ritos desempenham um palco de coerência para perpetuar esse sentimento de pertença com a promessa da possibilidade de eternizar e vencer o esquecimento, isto é, a morte.

Ainda no século XIX, esse ritual ganhou mais expressão, podendo sustentar-se que aquele foi o “século da memória”⁵¹, da mesma forma que “o século da História” em que se construiu o símbolo e a ideia de nação, que encontrava no passado a sua legitimação.⁵² Ainda assim, apenas o que for lembrado poderá explicar e compreender, visto que a memória também é projetiva e ditada pela condição histórica de quem a faz.

1.8 A crise da memória

O último quartel do século XX teve em seu bojo uma série de alterações que acompanhou a ruptura nas sociedades contemporâneas ocidentais, provocada pela forma como o homem experimenta o tempo e o espaço, provocando uma crise no terreno da memória coletiva. Durante a década de 1980 e 1990, os períodos tornam-se simples somas de fragmentos que, muitas vezes, serviram a determinados objetivos obscurecidos pelo presentismo consumista. O que anteriormente era um estágio acumulativo e evolucionista da prática comemorativa historicista tornou-se efêmera diante da contestação desses postulados: progresso, evolução, previsibilidade. O problema, surgido a partir do último quartel do século XX, instalou um sentimento de descontinuidade, da dissolução da vivência do tempo real, em que a memória foi dissolvida da ideia de futuro.⁵³

Assim, a crise da memória vai ao encontro da preservação de patrimônio edificado na indústria cultural, já que o tempo-mercadoria, o presentismo e a instantaneidade ampliada pela sociedade de consumo supervalorizaram os ideais emancipadores até um ponto que suas representações não têm mais sentido algum. O tempo-memória, as tradições têm um

⁵¹ NORA, Pierre. *op. cit.*

⁵² É a mesma estrutura que se encontra nas práticas evocativas que estão a serviço da instituição e do reconhecimento de identidades coletivas, vem como o esboço do evolucionismo histórico que desenha os seus desejos de vitória sobre a inexorável degradação trazida pelo curso do tempo.

⁵³ Lipovetsky, Gilles. In. CHARLES, Sebastien. *op.cit.* p. 148.

novo sentido, que quase esquizofrenicamente busca no passado a garantia efêmera de manter o presente apaziguado. Os rituais de recordação são encarados de forma habitual e fria e, muitas vezes, tenta sacralizar todos os espaços como ponto de identificação, tornando esse culto ao passado um local da mercantilização e como diria Paul Ricoeur, “à imposição de memórias estranhas”.⁵⁴

Isso acaba criando modos distantes de comemoração, nos quais ao invés de utilizar a fragmentação para preservar a pluralidade acaba criando uma prisão de conformismo, tornando a memória mecânica, o que seria mais nefasto do que o simples e puro desaparecimento.⁵⁵ A carência de conhecimentos históricos como os seus excessos debilitam a “força plástica da vida”, porque não compreendem o passado como um alimento vigorante. Ainda que nem todas as etapas de preservação do patrimônio edificado de Caxias do Sul incluam-se nesse período de crise, as políticas de controle da passagem para o novo século já incluem esse modelo de culto ao passado, a memória de forma presentista.

⁵⁴ RICOEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 132-134.

⁵⁵ *Idem.* p. 135. A intervenção preservacionista de revitalização em alguns locais tem criado novos espaços em antigos prédios, em que ao invés de destacar e aprofundar a análise sobre o vestígio serve para apagar qualquer traço relevante das edificações, tal como reformas grosseiras dos espaços, além de realizar instalações para apresentações sem vínculo com a edificação e de orientação especulativa e financeira.

2. O CAMPO DO PATRIMÔNIO

Este capítulo versa sobre a constituição do campo relativo ao Patrimônio Histórico mais especificamente a partir do século XIX. Analisa de que forma configurou-se no continente Europeu e as influências no caso brasileiro, desde a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional até a política desenvolvida no último quartel do século XX. A industrialização e a modernização urbana tiveram intenso desenvolvimento no último século, gerando mudanças cada vez mais velozes que contribuíram na formação de organizações preservacionistas. A busca pela preservação das memórias coletivas no final do século XX configurou-se como maneira de resistir à fragmentação das cidades e de seus modelos de gestão, que privilegiam a funcionalidade arquitetônica e a especulação imobiliária em detrimento dos vestígios de como a cidade foi imaginada em momentos históricos distintos. Para compreender como o patrimônio edificado regional passou a ser considerado passível de preservação, é necessário analisar as ações da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como forma de garantir uma identidade frente à transformação da urbe, das identidades nas sociedades ocidentais.

2.1. O patrimônio como resistência

Os primórdios da preservação apresentam-se de forma isolada desde o século XV. Sua conduta era realizada por segmentos da sociedade e incidiram preferencialmente em dois países: na França do século XVIII surgiram algumas iniciativas preservacionistas, segundo os estudos de Chastel e Babelon⁵⁶, que perpassavam pela ideia de preservar algumas edificações que assumiram identificação com a fisionomia da cidade. Enquanto na Inglaterra, a sociedade de antiquários assumiu a função de conservar determinados objetos frente ao vandalismo reformista, que destruiu igrejas e, sobretudo, imagens.

Desse modo, a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados Modernos que, a partir de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam

⁵⁶CHASTEL, André; BABELON, Jean Pierre. La Notion de Patrimoine. Revue de l'art, Paris, n°49, p. 21 In: FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro: UFRJ, Minc-Iphan, 2005, p. 21.

um conjunto de bens no espaço público. Nesse sentido, as políticas de preservação propunham-se a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva. Diante dessa prerrogativa, os discursos que costumam justificar a constituição dos patrimônios desenvolveram-se e produziram novas políticas públicas de preservação, sendo o passado percebido como herança coletiva que dava “validade e intensificava o interesse por salvar relíquias e restaurar monumentos como emblema da identidade, da continuidade e das aspirações comunitárias.”⁵⁷

As ações foram transformadas, fortaleceram-se após a instauração de um novo Estado em 1789. A noção de patrimônio inseriu-se em um projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional e serviu de consolidação dos Estados – Nações Modernas. Entretanto, observou-se a ambiguidade entre o discurso e a prática, uma vez que muitas demolições foram autorizadas pelos comitês revolucionários que tratavam de apagar símbolos dos poderes vencidos, do clero e da nobreza. No período do Iluminismo, o conceito de história, arte e patrimônio tiveram seu momento de afirmação, e os estilos passaram a designar características específicas, sendo a institucionalização definitiva da atividade de preservação pelo Estado, ocorreu a partir de 1830, quando o historiador Guizot propôs a criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos.

Esse “poder simbólico” dos patrimônios teve alcance limitado, visto que, por um lado, a política de interesses era sempre conduzida por intelectuais com certo grau de especialização em determinadas áreas do saber (arte, história, arquitetura, arqueologia, antropologia); e, por outro, deveria ser composto por usuários com domínio desses códigos. Para legitimar o patrimônio era necessária uma base de valores culturais atribuídos a partir de critérios formulados por essas disciplinas.⁵⁸

Nos conceitos estabelecidos após a Revolução Francesa, o patrimônio passou a servir na construção dos Estados Nacionais e na delimitação de singularidades culturais. A partir da Revolução Industrial foram atribuídas novas significações em função do crescimento urbano. A Revolução Industrial gerou ruptura no modo de produzir e de viver artesanal, e o Romantismo surge, inclusive, em decorrência da mostra da falibilidade da modernização e das mazelas geradas pela industrialização, passou a privilegiar o passado, os valores da sensibilidade e o lugar do sujeito na percepção do mundo.

⁵⁷ LOWENTHAL, David. El pasado es un país extraño. Madrid: Akal Universitária, 1998, p.7.

⁵⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC/Iphan, 2005.

Já na Inglaterra, a concepção sobre o passado não era mais um cânone, fonte de conhecimento e de modelos, como o do Renascimento; era um passado perdido, e só por meio da memória afetiva e da sensibilidade estética era possível, de alguma maneira, revivê-lo. O sentimento da reverência foi substituído pela nostalgia. A obsessão pelas origens, a partir da qual se explica a busca pelos movimentos nacionais, criou o passado nacional remoto, que diferenciava a cultura, tanto em relação à Europa quanto em relação aos países não europeus. Foram apontadas novas passagens para os movimentos de preservação do patrimônio, da história da arte e da historiografia moderna.

A construção espacial teve sua lógica acelerada de maneira que as diferentes formas de resistência à modernização desenfreada construíram-se sobre as narrativas utópicas anteriores e as quais faziam referência. Nesse momento, Baudelaire reutiliza a palavra “moderno”, pois compreendia que a modernidade era “o efêmero, o contingente, a metade da arte cuja outra metade é eterna e imutável.”⁵⁹ Nas concepções de Ruskin e Morris, a valorização do passado e de seus vestígios torna-se indissociável de uma nova comunidade baseada em princípios solidários. O “mundo de dantes” fazia parte do arquétipo da organização coletiva que reagia ao individualismo liberal, uma vez que no pensamento político, permanece o duplo movimento de carregar o passado como um peso e de, ao chorar sua perda, suspirar pelo seu retorno.⁶⁰

No século XIX, as especificidades utópicas dialogavam com a rápida desaparecimento dos traços da cidade e do nascimento da questão da preservação do patrimônio, da redescoberta do passado e das raízes. Isso surge no contexto da Revolução Industrial e dentro das comunidades dos socialistas utópicos e estava, segundo Raymond Williams, ligado à aglomeração da cidade, vista como a perda dos sentimentos humanos comuns até o acúmulo de uma forma poderosa, irracional e explosiva.⁶¹

Pela comunidade perdida, Morris⁶² protesta, o que, de certa forma, o aproxima do movimento romântico. Ao defender valores e capacidades humanas ameaçadas, e lutar para salvar esse modo de vida específico, sua visão crítica o faz simpatizar com os

⁵⁹ BAUDELAIRE, Charles In. BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 130.

⁶⁰ CHOAY, Françoise. A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 239-240.

⁶¹ Williams, Raymond. O Campo e a Cidade na História e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

⁶² MORRIS, William. Nasceu em 24 de março de 1834 na Inglaterra. Foi poeta, romancista, decorador, artesão, pintor, arquiteto, designer e ativista político. Criou a oficina de artes decorativas Trabalhadores Artistas, que produzia artesanalmente móveis e objetos. Em 1887, participou da Fundação Para a Proteção dos Edifícios Antigos. Na década de 1880, tornou-se ativo militante político e em 1884 criou, com amigos, a Liga Socialista.

despossuídos e com suas necessidades, advogando em nome da volta de um passado específico.

Assim, os românticos criticavam com muita veemência o realismo do presente. Isso permite que o grupo possa ser denominado simultaneamente de revolucionário e contra-revolucionário; cosmopolita e nacionalista; individualista e comunitário; retrógrado e utópico; republicano e monarquista; democrático e aristocrático, abrangendo correntes artísticas, pensadores políticos e reformadores sociais.⁶³ Além das críticas tecidas sobre a industrialização por consequência da destruição da cidade para implantação de novos modelos modernos, tanto da Inglaterra como na França, os propósitos ligados aos primórdios adquiriram novas significações.

2.2 O patrimônio urbano no século XIX

No século XIX, a procura pela modernidade apresentou-se de várias maneiras. No campo da arquitetura, buscou-se livrar de estilo ou ornamento. Na França o burguês esclarecido Haussmann⁶⁴, no seu projeto de reforma de Paris, destruiu parte das construções medievais e conservou outras edificações que estavam fadadas à demolição, de maneira a atualizar a malha da cidade, já que muitos, embora defendessem a preservação do passado, concordavam em uma modernização das cidades antigas. Assim, foi realizado um inventário detalhista quanto aos monumentos que poderiam ser demolidos, visto que os antigos quarteirões eram “empecilhos” à salubridade, ao trânsito e ao trabalho, ficando alguns monumentos do passado como exemplo do que não seria necessário para uma sociedade futura.

Mesmo que os românticos tenham se traumatizado com as reformas modernizantes, para eles não se tratava de um patrimônio que pudesse ser preservado tal como um monumento, isto é, o valor gravado apresentava-se em um modelo muito específico de peça urbana que era o símbolo feito para o fim de referenciar datas, momentos

⁶³ LÖVY, Michael. SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: O romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995, p. 261-280.

⁶⁴ Georges-Eugène Haussmann foi o grande remodelador de Paris, cuidando do planejamento da cidade, durante 17 anos, com a colaboração de arquitetos e engenheiros renomados de Paris na época.

escolhidos.⁶⁵ Essa atitude ainda está muito viva até os dias de hoje, não apenas na França, mas em diversos outros países. Mesmo assim, o conceito de Patrimônio, acompanhado de preservação, começou na Grã-Bretanha, com John Ruskin e, mais tarde, ampliou-se para outras modalidades.

A perspectiva de colocar a cidade como um objeto histórico teve seu reconhecimento demorado em virtude de uma rede complexa de relações que se estenderam durante quatro séculos, uma vez que a mentalidade de longa duração identificava a cidade a um nome restrito ou a uma história pessoal, além de ausência de documentação confiável. Os estudos que tratam dela, sempre eruditos apenas destacam os símbolos e monumentos, ficando a cidade apenas em um contexto jurídico, político ou religioso. A própria história da arquitetura no ocidente ignora a cidade. Dentro desse tipo de pesquisa no Brasil, ainda na década de 1980, são poucos os historiadores que se atêm a esse tipo de estudo.

O momento em que a cidade torna-se objeto de conhecimento passa a ser quando, transformada pelas consequências da revolução industrial, torna o “antigo” um contraste com o novo modelo. O urbanismo e a área de patrimônio histórico convivem nesse campo, e a constituição de noção de patrimônio aconteceu na oposição à urbanização dominante.

Segundo Choay, ela é o resultado de uma dialética entre história e historicidade que se apresenta em três figuras: memorial, historical e histórica. A figura memorial apresenta-se na Inglaterra de 1860, onde Ruskin já dispara a favor da proteção da malha urbana com a proteção incondicional de determinados elementos que a formam.⁶⁶ Para ele e outros preservacionistas, a cidade passa a ser considerada como um monumento histórico, revestido de valor de reverência. O presente é realizado a partir das cidades antigas, pré-industriais, deixando de lado a cidade historical que busca no devir, o progresso.

Uma visão completamente oposta a de Ruskin, bem como Haussmann, de que a cidade torna-se obsoleta na medida em que surge o desenvolvimento da sociedade industrial. Camillo Sitte (1843-1903) precisa sua afirmação de que a cidade contemporânea é feia e apresenta carência estética. Essa figura sustenta que a nova cidade é influenciada pela tomada de consciência das dimensões simbólicas, técnicas e econômicas da transformação da cidade industrial e do necessário progresso que acaba moldando a visão de mundo da sociedade. De certa forma, ele se une à proposta de Viollet Le Duc ao criticar o historicismo e

⁶⁵ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 95-116.

⁶⁶ RUSKIN, John, *As Pedras de Veneza*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.7.

o ecletismo dos arquitetos de sua época, condena todas as formas de cópia ou imitação do passado, porém embasa seu trabalho de forma histórica, descobrindo nos sistemas arquitetônicos do passado que seus princípios continuam os mesmos, apenas colocados sob condições históricas novas.

Não obstante, no século XIX, Viollet-Le-Duc tenha modificado sensivelmente sua opinião propagando da memória histórica ao esquecimento, não se atém ao historicismo do CIAM⁶⁷, considerando a historiografia um papel fundador, mas sem mitificar ou dogmatizar a cidade. Quanto a Sitte, apenas manifestou preocupação em preservar alguns centros antigos, mas sem militar por sua conservação. Coube apenas pensar na função museal da cidade antiga, porém ainda sem desenvolver uma filosofia implícita de preservação.

O papel museal tratava de colocar a cidade fora da historicidade, tornando-a histórica. Essa nova concepção são modelos desenvolvidos por aqueles que pensavam a fatia urbana como um museu. As cidades antigas eram deixadas fora do circuito de relativo movimento, o que causou certa dificuldade para conservá-los. Esses fragmentos urbanos, geralmente, estavam ligados ao percurso normal das novas cidades.

A noção de figura historial vincula-se à superação das visões de Ruskin e Sitte, e serve de base para todo o movimento atual sobre preservação das cidades antigas, dos centros históricos e das cidades. Um dos importantes teóricos urbanistas do século XX, Giovannoni, situou a dimensão estética do estabelecimento humano na rede de organização espacial, isto é, articulou a concepção crítica da preservação dos conjuntos urbanos antigos na dinâmica do desenvolvimento. O patrimônio urbano, nomenclatura usada pelo teórico em 1931, adquiriu valor e sentido como elemento da doutrina original da urbanização. Seguindo alguns pontos levantados por Viollet Le Duc e Sitte, questionou sobre o fim da cidade densa e centralizada e, se esta, não estaria a caminho de uma fragmentação gerando uma urbanização generalizada e difusa, antevendo um pouco o pensamento da década de 60.

Observando o movimento frenético dos espaços, articula novas formas de considerar a morfologia urbana. Essas malhas urbanas antigas ganham dois novos privilégios: elas são, da mesma forma que os monumentos históricos, portadoras de valores artísticos e históricos, bem como de valor pedagógico e de estímulo imaginados anteriormente por

⁶⁷ No início do século XX os CIAM aplicam a ideia de tábula rasa aos centros históricos, em que rejeitam a noção de cidade histórica ou museal, e apenas a partir da década de 1960 deixa de ter força na Europa, permanecendo com suas proposições em outros continentes.

Viollet-Le-Duc e Sitte, verdadeiros catalisadores do procedimento de novas configurações espaciais.

Contudo, Giovannoni⁶⁸ avança em uma nova concepção da mutação imposta ao espaço urbano pela era industrial, tirando de sua análise a compreensão de que a cidade deve ser pensada “como um organismo estético”. Sua doutrina resume-se em três grandes princípios. O primeiro deve integrar o fragmento urbano ao plano diretor local, regional, que simboliza a relação com a vida presente. Na continuação, o monumento não pode ser isolado, isto é, separado do contexto das construções nas quais está inserido, e, por último, respeitar a escala morfológica tomando os procedimentos adequados de preservação e restauro. Essas ideias tiveram grande resistência, mesmo que estivessem contempladas na Carta Italiana Del Restauro (1931). Diante desse patrimônio urbano a que se refere Giovannoni, está o campo de forças opostas, demonstrando a dialética da história e historicidade que recupera de certa maneira o valor dado por Ruskin e Morris às malhas antigas, com seus paradoxos e dificuldades.

Essas foram algumas bases importantes que consolidaram, no século XIX, dois modelos de política de preservação: o modelo anglo-saxônico, com apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para a valorização ético-estética dos monumentos; e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno de um patrimônio de forma planejada e regulamentada, visando aos interesses políticos de Estado. Este último influenciou na primeira metade do século XX países da América Latina, como o Brasil e a Argentina. Passado um século, os problemas ganharam escala ainda maior diante da aceleração abissal das mudanças das práticas culturais, políticas e econômicas, pairando sobre o espaço construído uma nova tarefa.

2.3 O IPHAN e o patrimônio no Brasil no fim de século XX

A produção de um universo simbólico tem relativa importância na medida em que este é produzido pelos intelectuais para a construção dos patrimônios culturais. Dentre os

⁶⁸ CHOAY, Françoise. *op.cit.* p. 119.121.

desafios articulados no Brasil, após a criação do SPHAN⁶⁹, o campo de atuação dedicou-se à seleção de bens que construíssem uma representação da nação sem levar em conta a pluralidade cultural e que funcionasse para reforçar a identidade. Ademais, que, de alguma forma, tivesse relação com a aceitação consensual, não arbitrária de uma seleção de determinados bens que estão ligados à memória coletiva.

Os intelectuais operam como mediadores simbólicos, uma vez que atuam no sentido de fazer ver como universais determinados espaços, infligidos como um aspecto de lugar no espaço social. Esses processos de seleção, regulados por leis, costumam ser conduzidos por agentes com um perfil definido.⁷⁰ No caso do Brasil, o papel político que é exercido pelos homens de cultura, desde o período colonial até a geração mais recente de preservacionistas, tem sido, no mínimo, ambígua quanto à ação preservatória. Como já estudado na tese de doutorado da professora Maria Cecília Fonseca⁷¹, as decisões desses intelectuais foram decisivas na orientação de políticas nesse campo. Segundo a autora, a partir da década de 70, a política de preservação começou a ser criticada, e seu caráter nacional contestado, por se referir apenas às produções das elites. Alguns intelectuais viram na área da cultura, marginal no conjunto das políticas estatais, um espaço possível de resistência ao regime autoritário. Outros passaram a ver uma oportunidade de cingir novos bens simbólicos no campo da preservação.

As orientações das cartas patrimoniais geraram diferentes perspectivas no campo da preservação de patrimônio, o que se dilatou com a orientação da política cultural desenvolvida. A proposta ampliou a noção de patrimônio e estimular a participação social, propondo uma relação de colaboração entre Estado e sociedade. Cabe ressaltar que muitos desses símbolos funcionavam como abstrações de tal forma que se distanciavam da identificação da população, já que eram estranhos ao imaginário e à memória coletiva, o que, por fim, gera uma pragmática maneira de conservação, enquanto as novas formas de culturas tiveram maiores potenciais de assimilação em suas comunidades regionais. A dificuldade de

⁶⁹ O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN foi criado oficialmente em 1937. Com as administrações, o nome foi alterado. No governo Collor, passou a denominar-se IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural unindo outro órgão que trabalhavam com patrimônio como o CNRC e o Fundo Nacional Pró-Memória. Mais tarde trocou para IPHAN. Neste trabalho é adotada a sigla IPHAN.

⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989, p. 8-9. “O poder simbólico [...] como poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física e econômica), graças ao defeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz a crença”.

⁷¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Pprocesso: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC/IPHAN, 2005.

diminuir a distância entre as tradições culturais regionais, identidades coletivas, memória nacional construídas pelo Estado fizeram com que as novas propostas não alterassem significativamente a questão preservacionista.⁷²

Embora o recorte deste trabalho incida sobre a década de 80 e 90 em que o foco torna-se o caso de Caxias do Sul e as relações com o IPHAN, é importante resgatar alguns aspectos da trajetória do Instituto. Salientar sua importância e sob que condições foram desenvolvidas as políticas de preservação, as ações referentes à região de imigração no nordeste do estado, mais especificamente Caxias do Sul e suas implicações durante o período referido a partir de sua subsecretaria no Rio Grande do Sul. A constituição do patrimônio histórico e artístico nacional versa sobre o poder dos Estados Modernos que, por meio de seus agentes e ordenamentos jurídicos específicos, recrutam intelectuais que atuam sobre um conjunto de bens simbólicos no espaço público. A proteção que esses objetos recebem serve para atuar no reforço da identidade coletiva, bem como a educação e dos cidadãos.

Claramente o desenvolvimento dessas práticas tem um limitador, visto que se dirige a toda uma nação e requer um grau de especialização de seus agentes, bem como critérios e estes, em última análise, produzem critérios e sobre eles valores culturais para lhes dar legitimidades. A ação política tem assim o objetivo de construir esse universo e o seu inverso também produz outra urbe. Evidentemente que em aspectos regionais o reconhecimento da comunidade pode ser mais fácil, entretanto, não se pode esquecer que construção simbólica deve funcionar na medida em que gera um sentimento de pertencimento, o que, em último grau de análise, só poderá acontecer se, de alguma maneira, despertar nos grupos sua memória coletiva.

Mas algo que, por vezes, passa despercebido é a maneira que este *pertencimento* é construído e sobre que valores, afinal, são usados na educação e na cidadania dos habitantes, uma vez que os valores transmitidos a partir do patrimônio nem sempre incorporam a diversidade e o consenso. No contexto brasileiro, as decisões dos intelectuais tiveram relevância nas ações preservatórias, pois a função das edificações teve papel político em determinados períodos, por vezes autoritários.

A partir da década de 1920, já estavam em funcionamento os grandes museus nacionais que ainda não eram protegidos, assim como muitas cidades perdiam-se devido a seu abandono. Isso gerou no congresso nacional amplo debate que conduziu à instalação de um

⁷² *Idem.* p.85.

serviço destinado a proteger obras de arte e história no país. O movimento modernista e o Estado Novo, em 1937 passaram a ditar a vida cultural no país.

Em geral, o movimento teve diversas posições ideológicas, além de incorporar recursos de vanguarda em relação à identidade nacional. Muitos dos movimentos tinham em comum críticas aos modelos políticos e culturais da Velha República e buscavam a mudança como ponto de partida para uma nova sociedade. Nesse momento, os intelectuais que foram os precursores do modernismo escolhem o colonial a ser preservado, ou a herança lusa, visto que consideravam o ecletismo um modelo de estrangeirismo, logo não havia maiores preocupações em preservá-lo. Na busca de equacionar e inventar a brasilidade criando um caráter nacional, ou seja, a comunidade imaginada, as demais comunidades estavam excluídas desse processo.

No Brasil, as políticas de preservação iniciaram com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e que tinha por finalidade: “[...] organizar a proteção do patrimônio histórico e nacional”. O projeto foi solicitado pelo Ministro Gustavo Capanema, sob o qual a definição de patrimônio histórico e artístico passou a ser:

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁷³

O anteprojeto de Mário de Andrade serviu de base para as políticas do recém criado órgão, seus intelectuais de vanguarda instalaram um plano, buscando conciliar valor das camadas cultas em nome do interesse público, formando assim uma identidade nacional. Essa foi considerada a “fase heróica” do SPHAN, durou três décadas devido à falta de recursos, de estrutura e pessoal especializado e pela quantidade de trabalho a ser realizado. Coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade a direção até 1967. Sua equipe era formada basicamente pelos intelectuais modernistas oriundos do Movimento de 22, entre eles, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Manuela Bandeira, Oscar Niemeyer, entre outros.

A relação entre cultura e política tinha por função a mobilização das massas, tendo as instituições oficiais que criar símbolos que invocassem a pátria brasileira, como a

⁷³ Decreto Lei de 25 de novembro de 1937.

bandeira, os hinos, o incentivo as atividades cívicas. A arquitetura, por exemplo, vinculava ao passado procurava cristalizar valores “eternos” característicos da tradição mediterrânea de gregos e latinos e retomados no *Quattrocento*. A predominância nos anos subsequentes na escolha do Patrimônio Histórico Nacional recaía sobre a monumentalidade construída em “pedra e cal”.⁷⁴ A prática privilegiava as construções religiosas, os militares, as residências senhoriais e os palácios que ostentavam um poder centralizado e oligárquico com características luso-colonial e barroca.

Dentro do projeto sobre a questão da institucionalização do patrimônio, o conceito de tombamento cria uma situação complexa, devido ao direito individual à propriedade e à defesa do interesse público pela preservação de valores culturais. Diversos projetos de tombamento foram recusados pelo Congresso, devido ao direito de propriedade.⁷⁵ A legitimação deveria ser conquistada, uma vez que o tombamento incorria em ressarcimento econômico o que, muitas vezes, tornava-se oneroso ao estado dependendo do tipo de valor-troca.

Nessa fase, o processo de decisão sobre os bens que seriam tombados era de responsabilidade dos funcionários da instituição e seus colaboradores. Existia a preocupação do SPHAN na elaboração de referenciais para orientar a seleção de bens, e classificações para ordenar o conhecimento acumulado. De certa maneira, a preocupação em qualificar a produção do conhecimento procurava evitar interpretações possíveis do órgão: que tivesse intuito de fazer propaganda do instituto e que seus trabalhos viessem a legitimar a ideologia do Estado. No caso brasileiro, o modelo de preservação influenciador foi o exemplo francês que teve relevância sobre o Instituto brasileiro.

O rápido processo de industrialização verificado nos fins da década de 50 e por toda a década de 1960 cresceu tamanho às cidades, bem como seu valor imobiliário, fazendo frente à política de tombamentos que se direcionava à preservação dos conjuntos e não mais às construções individuais. Com a necessidade de fortalecimento da identidade nacional, foi dado prioridade aos monumentos criados especificamente para tal fim, sendo no período da ditadura militar o momento em que a preservação tornou-se novamente pauta das políticas

⁷⁴ Termo é comumente utilizado na bibliografia especializada na área de patrimônio histórico e arquitetura, para designar a supervalorização que foi dada aos imóveis coloniais, com marcas de estilos arquitetônicos bem explícitos e de supremacia barroca, no momento de definição do patrimônio histórico brasileiro, com vistas ao processo de tombamento, para preservação e conservação.

⁷⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 2005, p. 104.

públicas em nível nacional, no bojo de várias ações culturais. Diversas instituições foram criadas como a FUNARTE, Conselho Federal de Cultura, Embrafilme, Concine, Secretaria de Assuntos Culturais.⁷⁶

Com a conturbação do cenário político internacional no último quartel do século XX, a economia foi reformulada. Já na década de 1970, inicia-se o processo de flexibilização; como observa Frederic Jameson, emergem os movimentos negros pelos direitos civis, a contracultura nos EUA, a descolonização no Terceiro Mundo e a “morte do sujeito”, na filosofia europeia que se caracterizaram como a “crise da modernidade”. As culturais tornam-se formas de resistência que utilizam as memórias coletivas frente à progressiva globalização e à ampliação da Indústria cultural, que atua sobre a produção artística e de bens preserváveis.

No Brasil, os anos da “distensão” coincidiram com a crise econômica internacional, em função da questão do petróleo. Nesse período, as contradições do modelo econômico do regime militar começaram a ficar evidentes, e o regime, assim como a modernização por ele instaurada, começou a enfrentar também uma crise de legitimidade.

Foi a partir da década de 70, após o esgotamento do regime militar, que a política foi criticada por se tratar de uma produção para as elites, o que, por fim, gerou uma revisão dos valores e conjuntos de políticas relativos à preservação. Nesse aspecto, foi implantado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas⁷⁷, no Nordeste, em 1973, com uma soma elevada para a preservação e conservação do patrimônio. No ano de 1975, surgiu a proposta de expansão do Projeto para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A partir de 1975, a instituição começaria a redirecionar os rumos até então tomados. A fundação do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, que primeiramente era independente do IPHAN, tinha como propósito o traçado para um sistema de referencial básico para a descrição e análise da cultura brasileira. Suas características estavam basicamente concentradas em adequação às condições específicas do contexto cultural do país; flexibilidade na descrição dos fenômenos que se vinculam às raízes culturais do Brasil; explicitação do vínculo entre o embasamento cultural e a prática das diferentes áreas, ciências e tecnologias. O conceito seria o de que:

⁷⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 138.

⁷⁷ OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o papel na construção do conceito de patrimônio no Brasil. *Cadernos do CEOM – Ano 21 n° 29 – Bens Culturais e Ambientais*. p. 28.

[...] cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis [...] existe uma gama de bens, sobretudo do fazer popular que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais, nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. [...] valores autênticos de uma nacionalidade.⁷⁸

Objetivando a percepção e o estímulo de adequação às alternativas regionais⁷⁹, esse projeto tinha o objetivo de retomar as questões organizadas por Mário de Andrade, em 1936, com escopo de colocar as discussões a respeito das variantes culturais como tema importante e necessário a ser pensado no quadro de políticas culturais. O CNRC desenvolveu programas que acabaram sendo interrompidos no final da década de 1970 com a extinção do convênio que havia entre o governo do Distrito Federal, CNPq, Ministério da Indústria e o Banco do Brasil.

Durante a gestão de Renato Soeiro houve ações de descentralização das ações da preservação; primeiramente, a partir de reuniões com os Governadores dos Estados. A partir desses encontros, intensificou-se a promulgação de leis de tombamento em estado e municípios.⁸⁰ O culto ao passado que tinha uma conotação de reverência junto a ênfase nos monumentos nacionais era semelhante ao mecanismo invocado no nível educacional no qual a moral e a cívica eram mecanismos de disciplinamento. O patrimônio era visto como um reprodutor de tradição e não como referência para a construção das identidades regionais.

Isto já começa a ser diverso nas ações de Renato Soeiro à frente do IPHAN, com algumas modificações realizadas objetivando abarcar culturas diferentes para a composição da identidade brasileira. Entretanto, a mudança acontece de forma mais intensa em 1979, quando é nomeado Aloísio Magalhães para assumir a responsabilidade e dar continuidade aos objetivos da Fundação Pró-Memória. Estavam mantidas as condições iniciais sobre as diretrizes de patrimônio a serem perseguidas, isto é, o sistema de ideias e a metodologia resgatada no projeto de Mario de Andrade a partir do CNRC. Por meio da unificação entre o SPHAN-PCH e o CNRS-Pró-Memória a “tradição” recebia um sentido transformador, característica produzida pelos modernos ainda no início da Instituição.

O trabalho realizado por Magalhães foi interrompido com sua morte em 1982, deixando o instituto praticamente paralisado, demonstrando que para o Estado a preservação não tinha relevância, pois além de o nacionalismo estar enfraquecido com o fim da ditadura militar, o instituto não dispunha de profissionais especializados para dar conta da demanda no

⁷⁸ *Idem*, p. 30.

⁷⁹ *Idem*. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. p. 46-47

⁸⁰ COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Cultura, Rio de Janeiro: MEC, n° 34. Abril- 1970 p.112.

país. A retomada, em 1985, incorpora o SPHAN-Pró-Memória ao Ministério da Cultura e inicia uma reestruturação lenta que na constituição de 1988 retoma os conceitos e a proposta de Mario de Andrade sobre patrimônio cultural, abarcando diferentes modelos de legados a serem incluídos no ato de tombamento. Na trajetória do Instituto, o decreto nº 3351 de 04 de agosto de 1988 concretizaria as propostas enunciadas da Constituição que tinham papel fundamental na instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que se tornou Patrimônio Cultural Brasileiro.

A globalização e a nova política econômica liberal, característica da década de 90, marcou uma nova interrupção sobre o que havia sido realizado até então nesse campo. Implantadas no governo Fernando Collor de Melo, o IPHAN-Pró-Memória foi reestruturado passando a se chamar de IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, subordinado à secretaria da Presidência da República. Além da extinção do FNPM/SPHAN, uma parte dos servidores experientes foi afastada e a mão de obra qualificada de restauro, demitida⁸¹, na cidade de Antonio Prado o escritório do Instituto foi fechado. As novas atribuições escondiam o discurso político paternalista e autoritário: em relação à administração do Instituto pelo Estado; pouco avanço nas questões relativas à preservação do patrimônio cultural brasileiro; pouco fomento à participação dos grupos sociais na sua definição. Talvez a Lei Rouanet fosse um dos únicos aspectos importantes à qual foi dada continuidade, uma vez que a partir dos investimentos do setor privado na área cultural e a instituição do Programa Nacional de Cultura manteve-se como aporte financeiro em termos de política cultural.⁸²

2.4 A preservação na era da indústria cultural

Desde o século XV existia um modelo de patrimônio histórico estabelecido sob o nome de antiguidade e que criavam em suas peças uma espécie de instalação no tempo que servia como referência. Com o advento iluminista, a definição de monumento histórico provoca uma ruptura da arte ocidental, da arquitetura que passaram a se referenciar no tempo como devir, como história, contrariando a tradição cristã. Os conceitos de monumento, cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano e suas figuras esclarecem de forma privilegiada

⁸¹ Durante o Programa das Cidades Históricas em 1979-1980 já havia sido percebida a escassez de mão de obra capacitada para realizar restauro. Informação prestada pela Arquiteta Briane Bicca na Banca de Qualificação de Doutorado de Ana Lúcia Goelzer Meira – faculdade de Arquitetura UFRGS, em 17 de agosto de 2007.

⁸² OLIVEIRA, *op. cit.* p. 30.

como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade, com a memória e como construíram sua identidade.

Mais adiante, a partir do constructo icônico das antiguidades surgiu a concretização no tempo histórico, e a edificação da imagem de si mesma foi enriquecida pela genealogia. Os estudos sobre a representação iconográfica demonstram que esses novos textos desvalorizaram o testemunho da palavra e da escrita, contribuindo para que os edifícios sirvam para o estudo das formas plásticas e do seu desenvolvimento como uma civilização da imagem: instrumento de análise do mundo e suporte da memória.

No século XIX, foi cunhada a instituição do monumento histórico com estatuto temporal diferenciado, conferindo presença concreta ao passado. A partir do trabalho historiográfico e das mudanças impostas pela revolução industrial, as relíquias transformaram-se em lembrança de um mundo perdido. Devorados pela técnica, os edifícios da era pré-industrial tornaram-se objetos de estudos, por consequência, receberam um papel de memória, tornando a conceito da palavra patrimônio mais complexo.

De modo geral, o conceito de patrimônio no século XX remete à herança associada ao paterno ou à pátria, opondo-se diretamente ao mundo natural. Sob o ponto de vista jurídico, está vinculado ao “conjunto de relações jurídicas que tiveram valor econômico para uma pessoa”⁸³, podendo ser de propriedade pública ou privada. As legislações de 1937, 1988 e as cartas internacionais de preservação da UNESCO definiram como histórico, artístico ou paisagístico e se agrega ao adjetivo *nacional*. Por não poder ser considerado fora de uma rede simbólica, o patrimônio é necessariamente um conjunto de bens que revela uma cultura, e que se constitui seu patrimônio. Ao estar ligada à cultura e à memória, sua definição mais apropriada, nesse caso, é a da UNESCO, em que o patrimônio cultural edificado é “um corpo de signos materiais que acumulados pelo passado servem de ponto de identificação de cada cultura”.⁸⁴

As formas e os objetos de culto modificaram-se devido às áreas de difusão do seu *corpus* e de seu público, depois lentamente passaram a integrar uma condição que estava ligada ao turismo. A transformação do patrimônio edificado em monumento histórico individualizado foi um advento assumido pelo Estado, cujo modelo jurídico, administrativo e técnico foi criado pela França e transportado a toda a Europa. A metamorfose quantitativa

⁸³ SOUZA FILHO, Carlos Marés de. Bens Culturais e Proteção Jurídica. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal, Unidade Editorial, 1999, p. 51.

⁸⁴ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. CARTAS PATRIMONIAIS. Brasília: IPHAN, 1995. p. 175.

sofrida pelo patrimônio histórico que reforçou a política cultural do Estado teve impacto na década de 1960. Isso se deve à expansão dos valores e de referências do mundo ocidental. Simbolicamente isso pôde ser visto na Assembléia Geral da UNESCO de 1972, em cujo texto o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico- conjunto de edifícios, sítios, e monumentos apresentavam “um valor universal do ponto de vista da arte ou da ciência”.⁸⁵ A partir daquele momento, estava oficializado o sistema ocidental de pensamento e dos valores produzidos quanto ao tema. Essa convenção criou um conjunto de obrigações relativas à “identificação, proteção, conservação, valorização, e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações”. Contudo, situou uma pertença comum, uma solidariedade internacional para proteção desse patrimônio, em que a comunidade encarregava-se de socorrer os objetos com os quais se identificava.

Na mesma proporção que esse novo cenário cria uma religião patrimonial, ocorreu uma nova investida sobre o inventário que dava a determinado estado certo prestígio, pois a convenção de 1972 foi ratificada e aceita por 21 países distribuídos em cinco continentes.

Na medida em que o passado tornava-se cada vez mais próximo do presente, os produtos técnicos da indústria ganharam os mesmos privilégios de conservação que as obras de arte arquitetônicas, realizadas no período de produção artesanal. Muitas peças, graças à expansão tipológica, receberam *status* de *corpus* patrimonial, durante a segunda metade do século XIX e XX, quando as novas formas de edificações, retratos de um mundo em industrialização, são integradas à prática conservatória, de tal forma que as próprias áreas abandonadas, pela desenfreada modernização da urbe, passam a ser consideradas como alvos preserváveis. De certa maneira, esta efusão patrimonialista acaba por criar uma onda preservatória que se associava a uma maneira de compreender a preservação de acordo com a indústria cultural.

⁸⁵*Idem*, p.175-192. Texto da Convenção do Patrimônio Mundial. UNESCO, 1983. O patrimônio cultural era definido por: os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham valor universal do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em razão de sua arquitetura, de sua unidade ou de sua integração na paisagem, tem um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Os sítios: obras do homem combinadas com a natureza, assim como as zonas, inclusive sítios arqueológicos, que têm um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. O valor excepcional é um critério vago, difícil de aplicar, segundo Françoise Choay em sua obra “A Alegoria do Patrimônio”. A autora questiona por que, no caso dos sítios, o adjetivo “científico” é substituído, de certa forma, por etnológico e antropológico.

A ambição moderna de eliminar as diferenças e os privilégios dos valores intelectuais e artísticos acabou se aliando ao desenvolvimento da sociedade de consumo de massa, tornando os monumentos históricos fontes de consumo e audiência que se alastrou por todo o mundo. No caso francês⁸⁶, como alerta Choay, o Estado promoveu e controlou os recursos a serem utilizados pelos seus poderes, criando ritos oficiais do patrimônio histórico. O próprio termo cultura é ampliado após a segunda guerra para dar formato a diferentes grupos de cultura: popular, pobre, erudita.

A cultura transforma seu invento de realização pessoal e torna-se empresa, indústria e, a partir dali, os monumentos e patrimônios históricos contêm um duplo sentido: proporcionar prazer e saber a todos que a desejem; tonam-se produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. Parece que a trajetória da preservação do patrimônio urbano misturou-se com o próprio urbanismo e com a gestão das cidades que tinham determinadas edificações seculares. O vasto empreendimento público e privado a serviço de grande número de “agentes do desenvolvimento” tinha a tarefa de explorar os monumentos por todos os meios, com a finalidade de multiplicar o número de visitantes, o que, em síntese, transformou o valor de uso em valor econômico, como se percebe no discurso do Ministro do Turismo Francês: “Nosso patrimônio deve ser vendido e promovido com os mesmo argumentos e as mesmas técnicas que fizeram o sucesso dos parques de diversões”.⁸⁷

No caso brasileiro, no século XX, desde o início houve diferença quanto à ação preservacionista. Em 1937 com a instituição do SPHAN e lei de tombamento, procurou-se primeiramente dar manutenção à identidade nacional utilizando-se das cidades com vestígios do período luso-colonial. No Rio Grande Do Sul, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que administrou a fase “heróica” do patrimônio, de 1937 a 1967, foram tombados dezessete bens edificados, dos quais doze no período em que Getúlio Vargas era Presidente da República.

A busca a outras formas culturais passíveis de preservação, como é o caso de Caxias do Sul, para compor o mosaico nacional, proposto por Mario de Andrade, ainda em 1937, foi reassumida por Aloísio Magalhães em 1979. Após o processo de democratização nos anos 1980, os movimentos sociais passam a ocupar um espaço cada vez maior nas

⁸⁶ CHOAY, Françoise. *op. cit.* p. 208-209.

⁸⁷ Ministro do Turismo francês em discurso em 09 de setembro de 1986. In CHOAY, Françoise. *op. cit.* p. 211.

decisões sobre as cidades.⁸⁸ Mas a maior parte dos tombamentos acontece a partir de 1985, após a fim da ditadura militar na gestão de José Sarney.⁸⁹

As noções de patrimônio histórico e artístico nacional constituído no âmbito da formação dos Estados-Nações e da ideologia do nacionalismo foram sendo alteradas, conforme o contexto e as indicações dos organismos internacionais que priorizavam o patrimônio cultural. Isso significa que as intervenções de edificações/monumentos que expressavam um passado heróico ou expressão artística, readequavam seus critérios para representações culturais, o que abarcava outras comunidades no arranjo da nação brasileira, contemplando diversas regiões.

Existia um sentimento favorável ao reconhecimento da contribuição das áreas de imigração, acolhendo uma construção coletiva que equiparava as edificações de diversas etnias como monumentos a ser tombados. Nas palavras de Lygia Martins, funcionária do DPHAN:

É justo o pedido de proteção de conjuntos ou remanescentes arquitetônicos de colonização não-portuguesa no Sul do País, [...] De fato o IPHAN ainda tem muito a fazer no setor, e pelo que se vê não pode adiar sua atenção desse capítulo de nosso patrimônio cultural.⁹⁰

No caso de Caxias do Sul, além desses aspectos, serviram para reforçar a ideologia da tríade mitológica distintiva: colono-trabalho-sucesso, pois de certa maneira a preservação estava longe das massas.

O efeito da indústria cultural sobre as edificações de maneira mais ambiciosa é reforçado em meados de 1980 e na década de 1990, quando a globalização, as novas diretrizes mundiais de preservação e as realidades regionais dão conta de unir a preservação ao turismo, privilegiando o aspecto das economias locais. Segundo Murta e Albano:

Numa cultura globalizada, que busca entretenimento a todo custo, é fundamental tocar a emoção, provocar as pessoas, estimular novas formas de olhar, de ver e apreciar [...] É tempo de consolidar entre nós a prática da interpretação do patrimônio para propiciar o desenvolvimento cultural das comunidades e fortalecer o turismo sustentável.⁹¹

⁸⁸ SILVA, Leonardo, FONTES, Paulo, MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio Industrial e Especulação Imobiliária: o caso da Lapa. São Paulo: Portal Vitruvius, ano 9. vol.11, junho 2009, p. 2.

⁸⁹ MEIRA, Ana Lúcia G. 2009, *op. cit.* p. 290.

⁹⁰ *Idem*, p. 305-306. Informação nº 27/05/1975, de Lygia Martins Costa para o Sr. Renato Soeiro. Arquivo Noronha Santos Geralmente, acredita-se que essa ampliação do conceito de bens culturais aconteceu apenas com Aloísio Magalhães. Porém, segundo a coordenadora da 12ª IPHAN em Porto alegre, Ana Lúcia Meira, foi na gestão de Renato Soeiro que a preocupação com os remanescentes do patrimônio cultural das áreas de imigração foram priorizados.

⁹¹ MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (org.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG - Território Brasilis, 2002, p. 10 -11.

Com a modernização, a flexibilização, a aplicação de novas tecnologias construtivas e devido à pressão das forças políticas e econômicas, quase sempre irresistíveis, esse processo de preservação, que se seguiu na década de 1990, tornou-se, no mínimo, ambíguo. De um lado, o critério que valoriza o patrimônio histórico contém, igualmente, a conotação de encanto, beleza, sem perder de vista as conotações econômicas; de outro, a preservação cultural, que aborda peças importantes na reconstituição de cenários passados.

Da incompatibilidade entre dois sistemas de valores e estilos de conservação, uns defendem regras rigorosas para a utilização pela indústria cultural, dentre eles alguns mais radicais a ponto de defender o estado original das ruínas para que não sirvam de mera ilusão.⁹² Já outros propõem a utilização de recursos e técnicas da conservação de determinado bem, mesmo que esse não tenha significado para a comunidade como um todo, sob o signo da rentabilidade e do prestígio o corte edificado, inclusive com patrocínio dos Estados e de instituições privadas.⁹³ No cenário dos últimos anos 30 anos, observa-se um combate desigual e incerto devido ao efeito das autoridades, sejam elas prefeito, engenheiro, arquiteto ou administrador, que podem mudar o destino de uma edificação, um monumento, ou de uma cidade.

Por ter, por vezes, um significado ambíguo, o patrimônio sofre alterações mediante o valor conferido a ele. Isto é, desde o restauro até a reutilização, passando pela teatralização e animação cultural, a valorização da edificação mistura-se ou confunde-se com a prática econômica. Isso se apresenta, sobretudo, porque diversas intervenções são de baixa qualidade, pois servem apenas ao turismo e a força da indústria que tomam diversas localidades por produtos a serem comercializados.

Para ter chance de sobreviver, muitas edificações entram em programas de entretenimento, perdendo sua característica principal, já que são usadas novas técnicas de apresentar a arte urbana, sob outro ângulo, tornando-se um simples dispositivo secundário. É o caso da utilização da iluminação e do som em shows ou espetáculos, cujo objetivo final é apenas entreter o espectador; não sobre as edificações, mas sobre a recriação de um ambiente, que permanece em um plano secundário.⁹⁴ A luz artificial tira grande partido da sombra, fazendo que dela surjam imagem jamais vistas; enquanto o som, associado à iluminação, atua

⁹² MENEGUELLO, Cristina. Professora de História da UNICAMP SP. Seminário proferido pela Profa. Cristina em maio de 2008, como disciplina do curso de Mestrado da PUCRS.

⁹³ CHOAY, Françoise. *op. cit.* p. 213.

⁹⁴ *Idem.* p. 217.

sobre o espectador distraindo e divertindo-o. Esta *mise-en-scène* faz parte do átrio que transforma o patrimônio edificado em um espaço consumível em que uma complexa rede de efeitos especiais reconstitui cenas históricas imaginárias, reorganizando, de forma passiva, a memória coletiva da comunidade a que se circunscreve.

A cidade de Caxias do Sul, a partir da década de 1990, utiliza esse modelo de apresentação cênica. Sobre os simulacros das vilas que foram construídas em 1975, projetam-se os shows de luz e som que tanto chama a atenção da população.⁹⁵ A mediação que acontece a partir dos comentários e das ilustrações alimentam a passividade do público, dissuadindo-o de decifrar com seus próprios olhos, deixando escapar o sentido diante de expressões vazias. O monumento transforma-se em teatro ou em cena; o edifício entra em concorrência com um espetáculo que o neutraliza pelo ruído, invadindo sua autonomia. Pode ser ressaltado ou reduzido a outras categorias de apresentação.

Na Europa, isso se tornou comum em diversas edificações famosas, que, nesse caso, não trata de dar impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador.⁹⁶ Além de colocar o mesmo desvio de atenção, insere o presente no passado, ou seja, dar ao passado um escala de valores presentes, no caso os presentistas hipermodernos.⁹⁷

Dessa maneira, o patrimônio passa a ser comum a todas as modalidades de valorização que se estende desde a locação de edificações, monumentos para a utilização de suporte publicitário, associando-os à venda de produtos de consumo em geral. As edificações, em nome da revitalização, recebem todo o tipo de complemento que nem sempre destaca a edificação.⁹⁸ As formas as edificações são semelhantes a qualquer parque de diversão que preveem a rentabilidade pela facilitação do acesso.

Sobre esses elementos é que a palavra revitalização ou reutilização⁹⁹ emerge. A reutilização (integração na vida contemporânea), que consiste em reintegrar um edifício

⁹⁵ RIBERIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. Como se faz a Festa da Uva. Caxias do Sul, EDUCS, 2002, p. 216-218.

⁹⁶ CHOAY, Françoise. *op.cit.* p. 215.

⁹⁷ LIPOVESTKY, Gilles. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004, p. 30.

⁹⁸ Em grande parte das edificações, as placas publicitárias cobrem todas as fachadas das edificações, impossibilitando qualquer leitura da arquitetura histórica, artística ou cultural das diferentes cidades existentes na urbe.

⁹⁹ GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2004. A reutilização (integração na vida contemporânea), que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu ou a uma casa comercial. É certamente a forma mais paradoxal, audaciosa da valorização do patrimônio.

desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio. A edificação, ou o conjunto delas, é poupada de riscos do desuso para ser exposta à corrosão e usurpações do uso, ou seja, geralmente escapa ao domínio da indústria cultural, visto que sua reutilização levanta escalas de edifícios diferentes. Por um lado, os edifícios isolados que são de fácil adaptação para utilização, constituindo uma condição histórica e uma sadia economia logística, têm seu valor afetivo de memória para aqueles que, por muitas gerações, tinham nesses territórios um documento sobre uma fase da civilização industrial.

Outro tipo de prática e da reutilização pode ser da pedagogia especial que deriva do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que varia de país para país. No entanto, grande parte dos centros encontra dificuldades de preservação, já que as contradições da valorização do campo do patrimônio arquitetônico, em geral, causam confusões e reinterpretções que nos discursos tergiversam com interesses de integrá-los na vida contemporânea.

Assim progressivamente, a letra e o espírito museal das Cartas Patrimoniais da UNESCO, bem como os aspectos abordados por Mário de Andrade são descartados mediante as novas noções de valorização, são colocados a serviço de um conceito que serve para tudo – o desenvolvimento.

No último quartel do século XX, esse problema gera na cena internacional uma preocupação com os conjuntos históricos e a rivalidade à vida coletiva de nossa “época”. O documento da UNESCO de 1976, organizado na cidade de Nairóbi, adotou uma recomendação de proteção aos conjuntos históricos tornando-se um documento que funda, pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos. É a partir desse documento que as edificações são apresentadas como um meio de lutar não apenas pela proteção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e estandardização das sociedades em seu meio.

São casos que nem sempre devem ser comparados, vide os exemplos de grandes e pequenas cidades, sendo em muitos o resultado da crise da cidade, das economias prósperas, em que o patrimônio não passa de um elemento de prestígio; e outras em que ele

constitui seu principal recurso, como o caso da cidade de Antonio Prado¹⁰⁰, no Rio Grande do Sul.

O aspecto da cidade histórica, assim como o monumento individual, de ser transformada em produto de consumo cultural, ser destinada a fins econômicos que ao mesmo tempo beneficiam-se simbolicamente de seu *status* histórico e patrimonial, mas que a ele nunca se subordinam. Os documentos internacionais dão conta dessa preocupação:

Constatam que a introdução de esquemas consumistas e de modo de vida estranho a nossas tradições, que advêm graças aos múltiplos meios de comunicação, favorecem a destruição do patrimônio cultural por facilitar o desprezo de nossos próprios valores, particularmente nas pequenas aglomerações.¹⁰¹

No momento de fragmentação e de confusão, o campo do patrimônio, dentre outros serve ao homem ora para garantir a tranquilidade de uma identidade, ora como a expansão de um mercado de consumo. O projeto moderno, que pretendia emancipar o ser humano, tornou-se um desafio aos seus sonhos de libertação e a busca de si mesmo como um ponto de identificação, tornou-se um centro de ambiguidades que colocou a condição humana em uma direção oposta.¹⁰²

A indústria cultural em grande parte do mundo e no Brasil já representa uma parte significativa do orçamento e da renda das nações significando para muitos Estados, regiões e municípios sobrevivência e perspectiva econômica. No entanto, esse tipo de empreendimento apresenta efeitos perversos, já que esse tipo de embalagem tem em vista o consumo cultural, além de ser alvo de investimentos imobiliários que tendem a excluir partes das representações locais que não detêm determinados privilégios.¹⁰³ No caso do patrimônio europeu, o grande problema é o desgaste trazido pela quantidade de visitantes nos centros e bairros preservados. No Brasil de forma díspar, muitas vezes o patrimônio está no campo de disputa para garantir a permanência das memórias coletivas em determinadas localidades. Em outros casos, como o patrimônio colonial português a configuração é outra, uma vez que existe certa deterioração. O “novo” patrimônio tombado a partir da década de 60, por vezes,

¹⁰⁰ Tese de mestrado do Prof. Bernardo Lewgoy UFRGS, 1992. O tombamento pelo IPHAN de 48 casas da cidade de Antonio Prado, registros das primeiras edificações da colonização foi complexo, era rechaçado pela comunidade local, por compreender que eram “casas velhas” ou ainda que perdessem sua propriedade. No final do processo muitos se convenceram de que o tombamento seria motivo de orgulho para os moradores da cidade, além de ativar o turismo local.

¹⁰¹ DECLARAÇÃO DE TLAXCALA – 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental – Revitalizações das pequenas aglomerações- ICOMOS – México. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1982. Conclusões – parte 5.

¹⁰² SIMMEL, George. In: BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.198.

¹⁰³ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 113-115.

recebe reformas, nem sempre de qualidade, para garantir a sobrevivência do turismo regional. Nesse nicho já se compreende de que o patrimônio deve servir: “[...] essência do visitante, levando uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro a incorporação do patrimônio como atração turística”.¹⁰⁴

Um das consequências da grande visitação é que os centros antigos estão banalizados e a função, destacada pela recomendação de Nairóbi¹⁰⁵, é a de que os elementos estariam sendo perdidos. Com a ampliação dos visitantes do passado cada vez maior, devido ao culto da indústria e o fluxo transbordante, só é possível resistir a essa espécie de destruição, quando se impõem as ações das autoridades.¹⁰⁶ Esse fenômeno pode ser complementar ao pensamento de Ruskin sobre o século XIX, quando observava a destruição elitista que afastava os edifícios daquilo que eles realmente significavam, traduzindo para o este caso específico, algo que jamais significarão.

A análise do patrimônio edificado na Europa e demais países de maior tradição é de que a exploração está fadada ao esgotamento. Para muitos especialistas, esse patrimônio continua sendo, um vasto campo de pesquisas e de descobertas, em que a depredação pode representar um entrave. Quando o patrimônio passa a ser para o grande público apenas uma distração, uma vez que esse mesmo público é, em geral, enganado pela indústria cultural, seus artefatos passam a vender ilusões à guisa dos valores prometidos.

A visão sobre a preservação aponta para um exame. Nesse campo, a memória apoia-se e é substituída, em função da velocidade do mundo contemporâneo, pelas próteses cada vez mais potentes, reduzindo a abstração por memórias artificiais, o que conduz ao terreno de perda de um quadro de referências que podem dar ao edifício, ou ao monumento, um significado histórico.

As finalidades simbólicas são obstruídas pelas edificações, ora consideradas sublimes, deixando de ser apreendidas e percorridas fisicamente. Em outras palavras, a percepção visual é isolada e o diálogo perde-se frente a esses deslocamentos.¹⁰⁷ Dessa maneira, a frustração do grande público interessado no valor histórico e artístico dos

¹⁰⁴ GOODEY, Brian. Interpretação do Patrimônio para Visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (org.). *op.cit.* p.13.

¹⁰⁵ DECLARAÇÃO DE NAIRÓBI. UNESCO Novembro de 1976. In Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995, p. 252.

¹⁰⁶ Isso se aplica mais às cidades históricas europeias do que as brasileiras, embora o contingente de visitantes e a depredação, incluindo o descaso da comunidade e do poder público, esteja se ampliando.

¹⁰⁷ As edificações hoje podem ser interpretadas de diferentes maneiras. Tratadas como textos a serem lidos, todo o conjunto passa a ter importância, independente de ter grande valor simbólico ou artístico, podendo a partir deste, adquirir uma posição criadora de sentido.

conjuntos acaba imbuído dos efeitos perversos da industrialização da cultura de preservação do patrimônio. O turismo cria a cidade patrimonial invertida: de um lado, iluminada, maquiada, paramentada para fins de embelezamentos midiáticos; de outro, palco de festivais, festas, comemorações, congressos, verdadeiros e falsos *happenings* que multiplicam o número dos visitantes em função da engenhosidade dos animadores culturais e constroem a imagem midiática da cidade, de que se tornam o emblema e o símbolo.

Em Caxias, podem ser vistos os dois tipos de visão em relação à preservação do seu patrimônio. De um lado, a utilização na forma tradicional, com vistas a ampliar sobre diversos elementos da cidade, buscando uma arqueologia urbana, analisando as projeções de uma cidade-futuro nas construções que resistiram ao tempo; por outro, a visão destruidora dos elementos da cidade como fase necessária da modernização e que, mais tarde, flexibilizam-se ao imperativo da indústria cultural, em que a cidade é usada como afirmação do seu potencial industrial econômico.

3. CAXIAS DO SUL: O PATRIMÔNIO EM PROCESSO

Este capítulo tem o propósito de analisar o processo da preservação do patrimônio histórico edificado da cidade de Caxias do Sul de 1974, véspera do Centenário da Imigração Italiana na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, até 1994, data em que ocorreu o incêndio do Cine-Teatro Ópera, um dos mais significativos símbolos da luta preservacionista na região. Antes de 1974, não foram encontrados referências sobre debates e políticas preservacionistas, embora já houvesse referências nas obras do pesquisador caxiense João Spadari Adami, sobre demolições de alguns edifícios, colocando em pauta a mutação que acontecia na cidade ainda na década de 60.

O período seguinte, na década de 1960, sob o qual se debruça esta pesquisa resgatou a ocorrência de significativas mudanças quanto à preservação cultural da região. Entretanto, acredita-se que isso resultou das disputas travadas desde 1970 que contava com apoio do IPHAN no plano de concepção preservacionista, como convênio para financiamento de ações basilares na área, além de complementação pelos contextos políticos e econômicos em níveis mais amplos.

Significa dizer que para avaliar as práticas de preservação, retomadas a partir de 1997 em Caxias do Sul, faz-se necessário aludir aos debates narrados neste capítulo, que estão divididos em três etapas: a primeira refere-se à proximidade do centenário da Imigração Italiana, e faz alusão à necessidade do poder local em afirmar a festividade como importante fator turístico e empreendedor que tinha por base o mito do colono italiano desbravador, herói e que venceu todas as intempéries e dificuldades do início da colonização, fortalecendo o conceito de trabalho como fator distintivo das demais etnias. Faz parte também desse arquétipo o evento relativo à reforma do Monumento do Imigrante, pois seu processo não seguiu a nenhuma súplica popular, e sim aos trâmites do poder, tratado entre agentes políticos regionais do Partido Democrático Sociais (PDS) e a Secretaria da Presidência da República.

A segunda etapa, que se apresenta na década de 1980, diz respeito aos movimentos intelectuais formadores do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, ligados à Secretaria de Educação e Cultura do Município. Na ocasião, o Arquivo Municipal estava ligado ao Museu estando sob a responsabilidade do diretor deste. Através de suporte financeiro e intelectual do IPHAN, incrementou-se a consciência preservacionista,

fundamental na garantia da preservação das edificações hoje conhecidas como o Arquivo Histórico Municipal e o Centro de Cultura Municipal Henrique Ordovás Filho.

A terceira fase, nos anos de 1990, desenvolveu-se acerca da preservação do Cine-Teatro Ópera, símbolo da memória coletiva que, a partir da formação da identidade local buscava uma cidade oposta àquela da acelerada modernização. Entretanto, o discurso sobre a utopia de uma cidade voltada à cultura não foi hegemônica naquele momento. Longe de indicar que o campo de disputa do patrimônio foi pacífico e que determinadas visões se sobressaíram das demais, este estudo salienta sua relevância para compreender como seus atores engendraram uma visão preservacionista local, diante da transitoriedade contemporânea e a extensão das relações mantidas com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3.1 O desenvolvimento da urbe

Parece que a utopia do país da cocanha, situação oposta ao que viviam os imigrantes italianos no último quartel do século XIX, manteve-se como resultado da projeção dos desejos das gerações vindouras, que a partir do espaço construído buscaram consolidar a efetivação daquelas aspirações. Entretanto, a visão de mundo dos grupos que a constituíram nunca foi homogênea, tampouco os discursos sobre a preservação da herança edificada que, cem anos após o processo imigratório, revelam diferentes formas de arquitetar uma cidade moderna.



Figura 1 - Entroncamento Av. Julio de Castilhos e Rua Dr. Montaury, 1947.

A região, onde hoje se encontra a cidade de Caxias do Sul, iniciou sua formação urbana com a chegada do excedente populacional provindo do norte da Itália no final do século XIX. A massa populacional pobre, advindos da crise da Europa, estabeleceu-se na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, sendo regida por princípios determinados pela Lei de Terras 601, de 1850 e complementados pela Lei Provincial, que constituía a carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Pode-se considerar acerca desse grupo, que formaram uma cultura híbrida¹⁰⁸, se levar em conta que não buscavam recuperar a identidade da pátria da qual saíram e nem pertencer à pátria que os recebeu, afinal não participaram nem da organização da nação recém-criada¹⁰⁹ da Itália, tampouco tinham reconhecimento político do governo regional, que chamavam de brasileiros (descendentes lusos).¹¹⁰

Desde o início da colonização, o desenvolvimento da economia local tinha estrita ligação com o cenário nacional e internacional na medida em que o mundo capitalista ocidental gerava condições de perpetuação de um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. Essa economia passou pelo processo clássico de desenvolvimento e adequou-se às exigências impostas pelo sistema em suas fases industrial, monopolista e flexível.¹¹¹

Sob o ritmo do crescimento comercial e industrial, mesmo que incipiente, a cidade sempre esteve associada aos melhoramentos urbanos¹¹² que geravam distinção entre

¹⁰⁸ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005, p. 89. Culturas que têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou a ambição de redescobrir qualquer tipo de natureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Estas populações são produções das diásporas criadas pelas migrações. Elas devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas. Elas não são constituídas totalmente nem pela cultura que abandonaram em sua terra de origem e também não são aceitas completamente na terra em que povoam. São novos tipos de identidades produzidas na era da modernidade tardia.

¹⁰⁹ IOTTI, Luiza Horn. *O Olhar do Poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914*. Caxias do Sul. EDUCS, 2001. Houve a unificação dos territórios iniciada em 1815 e ainda iniciou o processo de formação do mercado nacional, de transformação nas relações de produção, de separação entre a atividade agrícola e industrial e da diferenciação no desenvolvimento econômico entre o Norte e o Sul da Itália. p. 28-29.

¹¹⁰ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos da Imigração Italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul, EDUCS, 2001, p.13. A administração do novo município nos primeiros tempos era realizada por funcionários públicos designados pelo governo provincial. A partir de 1890 criou-se a junta governativa, também composta por representantes dos imigrantes. Os primeiros intendentes de Caxias do Sul tinham que ser indicados pelo governo da província.

¹¹¹ HERÉDIA, Vânia Beatriz M. *A Economia Imigrante no Desenvolvimento Regional In: GIRON, Loraine Slomp ; RADÚNZ, Roberto. (org.) Imigração e Cultura*. Caxias do Sul: Educs, 2007, p. 90.

¹¹² Relatórios da Intendência 1893, 1920, 1927, 1948. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Os diversos códigos de postura pesquisados levam em conta o embelezamento da região que hoje é o centro da cidade como fruto de uma cidade organizada e em constante progresso. A ideia, segundo o poder público, era a de que o crescimento econômico deveria se refletir no espaço urbano. Ex.: Todo o percurso da Av. Júlio de

seus pares. A preocupação em enfatizar a imagem de espaço moderno a partir das edificações de regiões centrais pode ser observada nos álbuns, fotos oficiais e registros diversos¹¹³, em que os agentes locais pensavam o espaço construído como símbolo da prosperidade da economia local.¹¹⁴

Houve diversas fases da trajetória da economia do município. A primeira caracterizou-se por um regime de subsistência e de manutenção familiar; a segunda abastecia o mercado regional e nacional; já na terceira houve a integração dos anteriores resultando na construção de uma indústria de perfil tradicional, que possibilitava o acúmulo de capital entre os comerciantes¹¹⁵. Decorrente deste, houve a ampliação da zona colonial, o fortalecimento de um sistema financeiro local, a criação de associações e o embelezamento sobre a rede urbana e suas edificações.



Figura 2 – Hotel Bela Vista, década de 1940.

Castilhos até a Estação ferroviária tinha que ser macadamizada e pavimentada. Em alguns álbuns desse período eram registradas fotos das edificações que naquele momento destacam o “progresso” da cidade.

¹¹³ Inúmeros relatórios de intendentes e álbuns organizados sobre a Festa da Uva trazem fotografias apenas de edificações centrais da cidade com legendas que salientam a *modernidade da cidade*, como se ela estivesse em constante progresso. Pode-se inferir que as a preocupação dos habitantes era de esquecer-se do passado pobre que se apresentava nas edificações de madeira e pensar o espaço como legitimador do desenvolvimento local.

¹¹⁴ Álbum da Festa da Uva 1954, 1958. Acervo particular Marcelo Caon contém diversas fotos apenas das edificações do centro da Cidade com legendas destacando a “*cidade hodierna*”.

¹¹⁵ HERÉDIA, Vânia Beatriz M. *op.cit.* p. 91



Figura 3- Banco do Estado do Rio Grande do Sul,
1947.

De maneira geral, o processo de urbanização de Caxias do Sul estava associado aos ciclos econômicos que marcaram sua evolução desde a fase inicial de ocupação de terras, marcada por atividades primárias, até a fase industrial e de prestação de serviços. Esta última assinalada pelo dinamismo em que a economia local se integrava às exigências do modelo desenvolvimentista brasileiro do governo Juscelino Kubitschek, balizadas pela promoção de um crescimento da economia e na industrialização.¹¹⁶ No Brasil havia um esforço de internacionalização da economia representado pelo modelo econômico associativo dependente, o que estimulou a acumulação de capital e a expansão industrial, beneficiando diretamente a economia regional.

A transformação da urbe aconteceu de forma constante. Frente à melhoria do espaço, fosse público ou privado, construía-se um recinto cultural frutos das relações com o meio físico: técnicas, sentimentos, valores, hábitos, costumes, utensílios, ritos e símbolos se imbricavam e se alteravam delineando o lugar.¹¹⁷

¹¹⁶ *Idem.* p. 92.

¹¹⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. No Limiar do Século XXI. In: Tempo. Revista do Departamento de História UFF-V. 1 n°2, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996, p. 23. Lugar considerado como espaço relacional, histórico e configurados da identidade.



Figura 4 - De Intendência e Café Central, 1908...



Figura 5 - ... à Mc Café, 2009.

Assim, Caxias do Sul tinha sua imagem constantemente modificada, e esse fato simulava a uma parcela da população afirmação de *status*. Portanto, a memória sobre as edificações não era alvo de política preservacionista, pois, por um lado, o controle do Estado se dava apenas sobre as cidades que continham reminiscências do passado colonial português ou outros que, de alguma maneira tinham relação com o projeto de identidade brasileira. Por outro lado, a crescente modificação dos prédios que compunham a cidade era visto como contemporâneo aos seus habitantes que ambicionavam modernizar seu espaço, sem levar em conta as condições de salubridade. Isso não explica por completo, mas relaciona-se com o esquecimento dos vestígios da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul até a década de 70.

O primeiro registro local sobre a necessidade de preservação, mesmo que principiante, encontra-se nos registros sobre a história de Caxias do Sul de João Spadari

Adami.¹¹⁸ Nesta, o barbeiro-historiador, que realizou uma extensa pesquisa sobre diferentes aspectos de cidade de Caxias, apresenta uma visão evolucionista da urbe junto a uma série de fotografias dos edifícios, demonstrando a transformação de um sítio pobre para uma localidade próspera. Na comparação de diferentes locais em distintos momentos históricos, utiliza-se de uma linguagem ufanista junto às edificações. Entretanto, o impacto gerado pela onda de modernização da cidade também suscita certa preocupação sobre a necessidade de preservar o antigo prédio da Intendência, que fora destruído na década de 60.¹¹⁹ Certa preocupação para Adami também foi relatada em artigo do jornal O Pioneiro sob o título: *Mais um prédio histórico que tomba*.¹²⁰ Já se pode notar no título de seu artigo que a utilização do termo *prédio histórico*, comporta duas ressalvas: primeiro, a noção de que outras edificações de tempo mais remoto foram destruídas; segundo, que essa é importante, como marco do poder local estabelecido. Ambas enfatizam seu caráter de memória local, em que era possível lembrar-se do passado, o que ofereceria uma imagem de estabilidade e permanência. Dessa maneira, a questão das edificações e sua relação com a memória local é retomado, na medida em que se aproxima o centenário da imigração italiana, de onde determinados grupos urbanos buscam, primeiramente, na preservação do patrimônio, o fortalecimento da identidade local.

O tema relativo à memória sempre foi retomado de forma pueril às vésperas dos 25º, 50º, 75º aniversários da imigração. Mas distintamente, devido à amplitude das propostas, foi o do centenário da “Imigração Italiana¹²¹” em 1975. Até então, o esquecimento tinha sido fruto das gerações que estiveram preocupadas com a modernização da cidade¹²², que de uma vila com casas de madeira transformou-se em uma cidade verticalizada dentro de

¹¹⁸ ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul. 1864-1970.1º Tomo. Caxias do Sul: Editora Paulinas, 1971. Embora não fosse um historiador com formação e nem tivesse rigor metodológico, este simples barbeiro foi um dos raros que se dedicou a pesquisa sobre a cidade. Tais pesquisas foram publicadas em três tomos. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

¹¹⁹ *Idem*, p. 366.

¹²⁰ Jornal O Pioneiro. 30/03/68. p. 2. A expressão “tomba” neste artigo significa ser destruído. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

¹²¹ Embora os estudos referentes a este assunto comprovem que este conceito é controverso, as direções políticas e a própria população envolvida com as festas, desfiles, reportagens preferem mantê-las como forma de distinção e de organização dos eventos. Possivelmente, isso esteja conectado à questão comercial, do incipiente processo da indústria cultural e turística que o poder público e a iniciativa privada criaram no decorrer dos últimos anos, levando em consideração apenas trabalhos laudatórios de posituação do mito do herói desbravador. Assim, neste trabalho essa expressão deverá ser mantida, não porque seu autor concorde, mas porque além de não ser objeto do estudo ele servirá para endossar sua tese acerca do discurso do patrimônio como forma de distinção entre as demais.

¹²² MACHADO, Maria Abel. Construindo uma Cidade: história de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Maneco Editora, 2001, p. 319. Trata-se da tese de doutoramento na USP com orientação da Profa. Maria Ligia Prado sobre a construção da malha urbana de Caxias do Sul de 1875 até 1950.

um processo de fragmentação do “velho” para dar lugar ao “novo” e ao moderno. Segundo a Profa. Maria Abel Machado,

Não houve tempo para a preservação, porque o progresso tinha pressa. Uma cidade foi sendo construída em cima da outra, destruindo ou modificando a anterior e delineando uma nova paisagem. Assim, o crescimento da cidade se deu com o sacrifício do seu passado, e a leitura de sua história através das edificações se perdeu com *sua* destruição.

Esse período marca a transição para o momento da verticalização da cidade compreendendo que o desenvolvimento econômico deveria se transferir para a malha urbana e suas edificações. Ainda na primeira metade do século XX, somando-se na função original de escritório ou habitação, o edifício alto é o elemento dominador na forma urbana contemporânea e torna-se elemento de identificação com o progresso. Em virtude de sua universalidade, o edifício alto é tratado como imposição sobre as edificações vizinhas, já que se trata de uma idealização da sociedade mecanicista. Símbolo de certo progresso era almejado por todas as cidades, desde o século XIX, visto que significava o passaporte para integrar o rol das cidades desenvolvidas. Representando poder os edifícios altos e os automóveis foram os grandes personagens da configuração da cidade contemporânea.



Figura 6 - Reprodução de um dos edifícios mais altos do Estado: Parque do Sol (construído em 1972) no Álbum do Centenário da Imigração, 1975. A imagem dá conta do modelo de cidade pensada pelos poderes.

Possivelmente, isso se credita porque a realidade social e econômica da década de 1970 colocou, no centro de cena, certa classe média de extração urbana ligada, sobretudo, à produção industrial. A renda passou a ser a mais elevada do estado¹²³, o que se refletiu na especulação imobiliária¹²⁴, transformando as áreas rurais e próximas à cidade em bairros residenciais ou em emergentes implantações de distritos industriais.

A expressiva urbanização e a industrialização de Caxias do Sul foram refletidas em um dos palcos mais célebres da localidade: a Festa da Uva. Uma feira agroindustrial, que além de ser tornar empresa, recebeu um novo local para o evento, bem como um projeto arquitetônico de vanguarda com conceitos revolucionários. O novo espaço da cidade e da região deveria representar um espírito empreendedor ao mesmo tempo em que exibia, no seu interior, um acúmulo de objetos fruto do desenvolvimento tecnológico.¹²⁵ No discurso do prefeito estava clara a lógica que orientava a Festa e o momento econômico da cidade:

Se Caxias precisava progredir, se a Festa da Uva precisava estar à altura do progresso de Caxias, ela tinha que ser administrada empresarialmente. Tinha que dar lucro porque ia dar despesas [...] Ela passou do ciclo romântico da Festa da Uva como uma festa comunitária, para o ciclo real, de uma atividade empresarial, para poder crescer [...].¹²⁶

Assim, era imperativo que se desenvolvesse cada vez mais no sentido moderno e capitalista, um aporte simbólico para garantir determinado discurso.

3.2 O centenário da imigração: a reafirmação do mito

O Centenário da Imigração Italiana (1975) também pode ser considerado o balizador acerca da produção da pesquisa científica de vulto sobre o tema: colonização e seus desdobramentos. Ainda, às vésperas já havia intensa movimentação a partir da produção científica, da organização de documentos ou ainda da ampliação da rede de relações estabelecidas pelo turismo da cidade. Se, de um lado, as alterações econômicas tiveram a

¹²³ Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado – RS relatório de julho de 1988.

¹²⁴ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. Festa e Identidade: como se faz a Festa da Uva. Caxias do Sul: EducS, 2002, p.194.

¹²⁵ *Idem*, p.196.

¹²⁶ Depoimento do prefeito municipal de Caxias do Sul Mário Bernardino Ramos, na ocasião referente ao desenvolvimento e a orientação de modelo para administrar a Feira Agroindustrial Festa da Uva na década de 1970, In: RIBEIRO, *Idem*. p. 197.

inserção do capital estrangeiro, como forma de expandir a produção das tecnologias modernas dos industriais locais, caracterizando um momento de modernização da economia regional; por outro, houve o resgate da memória da Imigração Italiana, manifestada em diversos espaços.

A partir da década de 70, surge uma valorização excessiva da cultura italiana regional semelhante ao da cidade de São Paulo da década de 80 onde, segundo a Profa. Maria Clara Mocellin ocorreu o “surgimento de um discurso preocupado em transmitir uma imagem desenvolvida e moderna da Itália, por parte dos representantes do governo e empresários italianos”.¹²⁷ Dessa maneira, contrapunha-se a figura antiga do imigrante no próprio termo “imigrante” por “*italiani all estero*” como símbolo da modernidade. O que ocorreu na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, com ênfase na cidade de Caxias do Sul, foi o reforço da ideia de modernização da economia regional como implicações no plano simbólico, no que diz respeito à produção das representações locais em torno da italianidade.

Tendo a cidade maior desenvolvimento industrial, a produção desse discurso apresentou-se por conter dois grupos bem definidos em sua produção: o empresariado, composto por industriais e comerciários e a Universidade de Caxias do Sul.¹²⁸ No último grupo, surge uma produção de grande escala privilegiando os temas regionais associados à memória da imigração. A literatura contemplava obras diversas: diários e cartas de imigrantes italianos; genealogias ou histórias de famílias; obras literárias; estudos históricos; sociológicos e linguísticos que tratam sobre o tema da imigração e seus desdobramentos na região valorizando estudos sobre a memória.

¹²⁷ MOCELLIN, Maria Clara. A Distinção pelo Trabalho: trajetória e identidade de empresários na região nordeste do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado Unicamp, 2008, p. 3. O objeto deste estudo seria a produção de um discurso que circula na sociedade local e regional a partir de informativos, jornais, literatura local e espaço de manifestações culturais que se apropria de símbolos do passado – o imigrante italiano e relaciona o sucesso atual com as agruras do início da imigração. O discurso acionaria questões étnicas e de interesses regionais vinculados ao grupo de descendentes “bem-sucedidos”, seja em nível econômico, caso dos empresários ou em nível cultural, os intelectuais locais.

¹²⁸ MOCELLIN, Maria Clara. A distinção pelo Trabalho: trajetória e identidade de empresários na região nordeste do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado Unicamp, 2008, p.8. Segundo a tese, os principais agentes que propagam os discursos são os empresários de maior destaque regional e os intelectuais ligados de alguma forma à Universidade de Caxias do Sul, que servem de produtores do conhecimento local, por meio de publicações sobre o tema regional ligado à imigração. Entretanto, é necessário lembrar que grande parte da produção de pesquisas promovidas pelos intelectuais da referida Universidade não versa sobre o assunto de forma laudatória e, além disso, parte desses agentes foram os primeiros a pensar na preservação patrimonial regional. Muitos contestaram as visões ufanistas sobre o mito do imigrante desbravador. Outros refletiam sobre uma versão menos heróica que, por vezes, era deixada de lado pelos meios de comunicação, assim como nas festividades. Dessa maneira, os meios de comunicação tiveram destaque na invenção do mito local.

De um lado, o poder municipal realizava os preparos para os festejos focando a realização da Festa da Uva¹²⁹ que já detinha um aparato turístico forte para a região, desempenhando uma função relevante. Com as novas tecnologias, a feira tinha seu aspecto comercial ajustado visto que as comemorações realizadas no intervalo de quatro anos foram interrompidas, ainda em 1972, para que houvesse sua transmissão realizada ao vivo pela televisão.¹³⁰ A partir dali, a imagem passa a ser a forma de reorganização da memória, não sendo necessário que houvesse grande materialização do que Caxias teria sido, isto é, bastava a fruição advinda das sensações causadas a partir do simulacro.¹³¹

A inauguração de um novo parque de exposições, a criação de um museu da imigração e de um arquivo para futuras pesquisas surgiram às vésperas do Centenário, enquanto a Universidade por meio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras promovia os estudos sobre a imigração e a realização do primeiro fórum coordenado pelo Instituto Superior de Estudos Ítalo-Brasileiros (ISBIEP), sob direção do professor Ciro Mioranza. Em 1974, o núcleo intelectual da cidade de Caxias do Sul amplia-se a partir dos projetos da Universidade de Caxias do Sul, iniciando o projeto Estudos de Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (ECIRS). Tinha caráter de uma pesquisa antropológica, que buscava analisar o processo de transformação da cultura local. Esse núcleo abrangia a arquitetura civil e religiosa; mobiliário; arte sacra e iluminação doméstica; decoração e artes decorativas; arte cemiterial; vestuário; utensílios domésticos; alimentação e bebidas; caça e pesca; criação de animais domésticos; agricultura em geral; meio de transporte; artesanato; indústria doméstica; comércio; práticas religiosas; ciclo de vida; funerais; jogos; literatura oral; medicina doméstica e crenças médicas. Esses estudos ganharam mais tarde, na década de 80, uma sistematização, criação de inventário e registros das manifestações culturais regionais como forma de ampliar as pesquisas a partir dos canais já existentes.

A partir desses levantamentos, uma parte dos intelectuais locais organiza-se por intermédio de suas ações, em defesa da memória local, uma vez que muitos atuavam nas secretarias e centros de cultura dos municípios da região, às vezes em comissões especiais de

¹²⁹ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. Festa e Identidade: como se faz a Festa da Uva. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, p. 196 - 197

¹³⁰ RIBEIRO, *op. cit.* p.199.

¹³¹ CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 1-Cópia ou reprodução imperfeita ou grosseira. 2-Falsificação imitação. Na entrada dos pavilhões da Festa da Uva foi criado, em 1974, um simulacro das primeiras casas de madeira dos imigrantes, já que não havia mais nenhuma edificação daquele período. A ideia era criar uma “sensação” produzida por essa réplica.

eventos regionais, promovendo projetos sobre as questões já ressaltadas. Diversamente da abordagem de João Spadari Adami, surgem os movimentos preocupados na preservação das edificações nas áreas urbana e rural.

No campo dos trabalhos laudatórios, pode-se destacar dois trabalhos mais peculiares na identificação do patrimônio da imigração. O primeiro, do professor Júlio Posenato, realizado em 1982, com financiamento da Fondazione Giovanni Agnelli de Turim, Itália, tinha como proposta elencar os programas arquitetônicos, elementos construtivos, técnicas construtivas e elementos decorativos das edificações da zona rural dos imigrantes italianos. No entanto, submerge a uma linguagem laudatória, além de equívocos históricos abissais na tentativa de positivar as edificações regionais como “a melhor arquitetura popular já produzida no Brasil”.¹³² Nesse documento, dentre excessiva manifestação sobre a arquitetura local é possível, sob o discurso do autor, notar a necessidade da preservação como reforço da memória local, devido ao acelerado processo de destruição da identidade seja pela insensibilidade da Igreja, seja pelo efeito do consumo:

Em nível de comunidade, este sentimento leva à derrubada das antigas capelas, ante a indiferença dos bispos, que não enxergam na destruição de suas raízes, a erosão dos conceitos de virtude [...] a penetração de sentimentos de incerteza, induzindo ao consumismo, conduz a uma urbanização em subemprego e subhabitação.¹³³ (grifo nosso).

Sua posição revela uma preocupação com aquilo que considera o *registro da memória de uma população* que até então não era fonte de pesquisas mais aprofundadas. Apela para a conscientização da população como forma de preservar tal patrimônio e, embora apresente a figura do imigrante como uma figura de distinção, conclui que a arquitetura de tal personagem é capital para a compreensão do país como um todo. Apresenta ainda uma apreensão com a influência do capital estrangeiro e da falta de comprometimento dos governantes com a preservação:

[...] enfim, em nível de opinião pública, houver conscientização pela preservação do patrimônio cultural da imigração italiana, não seja demasiado tarde, [...] Que a comunidade disto se mentalize e que Deus nos dê um dia governantes não comprometidos com as Multinacionais, mas com o povo, e que efetivamente busquem o bem de nossa gente.¹³⁴

¹³² POSENTATO, Júlio. *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*, p. 2. Texto original encontrado na Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul. No mesmo documento existe uma dedicatória ao professor Mário Gardelin, o que levar a entender que o documento foi doado à Universidade. Número de registro: 72:325.54(450:816.5)P855a 1982.

¹³³ POSENTATO, Júlio. p. 40.

¹³⁴ *Idem.* p. 41.

Muitas das preocupações apresentadas foram as mesmas que motivam o debate sobre a preservação da arquitetura urbana nos anos seguintes.

O segundo trabalho sobre o patrimônio da imigração, que serviu de sustentação na produção das representações em torno do mito do imigrante, foi do professor Paulo Bertussi. Seu ensaio, publicado em 1983, abrangia a arquitetura civil e religiosa, cujas características peculiares tinham a marca, segundo o autor, de uma *cultura híbrida* que tomou forma no início da colonização e encerra-se em 1950 por razões de *ordem socioeconômica*.¹³⁵ Por razões óbvias, o texto discorre sobre o contexto histórico e as alterações na arquitetura regional, bem como as questões técnicas e o emprego de diferentes materiais. Não conclui sobre especificidades da preservação, visto que o levantamento já estava incluso no projeto do ECIRS, que tinha como objetivo identificar e preservar traços das antigas colônias. Contudo, o autor expõe que: “[...] este patrimônio cultural imenso encontra-se em rápido e inexorável processo de deterioração e extinção”.¹³⁶

De forma sutil, essa revelação apresenta a consciência sobre o conceito de preservação e, em seguida, o processo de destruição da fonte das primeiras manifestações dos imigrantes provindos do norte da Itália. Mesmo que não seja objeto desta pesquisa, o discurso sobre a preservação da zona rural de Caxias do Sul aborda subsídios que são relevantes para a compreensão do processo de preservação na zona urbana: a especulação financeira, a preservação da memória local, o papel do poder público e a representação da modernização.

A preocupação com a preservação do patrimônio urbano teve desdobramento a partir das políticas do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ECIRS e o conhecimento da formação de Comissões Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural, como o caso da cidade de São Paulo.¹³⁷ Essas ações marcaram a atuação simbólica por meio de eventos como a Preservação da Casa de Pedra em 1975, do edifício conhecido como “antigo Hospital Carbone”, iniciado na década de 70, e se prolongaria por vários anos.

¹³⁵ BERTUSSI, Paulo. In: Weimer, Günter (org.). *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 122. Foi um trabalho organizado em pesquisas iniciadas desde 1972 que se desenvolveram até 1980. Segundo o autor, o estudo passou por uma sistematização ao fazer parte de amplo projeto de pesquisa desenvolvida pela Universidade de Caxias do Sul, intitulado Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (ECIRS).

¹³⁶ *Idem*, p. 122.

¹³⁷ HENRICHS, Liliana. Entrevista cedida pela Profa. Liliana Alberti Henrichs, em novembro de 2009 para esta pesquisa. No período referido a Profa. Liliana fazia parte da Coordenação do Museu Municipal de Caxias do Sul.

Mais especificamente, no âmbito urbano, o IPHAN teve uma abordagem relevante neste período da história de Caxias do Sul. Grande parte do núcleo intelectual local mantinha contato com certa intensidade, a partir da década de 1970, devido à necessidade de composição de uma política localizada que privilegiasse as edificações como memória a serem preservadas. A própria postura do órgão era fundamental para reforçar as ações tomadas no âmbito regional. Embora não seja sobre a mesma edificação, o documento abaixo demonstra a relevância que o Instituto tinha com a preservação local. Em ofício da diretora do Museu de Caxias do Sul, Nelly Zatty, encaminhado à 9ª delegacia regional do IPHAN sobre a preservação do edifício Carbone:

Todos os esforços dispendidos no intuito de salvar o prédio histórico hospital Carbone foram inúteis [...] Salientamos que seu apoio foi de grande valia no desenrolar da campanha. Diante dos novos acontecimentos infelizmente somos obrigados a solicitar nova manifestação de sua parte.¹³⁸

A ação do Museu Municipal, criado desde 1947, foi tomando novos rumos a partir da década de 70 na tentativa de preservar as edificações de valor histórico com o auxílio do Instituto Nacional que detinha notável reconhecimento. Muitos dos intelectuais ligados à Universidade e à Secretaria de Educação e Cultura e ao Museu pensavam a preservação nos moldes desenvolvidos pelo SPHAN¹³⁹ e Fundo Pró-Memória. Quanto ao poder público local, a preocupação quanto à preservação viria em 1975 com a reorganização do Museu Municipal que deveria servir como instrumento de resgate da memória local. Paralelamente no ano do centenário da imigração outro espaço foi inaugurado pelo executivo caxiense: O Museu da Casa de Pedra, que tinha em seu interior objetos de uso doméstico doados pela comunidade caxiense e que foi legalmente criado pelo Decreto n 4.046, de 05 de agosto de 1976.

A criação de determinadas políticas oficiais para os *lugares de memória*, que serviriam para contribuir na reflexão sobre o sentido das “raízes” locais, impulsionaram o ineditismo da criação de um arquivo histórico. Entretanto, devido à escassez de objetos relativos a imigração fez com que o próprio poder público solicitasse por meio do periódico local auxílio dos habitantes da cidade, para que doassem artefatos para compor seu arranjo.¹⁴⁰

¹³⁸ Ofício n° 30/79 do Museu Municipal para Diretoria Regional do IPHAN Porto Alegre em 19/06/79. Arquivo da 12ª Subsecretaria do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional RS.

¹³⁹ Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁴⁰ Jornal O Pioneiro, 14 de dezembro de 1974, p. 11. Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. CEDOC Foram diversos os apelos as vésperas do Centenário da Imigração para a formação de um Museu como atrativo. Este chamou a atenção pelo seu título “MUSEU DA COLONIZAÇÃO QUER AJUDA [...]”

Devido à aliança dos locais oficiais, reservados aos documentos relativo a Imigração Italiana, aos festejos do centenário, houve a utilização destes sítios de memória para o fortalecimento do discurso laudatório em jornais, álbuns, periódicos e entrevistas,¹⁴¹ onde é possível notar certo caráter mitológico sobre a consolidação do desenvolvimento da cidade.

Por falta de legislação, as práticas preservacionistas das edificações eram limitadas, visto que, de um lado, a mesma cidade que exaltava suas origens e fazia extensos debates sobre o problema da imigração; por outro, acabava consentindo na destruição do patrimônio edificado, sob a propaganda da modernidade. Pode-se referir que a orientação e eficácia do trabalho com o patrimônio dependem do projeto de sociedade e do tipo de relações que se deseja instaurar entre seus habitantes¹⁴², sendo o processo de modernização da cidade e de seus artefatos, um complexo jogo de interesse daqueles que a governam. Não se sabe precisar em que momento exato da década de 1970 iniciou o debate sobre a necessidade da organização das festividades já referidas.

Para afirmar uma nova composição urbana que era vivenciada por uma parcela da sociedade, o executivo municipal cedeu seu espaço para abrigar o museu, visto que estava em trâmite a transferência da sede da Prefeitura para o Pavilhão das Feiras Agroindustriais. Esse prédio, de estilo mais arrojado para o período em questão, desde 1953, servia para atender às funções comerciais de produto vitivinícola e industrial. Nesse local, foram fundidos dois grupos de escultórios de autoria de Vasco Prado, e em sua parte interna Aldo Locatelli executou um mural denominado “Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira.”¹⁴³

As exposições agroindustriais foram transferidas para o Parque Centenário de Exposição, que fora construído especificamente para as comemorações do Centenário da

¹⁴¹ Jornal Pioneiro. 1974 - 1975. Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC). Com frequência havia reportagens sobre os preparativos da Festa Nacional da Uva. Praticamente todos os dias havia publicações sobre o tema bem como as avaliações após seu encerramento. A partir da linguagem laudatória de jornalistas seguidamente enaltecia-se aspectos relevantes ao suposto trabalho do imigrante como transformador da região em uma das localidades mais prósperas do país.

¹⁴² MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O Patrimônio Cultural: entre o público e o privado. In: Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal da Cultura. São Paulo: DPH, 1992, p. 23.

¹⁴³ Aldo Locatelli nasceu em Villa Dalma, Bérghamo Itália, em 15 de agosto de 1915. No seu país, deixou traços na Igreja de Santa Croce, de Nossa Senhora do Romédio, no Santuário de Della Guarda (Gênova) e N. S. do Pompéia (Milão). Veio para o Brasil em 1948, a convite de D. Antonio Zattera, Bispo de Pelotas, para decorar a Catedral daquela cidade. Terminado o trabalho, permaneceu no Brasil, deixando várias obras, especialmente murais, de valor artístico.

Imigração Italiana. Com nova localização e ampla proporção continha em sua arquitetura um projeto que unia desenho modernista ao material industrial. Embora em sua entrada houvesse um pórtico de estilo notadamente distinto de outras construções de Caxias, em seu interior existem até hoje diversos simulacros de diferentes períodos da história da cidade.

Outro aspecto a ser considerado, no surgimento da preservação naquele momento foi a organização, pela Universidade de Caxias do Sul, dos fóruns de Estudos Ítalo-Brasileiros e do Projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias no Nordeste do Rio Grande do Sul, que tinham como escopo o aprofundamento teórico das questões relativas à memória e à preservação do espaço construído. Assim, os movimentos, por vezes contraditórios versavam sobre o mesmo aspecto: a memória coletiva. Diante dos processos de afirmação do Conselho de Patrimônio (1979) ¹⁴⁴, bem como da constituição do Museu Municipal vão sendo organizados os movimentos urbanos em favor da preservação diante da lógica da modernização local.

Durante as três décadas que seguiram, entre diversos projetos executados com êxito ou frustrados, dos discursos, nem sempre contínuos, sobre o patrimônio destacaram-se três situações de aspectos significantes e que foram ímpares sobre as questões da memória e dos espaços respectivos para sua salvaguarda. Isso se seguia aos debates frente à preservação patrimonial no Brasil envolvendo o IPHAN. Esses exemplos refletiram os anseios da população que, em suma, circunscreve-se nas questões da memória do homem moderno. O primeiro estudado foi a favor da preservação do prédio da Casa de Negócios de Vicente Rouvea, conhecido como Antigo Hospital Carbone. Na sequência, havia o caso do conjunto arquitetônico da cantina Luiz Antunes, símbolo da indústria vinícola na região. O último e emblemático foi o do Cine-Teatro Apollo - Cine Ópera.

Sob os debates da sociedade acerca da preservação das edificações, configurou-se uma gama de relações em que é possível observar os antagonismos, as discordâncias e, por vezes, as convergências parciais dos segmentos dessa sociedade. Sobre esse aspecto, faz-se mister organizar o que essa intelectualidade defende e qual sua visão de

¹⁴⁴ Lei n° 2515, de 15 de outubro de 1979, de autoria do vereador José Ivo Sartori (PMDB) e aprovada pelo conjunto de vereadores da Câmara Caxiense e com a sanção do Prefeito Mansueto de Castro Serafini Filho. Foi regulamentada pelo Decreto n 4.644, de 22 de setembro de 1980 e lei n° 2.917, de 15 de outubro de 1984, com as alterações introduzidas pelas leis n° 5.657, de 21 de junho de 2001, e 5.872, de 16 de julho de 2002. É o órgão de colaboração e assessoramento à Administração Municipal para os assuntos relacionados ao patrimônio histórico e cultural.

mundo, por vezes, influenciada por uma bibliografia externa à localidade e, muitas vezes, ao próprio tempo vivido.

3.3 O Imperativo de Símbolo: a Casa de Pedra e o Monumento do Imigrante

A mutação urbana, seguida pela industrialização, pelo avanço do comércio e das mudanças do cotidiano do ser humano envolve todas as peças que a constituem. A cidade de Caxias do Sul tal como em outras localidades, desde cedo ampliava sua transformação urbana, impulsionada pela modernização e ao redor de empreendimentos comercial ou industrial. Na primeira metade do século XX, o usual era a utilização da madeira em construções chamadas *casas de morar*¹⁴⁵, devido ao preço. A acessibilidade para a população possuir casas todas feitas de alvenaria era algo dispendioso, e a solução, por vezes, era misturar os materiais com o objetivo de tornar a moradia mais salubre e cômoda. Nas áreas centrais da cidade, a situação era oposta, uma vez que havia a preocupação em indicar uma cidade em permanente evolução, o que era apresentado nas edificações, às vezes mais elaboradas.

O valor atribuído às reformas, na região central, era o tema do aperfeiçoamento da cidade como ponto a ser perseguido desde seus primórdios. Isso era regulamentado nas alterações dos códigos de postura que almejava a organização e ordenação com fins de embelezamento

Art.13-Não conservar limpa de hervas ou lixo a frente das casas e terrenos que ocupar. – multa de 5\$000. [...] art. 14- arborizar as ruas ou praças sem ouvir o arruador, prejudicando o embellezamento e o transito. – Multa de 5\$000.¹⁴⁶

Dentre as diversas modificações urbanas trazidas pelos códigos seguintes uma das preocupações era obstruir as construções em madeira, visto que depreciava, principalmente, a região central enfatizada naquele momento pelo *status* de certa opulência, graças ao comércio:

¹⁴⁵ CORREIA, Telma de Barros. A Construção do Habitat Moderno no Brasil – 1879-1950. São Paulo: Rima 2004, p. 67.

¹⁴⁶ Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. Decreto nº10 de cinco de março de 1893. Capítulo: “As construções”. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Das construções de madeira art.207. A partir da data da promulgação deste Código, a Intendência Municipal não admitirá construção de prédios de madeira, seja para que fim fôr, nos pontos da cidade que forem especificados por edital [...] parágrafo 1: As edificações de madeiras já existentes nas ruas e praças já incluídas na proibição do artigo anterior não poderão ser reconstruídas, nem reformadas, nem aumentadas, sob pena de demolição da reforma ou do aumento feito.¹⁴⁷

Dessa forma, não era algo novo para as administrações inteirarem-se das tecnologias que surgiam. Na euforia da busca de uma imagem moderna perante outras localidades a urbe era transformada rapidamente e a região central, vista como símbolo de atualização e sendo o “cartão postal” da cidade, vinha recebendo destaque na elaboração de seu espaço; portanto, manter as edificações de madeira era visto como sinal de atraso ou de um período difícil do qual se queria esquecer. O automóvel; a luz; o esgoto; o telégrafo; o trem; o cinema; a praça central, enfim, tudo fazia parte de um *ethos* em busca de afirmação da modernização local, de tal forma que a partir de 1927 o caminho entre a região central e a estação férrea da cidade, símbolo do seu *progresso*, recebeu mais preceitos ordenadores:

[...] Ficam terminantemente proibidas as construções com fachadas de madeira em quadras que já tiveram cordões e sargetas. Ao infracto desta disposição será imposta a multa de 500\$000. Levo ao conhecimento de todos que quaisquer modificações que queiram fazer nas fachadas de suas casas devem solicitar com bastante antecedência a permissão desta Intendência por meio de requerimento, sem que incorrerão nas multas previstas por lei. Caxias do Sul 16 de fevereiro de 1927. Napoleão Ferraro. Diretor interino.¹⁴⁸

E determina ainda qual será o caminho em que as casas não poderão desobedecer tal decreto:

De ordem do Dr. Celeste Gobato, Intendente Municipal, faço público que a partir do dia 20 do corrente ficam expressamente proibidas construções de prédio de madeira dentro os perímetros abaixo determinados (grifo nosso): A partir do entroncamento da estação Viação Férrea, pela Avenida Rio Branco até a praça 11 de Março, rua Feijó Júnior, subindo pela Rua Andrade Pinto até a rua Dr. Borges de Medeiros, continuando por esta até a Sinimbu, por esta até a Alfredo Chaves, descendo a mesma até a Pinheiro Machado, seguindo esta até a Feijó Junior. [...] Caxias do Sul, 22 de junho de 1927.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Código Administrativo do Município. Promulgado por Acto do Intendente Municipal, Coronel J. Penna de Moraes, sob nº9, de sete de dezembro de 1920 que o declarou em vigor de 1º de janeiro de 1921 em diante. 1922. Capítulo: “Construções e Demolições”. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

¹⁴⁸ Código Administrativo. Prefeitura Municipal de Caxias. Directoria Geral de Obras e Viação. Parte Referente a Construções. Prefeitura Municipal de Caxias Edital fevereiro de 1927. Anexo. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

¹⁴⁹ Código Administrativo. Prefeitura Municipal de Caxias. Directoria Geral de Obras e Viação. Parte Referente a Construções. Prefeitura Municipal de Caxias Edital fevereiro de 1927. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Ainda no mesmo ano, foram definidas as quadras paralelas às ruas citadas, pois elas já estavam em fase de consolidação de construções *hodiernas*:

De ordem do Dr. Celeste Gobato, Intendente Municipal, faço público que ficam proibidas construções de casas de madeira nas seguintes ruas: Dr. Montaury, desde a Pinheiro Machado até Bento Gonçalves; Visconde de Pelotas idem supra, Bento Gonçalves entre Visconde de Pelotas e Dr. Montaury; em qualquer das faces das referidas ruas. Caxias do Sul, 6 de agosto de 1927. Napoleão Ferraro. Diretor Interino.¹⁵⁰

Desse modo, durante as décadas seguintes, o que se pode observar, a partir de registros fotográficos e relatórios dos intendentes, foi que a ampla maioria da cidade ainda não tinha capital suficiente para transformar-se em uma localidade de edificações de alvenaria, visto o custo baixo da madeira. Havia cooperativas ligadas aos negócios que abasteciam as localidades mais afastadas do núcleo urbano, ficando a região central, o rebaixamento das ruas, as alterações na praça e a gradual construção de edificações de estilos distintos.

Nos anos da década de 60, os hábitos comerciais passam por mudanças, instigados por novos meios de consumo. Surge a televisão, os supermercados iniciam o alcance comercial ocupado pelo comércio denominado “secos e molhados”, o automóvel passa a ser um produto mais acessível para parte da população e, evidentemente, a região central participa dessas alterações. A praça, local de encontro, começa a ser o espaço de novo comportamento e de isolamento entre aqueles que contam com diferente poder aquisitivo. As edificações, já em processo de franca verticalização, tomam os espaços daquelas edificações que faziam sucesso antes da 2ª guerra mundial.

Na proximidade no Centenário da Imigração Italiana surge uma demanda: a busca de símbolos que retratassem os primeiros momentos da cidade. Além de edificações relativas ao período da instalação dos imigrantes provindos da Europa que se distribuíram pela América, havia a necessidade da criação de um museu, que até aquele momento inexistia. Também não havia um arquivo para guardar a documentação relativa ao processo histórico da cidade e sua área rural.

Além da questão da memória, havia a preocupação em comemorar, lembrar. Entretanto, os edifícios centrais do período da chegada dos imigrantes, feitas de madeira, já haviam sido demolidos, pelos motivos já descritos. A solução encontrada foi revestir de valor

¹⁵⁰ Prefeitura Municipal de Caxias. Directoria Geral de Obras e Viação. Código Administrativo. Parte Referente a Construções. Edital agosto de 1927. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

histórico a sede da prefeitura daquele período (1974), transformando-o em Museu enquanto a casa da administração foi transferida para o prédio de estilo modernista construído em 1954, que servia de palco das feiras agroindustriais, conhecida como Festa da Uva.

Diante dos preparativos, surgiu o problema sobre a escassez de artefatos, já mencionado, da mesma maneira que, a partir de periódico local, houve a “reserva” de espaço no Álbum do Centenário da Imigração Italiana para as empresas interessadas em promover seu empreendimento.¹⁵¹

Mas ainda havia a morada, a casa que poderia servir como outro ponto turístico e, portanto, simbólico, para afirmar a data comemorativa. Em 07 de agosto de 1974, mesmo sem legislação municipal de tombamento ou preservação de edificações, o poder público desapropria¹⁵² da família Tomazzoni, sua residência já em péssimo estado de conservação, e a transforma no espaço construído que serviria de modelo de vida dos primeiros habitantes estrangeiros.

Os antigos moradores, ao contrário do esperado, tinham dúvidas quanto à preservação de sua memória durante o processo.¹⁵³ Diversas pessoas os aconselharam a demolir o prédio para garantir a propriedade do terreno, o que demonstra que nem todos tinham uma preocupação com a memória. Em virtude das precárias condições da casa, houve uma reforma que acabou demolindo a parte de madeira que traduziria melhor as contingências da moradia dos primeiros moradores da região, de forma que a parte de pedra era algo ainda muito difícil de ser encontrado nas residências centrais do núcleo em 1875.

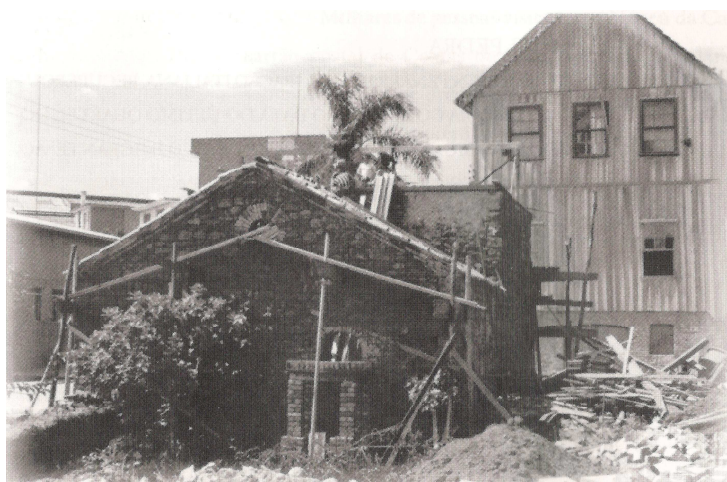


Figura 7 – Casa de Pedra, 1974. Restauração.

¹⁵¹ Jornal O Pioneiro, 20/11/1974, p. 2. Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. CEDOC.

¹⁵² Decreto nº 3712 de 07 de agosto de 1974. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Caxias do Sul.

¹⁵³ MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul: Maneco Editora, nº4, 2003, p. 40. MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (coord.). A pesquisa realizada e publicada que está contida nestes cadernos foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma que o museu municipal, após a reforma, a casa de pedra seria transformada em museu da colonização, sendo ela própria um documento, além de receber os artefatos doados pela população, que naquele momento estabelecia um painel de semelhanças¹⁵⁴, atrelando sua memória individual à memória histórica, isto é, o reconhecimento do grupo nas imagens sucessivas e nos objetos mudava o panorama da história oficial. A memória coletiva fazia com que o grupo se visse de

Eu me dá uma impressão que ela (a casa de Pedra) é minha irmã que sempre ficou ali e não vai morrer. Eu tenho um pedacinho de pedra ali [...] e eu ajudo a cuidar porque ali não é meu nem teu. É de todo mundo.¹⁵⁵

Na placa de inauguração do dia 14 de fevereiro de 1975:

Neste local, adquirido este ano em homenagem ao centenário da imigração italiana, recuperou-se uma peça rara e valiosa. Cada pedra desta casa, cuja construção data do último quartel do século XIX, é testemunha silenciosa do trabalho gigantesco do louro e bravo do imigrante. Ao urbanizarmos esta área, construímos um monumento à saga emocionante da imigração. Mário Bernardino Ramos Prefeito Municipal (grifo nosso).¹⁵⁶

Diferentemente, a memória criada pelo poder público estabeleceu naquela edificação um teor ideológico, que recorrendo ao discurso da distinção laudatória, além de inferir que a urbanização salvou a casa, quando na realidade, se não fosse a própria urbanização a cidade ainda teria outros tipos de edificações a ser preservadas. Contudo, é relevante indicar que se tratou de uma preservação e revitalização, resguardada o período, realizado, pelo poder público mesmo sem existir uma legislação própria para tal, com intenções bem definidas, o que indica que o poder político sempre teve grande influência na produção de símbolos que garantem a unidade pacífica de sua população. De certa forma, isso inicia os debates, pois mais tarde mesmo com legislação garantida, o processo preservacionista não foi tão simples.

¹⁵⁴ HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006, p. 109.

¹⁵⁵ Entrevista concedida pela Odila Debastiani De Carli, vizinha dos proprietários, a família Tomazzoni. Gravada em 09/03/2000. E 10/09/2001. Segundo o depoimento, pouco antes da transformação em Museu ela participava da rotina da Casa, cozinhando o pão no forno que existia do lado de fora dela. Banco de memórias do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

¹⁵⁶ O museu foi criado legalmente com o decreto n° 4046 de 05 de agosto de 1976.



De fato, Mário Rangelino Damasceno inaugurou a Museu Casa de Pedra, 14 fev. 1975. Foto: Paulo Sérgio Assunção

Figura 8 - Casa de Pedra, 1975. Inauguração.



Figura 9 - Casa de Pedra, 2002.

Mesmo com o fim das comemorações do Centenário da Imigração Italiana, a ideia de produção de uma imagem que se vinculava ao mito se mantinha. A partir do caso da

reforma do Monumento do Imigrante¹⁵⁷ em 1984, pode-se observar a clivagem do que se considerava patrimônio e os caminhos para preservá-los. Em uma sessão na Câmara de Vereadores, apresentou-se a preocupação em realizar a manutenção no referido monumento. Dessa maneira, o vereador Mário Gardelin, Presidente do PDS caxiense, enviou correspondência¹⁵⁸ endereçada ao Coronel Sérgio M. Pasquali em Brasília, informando sobre a precariedade que se encontrava o monumento; apontando a falta de responsabilidade de determinados setores quanto ao processo de tombamento e apela para uma solução definitiva em virtude da realização da Festa da Uva e a visita do Presidente da República. Uma cópia do referido documento foi endereçada ao Deputado estadual pelo PDS, Sr. Vitor Faccioni, solicitando apoio na concretização da reforma.

Era de conhecimento da população que havia um movimento do legislativo caxiense em favor da reforma do Monumento. Entretanto, as conexões com Brasília foram mais intensas, já que o Deputado Faccioni enviou dois Telex, um endereçado ao Tenente Coronel Piero Ludovico Gobbato, natural de Caxias do Sul, que era Assessor Chefe Especial da Presidência da República que, repassando a solicitação ao Ministério da Cultura, solicitava providências; o outro que passou nas mãos do General Ruben Ludwig, Ministro Chefe Casa Militar da Presidência da República.¹⁵⁹ De modo mais incisivo, solicitava a interferência para

¹⁵⁷ Após a segunda guerra, as autoridades locais tiveram a ideia de construir um monumento em homenagem àqueles que, com seu trabalho, modificaram o espaço e povoaram a região da Encosta Superior do Nordeste, consolidou-se paralelo às comemorações ao 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, em 1950. A obra, executada sob a coordenação da comissão comunitária, ganhou repercussão nacional ainda antes de ser inaugurada, em função do concurso lançado para sua concepção. O vencedor foi o escultor pelotense Antonio Caringi, mesmo autor da Estátua do Laçador, um dos símbolos da capital gaúcha. Em fevereiro daquele ano, durante a VI Festa da Uva, numa cerimônia presidida pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra, foi lançada a pedra fundamental do monumento. Sob a liderança de uma Comissão Executiva, diversos setores da sociedade engajaram-se na concretização da homenagem. A concretização da obra que lançaria as bases da identidade local necessitou da contribuição de vários setores do governo federal. Este, já havia inaugurado a Estrada Federal e, no ano de 1954, no dia 28 de fevereiro, o Presidente da República, Getúlio Vargas, inaugurava o monumento que ajudou a construir. O casal de imigrantes tem cinco metros de altura, forma moldadas em gesso, no ateliê de Caringi no Rio de Janeiro e fundidas em bronze na Metalúrgica Abramo Eberle, sob a coordenação de Tito Bettini. O conjunto tombado em 2007 se constitui também da torre com os três baixo-relevos em cimentos nela fixados, além de base feita em alvenaria de pedra, elementos edificados sob a coordenação do construtor Silvio Toigo. A base compreende as escadarias de gesso, a cripta e o altar que se encontra em seu interior, além das portas de acesso em bronze, em que se vê a representação de Luiz Antonio Feijó Junior, agente da imigração, recebendo uma família de colonos, complementada por versos do jornalista e poeta ligado ao movimento modernista, Cassiano Ricardo. Porém, quando da inauguração em 1954, a cripta ainda não apresentava as paredes revestidas com mármore branco, sendo este trabalho efetuado em 1955.

¹⁵⁸ Correspondência do dia 08/02/1984 enviada pelo Presidente Regional para Cel. Sérgio Secretaria Geral. Arquivo da 12º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

¹⁵⁹ Correspondência do dia 15/02/1984 enviada pelo Deputado Vitor Faccioni para Tenente Coronel Ludovico, Assessor-Chefe Especial da Presidência da República. Palácio do Planalto Brasília DF. Gobatto repassou para o Ministério da Cultura. No referido documento esta escrito à mão: A secretaria da Cultura, da ordem, solicitando

a solução definitiva junto ao governo, descrevendo que se tratava de importante monumento por se tratar de um símbolo representativo do progresso local e que, estava abandonado pelas políticas federais.¹⁶⁰

As demandas surtiram efeito rapidamente. No início do mês de março houve um contato entre o Prof. Marcos Vilaça, da secretaria de Cultura em Brasília, e o Coordenador da Delegacia regional do SPHAN em Porto Alegre, informando sobre a reunião que seria feita entre o Instituto, a Universidade de Caxias do Sul e o Coronel Sérgio Pasquali para reorganizar uma comissão com fins de recuperação do monumento, além da destinação de verbas pelo próprio Ministério para o restauro, a instalação de Museu e a urbanização das áreas próximas com o assessoramento de técnicos do IPHAN.¹⁶¹



Figura 10 – Monumento ao Imigrante, 2002.

resposta URGENTE (Grifo nosso). Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

¹⁶⁰ Correspondência do dia 15/02/1984 Encaminhada pelo General Ruben Ludwig. Ministro-Chefe Casa Militar Presidência da República. Encaminhada a Luiz Henrique Abreu de Moraes e para o Professor Marcos Vilaça – Secretaria de Cultura Brasília DF. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

¹⁶¹ Correspondência de Sérgio Pasquali, aos cuidados do Senhor Curtis, diretor da 10ª DR SPHAN RS. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

3.4 COMPAHC e a formação do núcleo preservacionista

Diante dos aspectos abordados pela preservação durante as festividades do Centenário da Imigração, alguns fatores foram relevantes na organização oficial dos grupos ligados à preservação em Caxias do Sul. Por um lado o grupo, ligado ao Museu municipal, buscava salvaguardar os vestígios do passado frente às alterações que compunham o cenário urbano, como a verticalização e ainda, a falta de referenciais que isso causava à memória local. Um dos documentos publicados¹⁶² pelo arquivo mais tarde representa esse sentimento. Segundo o grupo:

A preservação histórica é essencial, pois permite ao homem experimentar um sentimento de segurança face às mutações britais da sociedade. O EU pertencço a algum lugar reforça os grupos que vieram antes de nós. (...) no lugar do patrimônio surgem edifícios. Esse progresso sepulta as testemunhas vivas de nossas raízes. O Patrimônio serve para humanizar as cidades e melhorar a qualidade de vida.¹⁶³

Grande parte desse discurso atribuía às edificações um caráter de “salvação” de maneira que se pudesse por meio deles restaurar a identidade, a memória, o pertencimento e a humanização que ora era destruída por um suposto progresso. Estava sendo ensaiada uma nova visão de mundo, com referências românticas para dar conta da proteção das edificações de maneira que pudesse envolver a comunidade e o Sphan (IPHAN) como agentes proeminentes.

Um segundo aspecto fora o apoio do IPHAN que reiteradas vezes auxiliou financeiramente as atividades locais para a organização de palestras, encontros, publicações de materiais, que serviram durante a primeira década de 1980 para chamar atenção do público em geral, bem como na criação de uma consciência preservacionista que por meio do Conselho conseguiu imprimir um novo ritmo nos tombamentos.¹⁶⁴

¹⁶² Ofício nº 063/88. Por meio de verba do IPHAN, todo o material dos periódicos como o Boletim Memória, Cenas Foto, Ocorrências artesanato foi reeditado e publicado novamente em 1988, junto com a produção de um Vídeo “O fio da História”. O custo foi de Cz\$ 300.000,00(trezentos mil cruzados) na confecção.

¹⁶³ Texto produzido pelo Arquivo Histórico e publicado em 1982 no lançamento de um projeto financiado pelo IPHAN que se chamava “Patrimônio Histórico: Caso de vida ou Morte”. Parte das ideias foram compostas pela Carta de Nairóbi da UNESCO de 1976 que falava sobre a importância do Patrimônio.

¹⁶⁴ Relatório de esclarecimento Interno das ações da 10ª Secretaria Regional do Sphan/Iphan, 28/11/1986. Segundo este relatório e demais documentos foi possível confirmar os inúmeros contatos com as Secretarias de Cultura da região com fins de auxiliar na execução das novas propostas de preservação. Diversos convênios foram realizados entre a Prefeitura Municipal e o Sphan/Iphan que tinham como objetivo iniciar um processo de

Criado pela lei nº 2515 de 15 de outubro de 1979 por meio de uma lei aprovada pela câmara de vereadores de Caxias do Sul, o Conselho tinha a atribuição de assessorar a Prefeitura Municipal nos assuntos pertinentes ao Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Caxias do Sul. O Conselho objetiva a preservação e conservação do patrimônio de forma desvinculada do poder público, uma vez que até aquele momento não havia uma política de preservação que norteasse as ações públicas.

O Conselho consistiu na institucionalização de um grupo que, desde o final da década de 70, estava envolvido no debate sobre a preservação do Patrimônio¹⁶⁵. De certa maneira, a criação do Museu e do Arquivo, mesmo que em condições precárias, foi o laboratório para o desenvolvimento de projetos deste grupo:

não tínhamos internet, nossa comunicação era através de telefone e das revistas que nos enviavam sobre o Conselho de proteção criado em São Paulo e algumas outras coisas que chegavam para nós [...] aí pensamos que dava pra fazer isto em Caxias.¹⁶⁶

Nesse sentido, a independência dos integrantes foi relevante para que buscassem mais referenciais para suas ações, já que estavam envolvidos com a preservação do antigo hospital Carbone e ainda não havia legislação específica para a preservação, o que era uma lacuna a ser completada. Quanto ao dispositivo legal, havia sido observada uma lei nacional que supriria a carência.¹⁶⁷ Não havia conhecimento sobre o critério, e como realizar uma relação de edificações para serem preservadas: o inventário.

conscientização sobre a preservação do Patrimônio Histórico. Dentre eles, pode-se destacar o apoio financeiro sobre a restauração da Cantina Antunes, conforme Ofício nº 147/84 enviado pelo Diretor do Iphan, Senhor Curtis para a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Também foram relevantes os projetos Eclésia sobre o acervo religioso no valor de Cz 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados). Em relação à casa de Pedra na cidade de Farroupilha os serviços executados tiveram a contribuição do Sphan/Ophan de 70 % da obra que significava Cz 70.000,00 (setenta mil cruzados). Quanto ao Seminário de Antonio Prado foi aplicada a quantia de Cz de 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos). Na organização do projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste RS foram destinados Cz 60.000,00 (sessenta mil cruzados). Em Caxias, houve a exposição “preservação Urbana da Paisagem dos núcleos de Imigração” que contou com o auxílio de Cz 30.000,00 (trinta mil cruzados). A execução de painéis, fotos, textos, transporte de material e a visita do Arquiteto Udo Baumann para a região teve a aplicação de Cz 199.000,00 (cento e noventa e nove mil cruzados). Outros ofícios durante a década apresentam outros convênios com o mesmo fim.

¹⁶⁵ Além do envolvimento da Câmara de Vereadores estavam envolvidos na oficialização de um órgão preservacionista: a Universidade de Caxias do Sul, a Sociedade de Arquitetura, Agronomia e Química; o Instituto dos Arquitetos do Brasil, os profissionais do Museu Municipal.

¹⁶⁶ HENRICHS, Liliana. Entrevista. *op. cit.* Fazia parte da administração do museu e foi diversas vezes presidente do COMPAHC. Destacou-se como uma das personalidades relevantes na preservação do patrimônio local.

¹⁶⁷ CONVENÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura. 17ª sessão – 16 de novembro de 1972. UNESCO, Paris. In: Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p.

Não houve, a princípio, nesta pesquisa qualquer documento que abordasse o início de uma campanha de preservação local, o que de certa maneira indicava que apenas o antigo prédio Carbone era objeto de ações do tipo. Entretanto, no IPHAN foi encontrado um primeiro inventário de edificações que data de 1982, realizado pelo COMPAHC e que fora enviado ao executivo Municipal para apreciação e tomadas de medidas.¹⁶⁸

Eram 46 edificações que, de alguma forma, buscavam incorporar edificações de períodos diferentes da história da cidade em que constavam capelas; casas de vilas operárias; monumentos; edificações de bairros afastados; praças e parques, chamando atenção para os estilos arquitetônicos, a história da edificação e a relação com a comunidade ao seu entorno. Fazia parte do levantamento fichas de pesquisas que revelam certa atenção profissional, mesmo diante do quadro ainda em aberto por parte da formação dos agentes do COMPAHC. Seguindo a introdução do inventário, pretendia:

[...] servir de apoio ao propósito maior de preservação de nosso patrimônio histórico ambiental, dentro de critérios que somente um real planejamento urbano pode estabelecer caso forem levadas em conta as necessidades da população como um todo. Entende-se a conservação de prédios e áreas naturais como forma de contribuir à melhoria da qualidade de vida.¹⁶⁹

Posteriormente em um vídeo produzido pelo Museu Municipal, chamado de “Fio da História”, o professor Juvenino dal Bó recupera parte do processo de formação do grupo destacando a necessidade de sua criação frente ao que ele chama de “o violento processo de destruição da memória”. Ao narrar aborda os diferentes modelos de patrimônio que a cidade apresenta e que estaria sendo destruído pelo “progresso”, pelo “moderno” e pelo “prático”. Na conclusão da primeira parte do documentário acena

267. Esta convenção, aprovada na respectiva data foi apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 1977 pelo Decreto legislativo nº 74 e, promulgado pelo Presidente da República Ernesto Geisel em 12 de dezembro de 1977 pelo Decreto nº 80.978.

¹⁶⁸ Não foi encontrada referência sobre este inventário no Arquivo Municipal de Caxias do Sul ou na Prefeitura Municipal. Foi referida pela Profa. Maria Beatriz Pinheiro Machado, professora da Universidade de Caxias do Sul em uma entrevista realizada em maio de 2008, sobre o movimento preservacionista de Caxias do Sul. A confirmação da existência desse material foi efetivada mais tarde nos Arquivos do IPHAN. É importante destacar que grande parte da documentação referente ao Cine-Teatro Ópera também não foi encontrada no Arquivo Municipal e que, dependeu para a lisura da dissertação, além das entrevistas e recortes de jornal, da descoberta da documentação no arquivo 12ª Superintendência Regional do IPHAN/Porto Alegre RS. Por fim, a documentação da pesquisa realizada pelo IPHAN (SPHAN na época) em 1983 sobre preservação e valorização da paisagem urbana nas áreas de imigração alemã e italiana no Rio grande do Sul encontra-se ainda nos arquivos desse Instituto. Segundo a própria Coordenadora da Subsecretaria do Instituto no Rio Grande Do Sul, esse material, enviado para algumas Prefeituras da região foi “extraviado” dificultando possíveis pesquisas futuras.

¹⁶⁹ Patrimônio Histórico de Caxias do Sul. Levantamento Inicial, propostas e sugestões. Juvenino Dal Bó, Liliana Alberti Henrichs e Anelise Cavagnoli. Originais Acervos: Maria Beatriz Pinheiro Machado e Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

É preciso uma ação mais forte para puxar os fios desta história, desta grande corda chamada memória, que flutua nas águas agitadas do imediatismo que nossa sociedade atravessa.¹⁷⁰ (grifo nosso)

Junto a esse material, observa-se que o grupo detém referências quanto aos modelos de proteção ao patrimônio, incluindo o natural. Evidentemente que o processo paralelo que acontecia referente à proteção do antigo Hospital Carbone já oferecia teor para as práticas subsequentes dos pesquisadores.

3.5 Arquivo Histórico Municipal: o principio da preservação em Caxias do Sul

Após o Centenário da Imigração Italiana, o grupo de intelectuais locais, anteriormente referido, permaneceu em contato com o tema da preservação. Em um dos discursos proferidos por uma das personalidades de destaque no campo da preservação do patrimônio histórico cultural de Caxias do Sul, o professor Juventino Dal Bó¹⁷¹, é possível notar as condições que alinharam o complexo debate que levou à edificação, conhecida por Hospital Carbone, ser tombada¹⁷² e, mais tarde, transformada no Arquivo Histórico Municipal.

É possível notar que o processo, que durou duas décadas, foi complexo e, portanto, não há suavidade em seu tom:

[...] a luta para preservar este prédio foi longa e ferrenha. Lutou-se contra o capital, a ignorância e o esquecimento. Lutou-se contra os que acham só quatro paredes de um galpão sem importância; até aqueles que achavam mais importante construir casas nos bairros e dar assistência aos pobres do que preservar um prédio para deleite de alguns. Quantos enganosa! Como não percebem que o bem e o progresso econômico e social devem andar de mãos dadas com a cultura e o lazer, afinal, são vasos comunicantes! Depois de vinte anos de desencontros, aí está o velho casarão preservado a dizer para a cidade, que é uma casa de todos e que quer guardar a

¹⁷⁰ Documentário O Fio da História. Organizado pelo Núcleo do Arquivo e Museu Municipal e financiado pelo IPHAN.

¹⁷¹ Depoimento In: MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul: Maneco Editora, nº1, 1999, p. 3. Professor Juventino Dal Bó, durante a década de 80, coordenou o Museu Municipal, e o Arquivo Histórico Municipal. Durante grande parte da década de 90 devido às mudanças políticas ficou à parte da condução das políticas de preservação, retornando apenas em 1997, após a eleição para Prefeito de Caxias do Sul de Gilberto Spier Vargas do Partido dos Trabalhadores, quando foi diretor do Departamento de Memória e Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Caxias do Sul.

¹⁷² TOMBAMENTO: Arrolar, inventariar, registrar os bens culturais, reconhecendo-os como integrantes do patrimônio nacional, estadual ou municipal. A palavra tomar é uma herança do direito português, que tem como sinônimo demarcar. É também o registro, o arquivo e a catalogação de documentos públicos ou históricos. Educação Patrimonial Departamento de memória e Patrimônio de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Maneco, 2004 p. 20.

memória de todos, dos que a conhecem, dos que a amam e dos que a elegem como seu lugar.¹⁷³

O que se observa é a apresentação sem eufemismos do que muitas vezes motivou o descaso do patrimônio na cidade como também fora dela. Em seu depoimento, elege a assimilação capitalista do espaço como uma das causas da destruição do patrimônio e mostra que existem diferentes representações sobre o ambiente construído, sendo a precária valorização da edificação considerada popular e, portanto “um galpão sem importância”, visto que em meados da década de 70 o respeitável eram objetos atrelados à imigração italiana.

A compreensão do professor era a de que o progresso e a questão cultural deveriam estar ligados, utilizando a edificação como documentação para a narrativa da história local. Diante da possibilidade de resguardar outras edificações espalhadas pela cidade, a casa de negócio Vicente Rouvea consistiu na escolha que acendeu a consciência preservacionista. A edificação, um das primeiras construções de alvenaria da cidade do início do século XX, já havia servido de moradia, casa de saúde, hospital beneficente e habitação coletiva.

A edificação foi tratada como um documento a ser preservado, de caráter cultural, que abrangia elementos de estilo eclético predominante na arquitetura e que apresentava nas edificações centrais da cidade de Caxias. Os estilos transitavam entre o eclético, a *Art Decó*, o *Protomoderno* e o moderno e vinham ao encontro do que Segawa¹⁷⁴ define de modernidade pragmática – difusa, sem programa definido, mas que se alimentava de uma vontade de exprimir ideias novas, de tentar ser moderno mesmo sem ter clareza de qual modernidade. Já em fase precária e sob ameaça de demolição, desencadeou a preocupação de parte da sociedade na tentativa de mantê-lo completo, com a argumentação de ser um objeto que trazia a *memória coletiva* da cidade e daqueles que por aquela residência haviam passado:

Uma parte daquilo que fora construído pelos antepassados, a representação de sonhos e desejos, era destruída, ou pela ação do tempo ou pelas mãos do homem que não valorizou a caminhada dos pioneiros desta terra.¹⁷⁵

¹⁷³ MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul: Maneco Editora, nº1, 1999. A pesquisa realizada e publicada que está contida nesses cadernos foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo era publicar um resumo da história de determinados bens que foram preservados e parte do seu processo de preservação.

¹⁷⁴ SEGAWA, Hugo. Modernidade Pragmática: Uma arquitetura fora dos manuais. Revista Projeto. São Paulo: Ed. Projeto, nº 191, 1995. p. 7.

¹⁷⁵ Depoimento In: MIRANTE *op. cit.* p. 31. Texto produzido por Elenira Prux e Maria Beatrís Gil da Silva.

Evidentemente, que a argumentação para a recuperação não tinha os mesmos critérios. Para alguns, a construção do passado pela sociedade da década de 70 a partir das edificações, ainda estava fortemente marcado pelo caráter da afirmação da memória regional, com escala evolucionista, como se aqueles prédios fossem etapas pelas quais as gerações anteriores se utilizaram para chegar ao seu apogeu no final do século XX.

No entanto, o aspecto lembrado a todo o momento e que ameaçava as edificações centrais, consideradas de valor histórico, era a crescente especulação imobiliária, sendo o Hospital Carbone o marco inicial de uma nova etapa de preservação da história de Caxias do Sul que se voltava à preservação da memória coletiva. Em 1979, os profissionais que trabalhavam no Museu Municipal e no Arquivo Histórico Municipal deram início a uma campanha para sua preservação. Formou-se um grupo que contava com estudantes, artistas locais, professores, arquitetos, engenheiros, estudantes secundaristas, do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho e da Coordenaria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – CPHAE.¹⁷⁶



Figura 11 – Casa Comercial deu lugar ao Hospital Beneficente Santo Antônio, 1931.

¹⁷⁶MIRANTE, *op.cit.* p. 32.

Perante o movimento urbano que buscava garantir a preservação do prédio, criou-se em maio do mesmo ano a “Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico de Caxias do Sul” que tinha por objetivo estudar as possibilidades de preservação do prédio, mantendo contato com a comunidade, com o Executivo Municipal e com os Advogados representantes dos proprietários¹⁷⁷. Em junho daquele ano o assunto ganha visibilidade maior quando o Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho publica no jornal *Correio do Povo* um manifesto no qual faz uma dura crítica aos defensores da demolição da edificação:

Parte da memória caxiense principia a ser destruída pela picareta iconoclasta, que não respeita os documentos do passado. Mais uma vez triunfou a especulação imobiliária contra a tradição e a história. Os prédios antigos são páginas abertas da história de uma comunidade, além de serem exemplares arquitetônicos de épocas determinada [...]¹⁷⁸

De forma visível, o objetivo do documento, por vezes, com uma linguagem romântica visava à defesa das memórias locais junto à questão nacional abordando a visão de mundos antagônicos:

Somos um país em formação, que está diante de uma encruzilhada: ou aceita os valores pragmatistas de uma sociedade de consumo ou se volta para os autênticos representados por um imenso cabedal, que nos foi legado por nossos maiores. Quanto mais destruímos tais valores, tanto mais corremos o perigo de perdermos nossa consciência nacional e nos transformarmos em meros robots das multinacionais da cultura, que cada vez mais bombardeiam com os seus produtos, visando a enterrar a alma brasileira.¹⁷⁹

Diante do entrave em que estava a situação, isto é, na relevância de um terreno de enorme valor econômico, a comissão tentou sensibilizar a comunidade, chamando a atenção para a necessidade de preservação do bem cultural. Foram realizados pinturas e desenhos da edificação por artistas locais, sendo o valor da venda revertido para a campanha; foram realizados atos em frente ao prédio com cartazes referente à preservação, além de distribuição de panfletos para a comunidade e reuniões periódicas no Museu Municipal. Em uma das manifestações realizadas em favor da preservação a memória individual encontrava

¹⁷⁷ As entidades eram: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul (SEAAQ), Associação de Bairros, Centro de Ciências Humanas e Artes e Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul, Diretório Central de Estudantes (DCE), além de outros que estavam envolvidos com o processo de preservação. O Executivo Municipal era representado pelo Prefeito Mansueto de Castro Serafini Filho.

¹⁷⁸ Manifesto do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho. Publicado no jornal *O Correio do Povo*, 23/06/1979. s.p. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

¹⁷⁹ *Idem.*

ecos na edificação sob novo contexto cultural: “Além do aspecto pessoal pelas recordações que ele me traz, conforme a história contada pela minha mãe se trata de uma obra de inegável valor histórico”.¹⁸⁰

A campanha teve certa repercussão em nível estadual, de forma que chamou a atenção de intelectuais. Dentre eles, o destaque do professor e filósofo, nascido em Caxias, Gerd A. Bornheim:

Costuma-se dizer que o grau de civilização de um povo está no cultivo da própria memória. E realmente, é já na preservação de uma certa paisagem que uma cidade consegue definir até mesmo a sua identidade, o seu perfil mais característico [...] tanta dificuldade em aceitar essa ação civilizatória mínima que consiste na preservação do passado, que seja necessário fazer campanhas para defender conceitos que soam de modo abstrato, ou que se confundem com boa intenção que parece não ir além da futilidade alheia ao peso do progresso [...] Isso explica que a preservação do passado se tenha tornado em nosso tempo, uma necessidade vital, quase sinônimo de sobrevivência.¹⁸¹



Figura 12 – Antigo Hospital Carbone, 1979. Manifestação.

¹⁸⁰ Depoimento de Maria Rovea Pruneli. Banco de memórias do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. In: MIRANTE *op.cit.* p. 33.

¹⁸¹ MIRANTE. *op.cit.* p. 33. Lecionou filosofia inicialmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo cassado pela ditadura militar em 1969. Residiu alguns anos na Europa, e quando retornou ao Brasil fixou-se no Rio de Janeiro, sendo professor de filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Filósofo e crítico de Arte, foi professor de uma geração de filósofos do Brasil, como Leandro Konder e Ernildo Stein. Dedicou diversos trabalhos à filosofia moderna e contemporânea, destacando-se por seus estudos sobre Jean-Paul Sartre e Martin Heidegger. Apontado na *História da Filosofia Contemporânea* de J. Hirschberger como um dos expoentes da filosofia brasileira, é também um dos responsáveis pela recepção do pensamento de Heidegger em seu país, como vemos na biografia de Heidegger assinada por Rüdiger Safranski (2000). Outro de seus importantes interesses foi o teatro, ao qual dedicou livros (um deles, à estética de Bertolt Brecht) e artigos de jornal. Bornheim faleceu em 2002, no Rio de Janeiro. Banco de memórias do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Foi destacado o depoimento enviando pelo professor por ter caráter relevante no meio acadêmico local daquele período o qual foi tratado, segundo publicação, o como um grande manifesto em favor da preservação do referido edifício.

Notadamente, o conceito de tombamento inexistia tal como a legislação municipal específica, o que por certo significava que a preservação e pertencimento eram formas de garantir determinado grau de segurança, incluindo a identidade local. De certa forma, a população atribuía às edificações uma memória coletivizada e, na fala do Prof. Bornheim está traduzida a clivagem entre aqueles que acreditavam na preservação como manutenção dessa identidade, independente do processo de modernização o qual chama de progresso. As alterações dos *espaços de memória* já não eram consideradas algo fútil, e sim a fonte de vida para determinado povo.

O tempo ao qual se refere Bornheim é o período do final do século, isto é, a fragmentação, a confusão do homem frente ao próprio progresso, por ele criado e que, por conseguinte, retira dele sua identidade ao destruir sua memória, sobre o qual se discorre no primeiro capítulo. É nesse contexto que a convenção relativa à preservação do patrimônio da UNESCO, ampliou sua base de preservação para cultural e natural, atentando para os males que o progresso em ritmo acelerado traz para o conjunto do patrimônio em escala planetária, adotando medidas para sua salvaguarda:

Constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pelas mudanças da vida social e econômica (grifo nosso), que as molestam com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis; [...] ¹⁸²

Também observa quanto à cooperação entre a comunidade e o Estado:

Considerando que, a amplitude e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, cabe à coletividade internacional, como um todo, tomar parte na proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, mediante a prestação de uma assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a complete eficazmente; [...] ¹⁸³

Diante de intenso debate e a partir da mobilização, houve uma atenção maior da imprensa e parte da iniciativa privada local adquiriu o prédio e o terreno em 12 de setembro de 1979, realizando a permuta com o Poder Público Municipal. A doação ao poder

¹⁸² CONVENÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e à Cultura. 17ª sessão – 16 de novembro de 1972. UNESCO, Paris. Esta convenção, aprovada na respectiva data foi apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 1977 pelo Decreto legislativo n° 74 e, promulgado pelo Presidente da República Ernesto Geisel em 12 de dezembro de 1977 pelo Decreto n° 80.978.

¹⁸³ MIRANTE. *op.cit.* p.36.

público deveria levar em conta que ele teria a preservação de suas características arquitetônicas originais e com fins de tornar um local de espectro cultural. Em carta aberta, as empresas que adquiriram o imóvel, transitam sobre o conceito novo de patrimônio e apresentam-se como grupo preocupado com essa preservação:

A comunidade quis fazer do velho edifício um monumento que simbolizasse o despertar para a valorização de nosso patrimônio histórico-cultural. A sensibilidade e o espírito comunitário de empresas de Caxias do Sul permitiram que isso se realizasse: Mazedorzi, Eberle, Mazedatti, Pratavieira, Agrale, Fras-le, Marchioro, Bertussi, J.J.Eberle, Peteffi, Madeira Pisani, Madal, Basa, Magnabosco, Metalúrgica Sulriograndense, Pastifício Caxiense, Randon, Sulenge, Triches, Gazola.¹⁸⁴

Entretanto, não segue na mesma carta aberta que, em troca da doação, ficou firmado em lei que no restante do terreno poderia ser construído um prédio em forma de “L” com altura superior àquela permitida para a zona em questão.¹⁸⁵ Dessa maneira, as concessões dadas pelos agentes que realizam a produção capitalista do espaço, nunca são realizadas em estilo abnegativo. O acordo fora praticamente pouco comentado entre os participantes do “negócio”. O caráter especulativo dos investimentos urbanos deriva da capacidade de atrair fluxos de produção em um mundo de volatilidade econômica. Por vezes, a “parceria público-privada” equivale a conceder subsídios às empresas afluentes e às atividades de controle importantes para que elas ampliem seu poder sobre as cidades, à custa do consumo coletivo.¹⁸⁶

Após a consolidação, o Museu Municipal e o Arquivo Histórico Municipal iniciaram outra etapa que seria transformar a edificação em um centro de documentação, já que milhares de documentos estavam arquivados em condições precárias no anexo do Museu da cidade. Mesmo legalmente existindo¹⁸⁷, o arquivo histórico não dispunha de local oficial para o acondicionamento adequado de todo o material ainda existente.

¹⁸⁴ Jornal de Caxias. 07 de Setembro de 1979.s.p.

¹⁸⁵ Lei nº 2.750 de 22 de setembro de 1982 e Lei nº 2.899 de 17 de agosto de 1984. A escritura pública de doação do imóvel foi lavrada em 25 de outubro de 1985.

¹⁸⁶ HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2006, p. 173.

¹⁸⁷ O Arquivo histórico havia sido criado a partir do decreto nº 4047 em 05 de agosto de 1976. Contudo, ele começou a ser formado um ano antes do Centenário da Imigração Italiana. A documentação continha milhares de documentos entre eles: relatórios, requerimentos, jornais, passaportes, fotografias e outros registros.



Figura 13 - Após 20 anos de debates, restaurado e transformado em Arquivo Histórico Municipal.

A preocupação permaneceu até a concretização dos acordos firmados, gerando certa expectativa em função das precárias condições do prédio. Nesse período, foi utilizado para ensaios de peças musicais de coral e orquestra sinfônica. Além disso, para transformar a edificação em local adequado, era necessária uma ampla reforma, o que também levou um tempo maior para efetivar-se, uma vez que havia a necessidade de aprovação de um convênio entre a prefeitura e a Secretaria de patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Com a lei n° 2.946, de 26 de dezembro de 1984, o poder executivo autoriza a firmar convênio com junto a subsecretaria do SPHAN para iniciar as devidas melhorias na edificação, em que 80% do financiamento da restauração da cobertura eram garantidos pela Fundação Pró-Memória.¹⁸⁸ No relatório da Arquiteta Lúcia Ana Meira, enviado ao Sr. Curtis, diretor da 10ª delegacia regional do SPHAN-Pró-Memória, destaca-se a participação dos agentes locais:

[...] o que torna o objeto museológico ou as fontes existentes num arquivo histórico vivas, é o trabalho de pesquisa, interpretação, análises sobre elas. A comunidade é protagonista e a ela deve reverter o resultado e o sentido do resgate.¹⁸⁹

Embora clara a preocupação da subsecretária em converter para o local a referida verba com intenção de não prorrogar mais a transformação do edifício em arquivo. O valor¹⁹⁰ foi remetido apenas em 1987:

¹⁸⁸ A Fundação Pró-memória era oriunda do antigo Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975, pelo Ministério da Cultura. Em 1985 seus projetos foram unificados ao do SPHAN-Pró-Memória.

¹⁸⁹ Comunicado Interno do SPHAN-Pró-Memória. 18 de agosto de 1986. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

¹⁹⁰ O convênio determinava que dois terços do valor de Cz 199.000,00 (cento e noventa e nove mil cruzados) financiados pelo Instituto, seriam para o restauro das edificações. Diante deste número é possível confirmar que

Especialmente no que diz respeito à proteção do patrimônio arquivístico do município de Caxias do Sul, manifestamos nosso interesse, empenho e colaboração para que sua nova sede – antigo Negócio de Vicente Rouvea e também antigo Hospital Carbone – venha a ser concluída. Assim, os milhares de documentos de origem pública e privada, milhares de documentos visuais – fotografias e cartões-postais, centenas de periódicos [...] ficarão realmente protegidos e assegurados às novas gerações.¹⁹¹

Mesmo com as obras das instalações, iniciadas em 1987, ainda assim ficava longe de se transformar em um arquivo, já que houve a paralisação da reforma. Além disso, após o incêndio na Prefeitura, local da sede da Secretaria da Cultura em 1992, o antigo prédio Carbone passou a ser a sede da Secretaria da Cultura.¹⁹² A conclusão da obra só foi realizada após 1996, com a transferência definitiva da secretaria para outro local e a reforma em todo o prédio, junto do arquivamento da documentação.

Apesar do atraso, o processo instalado desde a década de 70 acabou gerando um debate sobre a preservação do patrimônio, que viria se intensificar mais diante da possibilidade de organizar um centro de cultura, ideia que surgiu da ação da direção do Museu e do Arquivo em conjunto com uma série de visitas e relatório promovidos pelo SPHAN, ainda na década de 80.

3.6 Cantina Antunes: um projeto cultural

Tal como já indicado, após a década de 60, houve o constante modificação no cenário econômico internacional. Isso se fez sentir na modificação dos hábitos, costumes das sociedades, bem como da emergência de novas maneiras pelas quais as sociedades experimentam o tempo e o espaço. Na região, entre 60 e 80, surge a crise da vitivinicultura,

os valores destinados a outras atividades relativas à preservação sempre foram de vulto, pois em alguns casos se aproximavam ao valor que fora destinado ao Hospital Carbone.

¹⁹¹ Depoimento de Luiz Antonio Volcato Custódio – Diretor da 10ª Delegacia Regional – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Fundação Nacional Pró-Memória. Porto Alegre, 10 de março de 1989. In. MIRANTE, *op. cit.* p. 36.

¹⁹² Em relatório do IPHAN, é anotado que o Instituto fez uma série de recomendações sobre o uso diário do prédio para que não tivesse seu patrimônio destruído. Em 1992, foi realizada uma vistoria que sugeria que a edificação fosse utilizada como espaço cultural e não administrativo, e destacam que a mesma edificação estava sujeita ao descaso da administração e deteriorada pelo tempo de utilização além do inconcluso restauro iniciado em anos anteriores.

cuja decadência foi causada pelo baixo consumo do vinho no Brasil; qualidade inferior dos vinhos nacionais comparando-os com os internacionais; redução de investimentos; defasagem tecnológica; o aumento do consumo de refrigerantes e cervejas no país e particularidades nas administrações das grandes cantinas.¹⁹³

Essa nova etapa da modernidade ampliou-se a partir dos mercados, da fabricação de novos produtos, bem como sua distribuição e as modas; os estilos, o mercado de entretenimento foi utilizado como meio de potencializar as diferentes formas de aproveitar esse novo tempo.

Essa crise atingiu parte das empresas de Caxias, algumas a ponto de buscar fora do estado capital suficiente para solucionar parte do problema. No caso do setor da vitivinicultura, a Luiz Antunes S/A, tradicional empresa caxiense teve que colocar seu patrimônio à venda, em virtude da perda de espaço no mercado, bem como seus empréstimos a bancos.

Houve uma tentativa não concretizada de fusão entre as empresas Luiz Michelin Agricultura, Indústria e Comércio (Cantina Antunes) e E. Mosele (Cantina Mosele), sem sucesso, o que ocasionou o encerramento de ambas. No caso da Cantina Antunes, em dezembro de 1984, as dívidas com a União aumentaram de forma que os maquinários, bens móveis, pipas foram retirados do local e leiloados. O espaço da Cantina foi cedido pela União à Prefeitura em 1988, enquanto o prédio da E. Mosele foi demolido para reutilização do espaço pela União.



Figura 14 - Cantina Mosele, demolida na década de 1980.

¹⁹³ FRIZZO, Leoni Massochini. *Industrialização de Caxias do Sul: da gênese às exportações*. São Paulo: USP, 1997, p.127. Tese de doutorado em Geografia.



Figura15 - Cantina Antunes, aprox. 1935.

Aconteceu outra mobilização iniciada pela sociedade civil organizada que resultou na Lei nº 2.927 de 07 de novembro de 1984 que determinava que a localização onde ficava o conjunto arquitetônico da antiga Cantina Antunes ficaria como área de preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Caxias do Sul. Desse modo, o imóvel não foi arrematado em leilão, ficando para a Fazenda Nacional. Existia claramente a tentativa de salvar o patrimônio edificado e documental por parte de alguns órgãos públicos e entidades civis, embora as ideias dificilmente se concretizassem após a aprovação da lei. Enquanto o processo se realizava, muitos documentos, fotografias objetos foram furtados daquele complexo.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul (COMPAHC) encaminhou, em 1983, à Prefeitura Municipal uma proposta elaborada pelo próprio Conselho, Museu municipal, Arquivo Histórico Municipal e o Gabinete Municipal de Administração e Planejamento (GAMAPLAN) sobre a possibilidade de revitalização do espaço da Cantina:

[...] é um espaço produtivo pronto para ser reativado em toda sua capacidade de produção e geração de empregos [...] A proposta principal é a de que o conjunto seja recuperado e a cantina volte a funcionar novamente abrigando uma estação experimental. Os pavilhões restantes poderiam abrigar atividades voltadas para o lazer e a cultura regional: restaurante, teatro de arena, salas de aula e reuniões e o arquivo geral da uva e do vinho, que abrigaria convenientemente os acervos das companhias vinícolas da região.¹⁹⁴

A partir da entrega do projeto, houve a vistoria por parte do GAMAPLAN sobre o material que havia ainda nas dependências da vinícola, havendo a solicitação da

¹⁹⁴ MIRANTE: Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul: Maneco Editora, nº5, 2003, p.74.

Prefeitura à União para a respectiva doação do imóvel. O Núcleo do IAB, a SEAAQ, SAERGS encaminharam sugestão para que o órgão elaborasse um plano de recuperação e reciclagem da edificação. Por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal, UCS, UNISINOS, e com a supervisão de profissionais do ECIRS/UCS, IAB, SAERGS, SEAAQ, SPHAN/Pró-Memória e da Prefeitura Municipal foi realizado um levantamento físico cadastral da área, constando materiais, funcionamento original e adaptações, estado físico geral, aspectos tipológicos.

O processo iniciado em 1985 foi entregue em janeiro do ano seguinte ao executivo municipal, tendo como anseio cobrar medidas urgentes para a preservação do patrimônio, contudo, com resultados insuficientes.

Diante da incúria pública, parte do complexo foi danificada e perdeu-se nos anos seguintes, como consta na perícia técnica sobre a Cantina Antunes:

Tendo em vista a velocidade com que se processam as transgressões, sem que se tenha conseguido até o presente momento apurar as responsabilidades, decidi o grupo de professores convidados e de estudantes tomar duas decisões: Encaminhar à Promotoria de justiça providências para a abertura de inquérito civil com o objetivo de apurar as responsabilidades da União e/ou Município [...]; Elaborar a presente Figura 16 - Complexo antes da destruição, 1985. ¹⁹⁵ a Municipal de Caxias do Sul, I, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a comunidade caxiense, dos danos de que estão sendo passíveis as edificações componentes da Cantina Antunes. ¹⁹⁵



Figura16 – Complexo antes da destruição, 1985.

Anexo seguiu o “Laudo Técnico” que apontava as questões de urgência, e em setembro foi anexada ao processo a solicitação de manifestação do Prefeito Municipal sobre

¹⁹⁵ PROCESSO N° 4.370/86. Arquivo Geral Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

quais medidas seriam adotadas referente àquele Patrimônio. Em novembro, o Sr. Victório Trez, Prefeito Municipal encaminhou a resposta:

A Cantina Antunes é de propriedade da União. Existe um processo tramitando no Serviço de Patrimônio da União, em que a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul solicita a doação ou cedência por 99 anos, ainda pendente de decisão. Não cabe e nem compete ao Município investir em imóveis que não lhe pertencem. Aguardar decisão Federal.¹⁹⁶

No ano de 1988, mais da metade do complexo já havia ruído e antes que o restante pudesse ser demolido, a área foi definitivamente cedida à Prefeitura¹⁹⁷ definindo o prazo de três anos para concretizar as propostas enviadas à Prefeitura ainda no ano de 1983 pelo COMPAHC. Os projetos não foram encontrados, transparecendo a real intenção do poder público com a edificação e dos 18.900m² repassados, 16.000m² foram destinados à construção do Fórum da Comarca a cargo do Governo do Estado, mesmo permanecendo parte da edificação naquele local.



Figura 17 - A metade do complexo comprometida pelo descaso, 1988.

Assim, iniciaram-se as intervenções no restante do patrimônio edificado, ficando a área onde não havia mais edificações para a construção da sede do Fórum Jurídico Municipal. Uma das dúvidas foi sobre o destino do material das ruínas do complexo, já que “não competia” ao executivo municipal intrometer-se na questão. A resposta foi encontrada em documento interno informando que o destino havia sido incorporado ao estoque do banco de

¹⁹⁶ MIRANTE *op.cit.* p. 80.

¹⁹⁷ Portaria nº 299 de 19 de setembro de 1988. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

material.¹⁹⁸ Em 1991, quando a área foi liberada o GAMAPLAN foi informado que: “Centenas de famílias foram beneficiadas com o material de lá retirado”.¹⁹⁹



Figura18 - O que foi possível preservar tornou-se um Centro de Cultura, 2000.

Dos seis prédios que restaram e para reorganizar e dar andamento ao projeto, entre 1997 e 1999, foi retomado o investimento pelo poder executivo municipal a partir de seu orçamento juntamente com a Lei de Incentivo à Cultura que teve participação de empresas da cidade.²⁰⁰ Ainda assim, a execução das obras retorna em ritmo lento e apenas em 1997, o projeto do complexo foi retomado pela nova administração municipal.²⁰¹ Parte do terreno já havia sido ocupada por uma empresa particular que o desocupou mediante uma ação de reintegração de posse, já que as tratativas convencionais não tiveram o resultado esperado.

Após as devidas reformas, um prédio de propriedade particular foi transformado em uma casa noturna e os demais, de posse do poder público, foram transformados definitivamente no Centro de Cultura Municipal Henrique Ordovás Filho e inaugurado em 2001.²⁰² Diante do envolvimento mais que frequente entre o SPHAN-Pró-

¹⁹⁸ Cópia do Ofício n° 38/89 – GAMAPLAN – 02 de agosto de 1989. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

¹⁹⁹ Cópia do Ofício n°52/91 – 12 de junho de 1991. Enviado pela Secretaria de Habitação do Município de Caxias do Sul. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

²⁰⁰ Cerca de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de Reais) do Orçamento Participativo e R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) da LIC das empresas Marelli, Sultêxtil, Vidroforte e Lojas Arno. In: MIRANTE *op.cit.* p. 85.

²⁰¹ Em 1996, foi eleito para Prefeito Municipal Gilberto Spier Vargas pelo Partido dos Trabalhadores. Foram convidados para fazer parte da Secretaria da Cultura, os profissionais que na década de 70 e 80 trabalharam no Museu Municipal e no Arquivo Histórico Municipal; núcleo que naquele momento deu início ao debate sobre a preservação do Patrimônio em Caxias do Sul.

²⁰² <http://www.caxias.rs.gov.br/centrodecultura/centro.php> acesso em 23/11/2009. Inaugurado em 2001, o Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho é um amplo espaço totalmente destinado a promover a cultura em toda sua diversidade. Teatro dança, cinema e artes plásticas são apenas algumas das manifestações



Figura 19 - Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho, 2002.

Memória, nesse período IBPC, é possível notar a influência sobre a construção do outro conceito de revitalização que se abrigava além das questões que tangenciam sobre a identidade local, a luta dos imigrantes pela sobrevivência ou o rumo ao progresso. Diversamente, a ideia era de que o espaço deveria abrigar diversos aspectos culturais, tal como estava ainda no anteprojeto de Mário de Andrade e que fora retomado pelo SPHAN na década de 70 por meio de Aluisio Magalhães. Ainda que na década de 90 a política do IBPC tenha sido precária referente ao que havia sido construído, os agentes locais já tinham sua formação influenciada, por uma preservação ampla da cultura. A Secretária de Cultura à época da inauguração, Tadiane Tronca, traduz em seu discurso:

[...] a ideia de revitalizar parte da área e do espaço físico utilizado pela antiga Cantina Antunes, criando o Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho, surgiu especialmente pela carência de espaços culturais dinâmicos e polifuncionais, de caráter público, na cidade. Além disso, outros fatores, tais como: seu conteúdo histórico, sua localização geográfica e suas dimensões, fazem com que o Centro Municipal de Cultura seja hoje um dos principais pontos de referência para as atividades culturais em Caxias do Sul. Inúmeras atividades diárias, desde espetáculos artísticos, exposições, projeções de filmes, lançamento de livros, oficinas, solenidades oficiais, ensaios, reuniões caríadas, até um delicioso *happy*

artísticas que fazem parte do dia a dia deste grande complexo cultural. Por sua história, localização geográfica e dimensões, o antigo prédio da Cantina Antunes demonstrou ser um excelente ponto para o desenvolvimento de atividades culturais. Em pouco tempo tornou-se uma referência para o público, produtores e artistas da região. O Centro oferece a Sala de Cinema Ulysses Geremia, o Salão de Artes (espaço com palco para apresentações), a Sala de Exposições de artes plásticas, salas para oficinas, Memorial da Cantina Antunes, Zarabatana café-bar e o Tele-Centro com acesso gratuito à internet. Ainda nas dependências do Centro funciona o AMARP – Acervo Municipal de Artes Plásticas, a Unidade de Música, que atua nas ações da Orquestra Municipal e pelo Coral Municipal, a Unidade de Teatro, a Companhia Municipal de Dança, a Escola Preparatória de Dança e a Academia Caxiense de Letras.

hour no Café, ao som de boa música [...] prova ainda mais: dentre as políticas públicas, necessariamente a cultura deve ser inserida, para que realmente se construa um mundo onde todos vivam com dignidade.”²⁰³ (grifo nosso)

A compreensão de revitalização parece estar intrincada como uma alternativa dentro contexto urbano. Assim, é possível compreender na lógica da preservação local que a cidade tinha outra dimensão e que um *centro de cultura* poderia alavancar alternativas na vida de seus habitantes. Desperta nesse contexto a formação de uma *visão de mundo* progressista voltada para outros horizontes tão esquecidos pelo homem moderno. Entretanto, surgiria um movimento forte de contra-ataque.

3.7 Cine-Teatro Ópera: a incúria pública

Um século antes, as inovações do mundo moderno não tardavam a chegar na medida em que para escoar a produção local a vila de Caxias atualizava suas técnicas em uma velocidade assustadora. A transformação da “Pérola das Colônias” teve apoio do Estado e passou por sua elevação de categoria de vila à cidade em 1910.²⁰⁴ Sobre a urbe além da instalação de luz elétrica, do telégrafo, o calçamento das ruas, a inauguração do tronco ferroviário, que conectava Caxias do Sul com Porto Alegre, o que possibilitou maior agilidade nas relações mercantis. Nesse conjunto, é que o embelezamento será sempre uma característica da urbanização e regulação do espaço, com arquitetura eclética.

Os países desenvolvidos, a partir do urbanismo criaram concursos de projetos urbanísticos para elaborar ambientes que redescobrissem o caminho da rua. Por outro lado, novas soluções foram criadas com o mesmo fim capitalista da *belle époque* que tinha em seus cafés, confeitarias, lojas, tabacarias, comércio a representação social.

Nesse período, assim como em outras localidades, havia a necessidade de espaço de encontro, para o comércio e das relações de capital, local para a devoção religiosa e da distração.

²⁰³ TRONCA, Tadiane In: MIRANTE *op.cit.* p. 88.

²⁰⁴ DECRETO Nº 1607 de 1º de junho de 1910. Assinado no Palácio do Governo em Porto Alegre pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Carlos Barboza Gonçalves Protásio Alves. Registro impresso do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.



Figura 20- Construção do Teatro, aproximadamente 1927.

Foi ao redor da praça também recém inaugurada que se estabeleceu a igreja, o café, os bancos e o cinema, uma vez que a ideia de cidade como estilo de vida, em que seu centro relaciona-se com as edificações em seu entorno, passa a seguir como um novo padrão, segundo Constantino,²⁰⁵ “compreendendo a salubridade, arquitetura, moda e comportamento”.

Assim, propagaram-se as ideias de geometria para a composição do projeto da urbe, na retilineidade das vias, separando os tráfegos, já que o caminho dos homens naquele momento era o da linha reta. Suas ideias avançavam na crença nas altas densidades, no zoneamento das funções que eram o habitar, o trabalhar, o recrear e o circular. Na utopia do homem *hodierno* era necessário concentrar para descongestionar, na busca de uma sociedade melhor, limpa, organizada, esteticamente nova para responder às necessidades da sociedade moderna e industrializada.

Nesse contexto, na década de 1920 é construído o Teatro Apollo de propriedade da firma Frederico Bergmann e Cia. Os registros encontrados dão conta que a empresa já se preocupava com a construção do teatro, porém com respectivo auxílio do poder municipal. Assim, realizou uma solicitação junto ao Intendente para facilitar o empreendimento por meio de uma barganha entre o poder público e privado. Com se observa na solicitação:

Excelentíssimo Sr. Coronel Pena de Moraes. Intendente deste Município [...] A Firma Frederico Bergmann & Cia, constituída, legalmente nesta cidade, pede vênha, para dizer o seguinte: 1) Que tem por finalidade construir nesta cidade, na rua Dr. Montaury, esquina da rua Pinheiro Machado, um Coliseo, assobradado, parte do matéria de madeira [...]; 2) Que dito coliseo terá todos os cômodos, para um confortável Teatro, como exigem as condições actuaes do progresso de Caxias, podendo comportar 2.500 pessoas [...] representará um grande melhoramento para esta cidade; 3) que a empresa tem que empatar, para este empreendimento a soma de 100:000\$00 (cem contos de réis); 4) [...] a) que lhe fosse concedido a isenção de impostos municipaes pelo espaço mínimo de 5 anos; 5) [...] visto se tratar de um

²⁰⁵ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A Conquista do Tempo Noturno: Porto Alegre “moderna”. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v-20, n^o2, dez.1994.

melhoramento importante para o embelezamento da cidade e conforto da respectiva população, amante das diversões.²⁰⁶ (grifo nosso)

A partir de então, surge a possibilidade de se assistir a uma grande variedade de espetáculos, não apenas como ópera, teatro e outras variedades. O episódio concretizou-se, causando empolgação no público local.

Alguns anos mais tarde com o incêndio de 1927, houve a necessidade de sua reconstrução, impulsionada pelos novos proprietários do terreno, que erigiram um novo prédio de alvenaria para 1200 espectadores, inaugurado em 07 de abril de 1928. Entre as trocas de proprietário, Savério Postiglione, Rodolpho Braghirolli, Clube Juvenil, Laurentino Muratore o espaço serviu como referência cultural, recebendo a última intervenção em 1951, sob a direção de Júlio Ribeiro Mendes, passando a denominar-se Cine-Teatro Ópera. Embora já houvesse cinema local desde o início do século na cidade, a quantidade incontável de filmes feitos e distribuídos levou os espaços dos teatros a serem compartilhados entre si para alcançar também lucratividade com o empreendimento.

Nesse sentido, já implicitamente, observa-se a reutilização do espaço com o objetivo de unir as duas artes paralelas, advindas de dois mundos nem sempre coexistentes: o Teatro e o Cinema. A primeira, arte antiga, que combinava elementos da arte dramática e a comédia que continuou fazendo sucesso na localidade; o outro, a criação da imagem, em velocidade ainda em assimilação cultural do cinema, era constante. Paralelamente, as novas aspirações geravam a renovação da urbe, ou seja, um lugar de transformações e apropriações e objeto de intervenções sem cessar, enriquecida com novos atributos.²⁰⁷

Em 1952, o Cine-Teatro Ópera foi reinaugurado com traços mais atualizados para a perspectiva do período histórico. Após a reforma na sua fachada com elementos diferenciados de arte, ergueu-se em plena necessidade daqueles que viviam em busca de uma *cidade hodierna*. Embora não fosse o único cinema da cidade, seria ele o símbolo no qual aquele modelo de sociedade moderna viria ser fraturado.

²⁰⁶ Correspondência enviada à Intendência – Período do Intendente Pena de Moraes. 26 de dezembro de 1919. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Foram organizados contos, fotos comparativas e outros registros sobre todos os aspectos da vida na cidade de Caxias, fazendo uma alusão ao embelezamento e sua “evolução”.

²⁰⁷ CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. V.1. Petrópolis: Vozes, 2008, p.174.

Quando João Spadari Adami resolve escrever em sua obra sobre a história da cidade de Caxias do Sul, datada da década de 60, a construção simbólica sobre o Apollo/Ópera já aparece em registros como complemento da “evolução” urbana.²⁰⁸



Figura 21- Após sua construção, década de 1930.

A intensificação desse constructo acontece na medida em que a modernização da cidade acarreta a destruição de inúmeras edificações e acaba entrando em conflito com aquilo que brota de si, seu antagonismo. Tal como aconteceu em cidades industrializadas no século XIX na Inglaterra, diante da modernização surge a preservação das edificações.

Possivelmente, o Ópera, nome dado pela comunidade, não fosse o único ponto de destaque entre tantas edificações da década de 50 de estilo eclético. Mas foi a representação firmada sobre ele na década de 70 e 80 somados ao processo de amadurecimento do tópico relativo à preservação do patrimônio edificado que despertaram nas pessoas suas memórias, e, portanto, sua preocupação com a edificação.

As políticas implantadas em nível federal sobre a preservação obtiveram um alcance grande na medida em que passaram a considerar outros objetos materiais e imateriais de diferentes comunidades do país como passíveis de serem preservados. O objetivo era de incorporar as diferentes etnias que contribuíram no processo de desenvolvimento do país em diferentes campos. No entanto, o alcance dessas medidas era restrito uma vez que a própria Constituição de 1988 permite aos municípios criar leis e formas de proteger seu patrimônio, unindo a ação do poder público ao da comunidade.

²⁰⁸ ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul Tomo I 1964-1970, Caxias do Sul: Ed. Paulinas, 1971.

Apesar de a cidade de Caxias do Sul, no final da década de 1980, contar com importante legislação sobre a preservação do patrimônio histórico edificado, bem como um Conselho Municipal de Patrimônio Histórico que tratava dessas questões, e diversos convênios com o IPHAN, o processo de preservação nem sempre obteve sucesso em seus propósitos. Um caso emblemático a ser referido foi o caso do Teatro Apollo que mais tarde passou a se chamar Cine-Teatro Ópera.



Figura 22 - Transformado em cinema e abandonado pelo poder público, década de 1980.

Segundo Juventino Dal Bó²⁰⁹, foi um “marco da destruição de patrimônio na cidade”. A colaboração do IPHAN foi sempre prestada nos momentos mais tensos desse processo. Entretanto, com certa dificuldade observa-se nas publicações mais recentes qualquer referência à edificação ou da atitude do IPHAN e demais organizações que estiveram envolvidas sua preservação. Por vezes, parece que o fato de a cidade ter sustentado no ano de 2007 e 2008 o título de “capital Nacional da Cultura” impediu que surgisse um discurso crítico em relação ao patrimônio, pacificando esse debate.

O processo de deterioração do modelo racional de cidade a partir do processo de globalização da década de 80 é intensificado e as próprias culturas regionais, de certo modo, falam da memória como uma possibilidade de servir como porto seguro, isto é, a memória constrói a identidade. O ator Juca de Oliveira demonstra em correspondência para a Fundação do Teatro São Pedro que o fenômeno não acontece apenas de forma localizada. O

²⁰⁹ Entrevista realizada em novembro de 2007 para a realização da pesquisa de mestrado. Juventino Dal Bó é professor de História e esteve na direção do Arquivo e Museu entre as décadas de 1980-90.

tema da preservação realiza-se de diferentes maneiras e em várias localidades: “ *Dona Eva: Trata-se hoje em São Paulo uma grande polêmica entre os arquitetos paulistas, a administração pública e o grande mestre Oscar Niemeyer: Tombar ou demolir? [...]*” ²¹⁰

Para o ator, a importância do espaço transcorria sobre a estima de *sagrado*. Era como se determinadas edificações representassem a memória como fonte da condição do ser humano: “*Quando derrubam a casa onde eu nasci, apagam minha história, cortam minhas raízes e minhas referências. Mas quando derrubam os templos, matam a minha alma. E sem alma, sou qualquer coisa. Exceto Homem.*” ²¹¹

A propagação nesse momento *hipermoderno* reorganizava os novos modos de vida, bem como o entretenimento na busca por uma cidade nova em que os cinemas de calçada, os teatros tradicionais, as expressões culturais que serviram de referência para sociedades anteriores passaram a ser substituídos. De serva à tecnologia em última escala, na qual o elemento humano não seria mais necessário, a não ser para consumir, a cidade deveria seguir rumo às ilhas de convívio. Não era à toa que em Caxias do Sul, às vésperas da inauguração do *Shopping Center*, os articulistas dos periódicos locais afirmavam que “finalmente os caxienses só tem a ganhar”, uma vez que estrearia na cidade uma instalação de tal porte de maneira que a sucessão dos dias seria alterada.²¹² Por meio deste, criaram-se fortes elementos referenciais para a população urbana, atingindo um ponto muito maior que o imaginário social teria aspirado. Introduzindo a construção da fantasia, utiliza-se nova ambientação das praças e ruas, a partir de suas alegorias, para representar os espaços urbanos. Em coluna no Jornal Folha de Hoje, o colunista Luiz Carlos Correa fazia uma campanha permanente sobre as atribuições de um centro comercial na região central da cidade:

Sou absolutamente a favor da prorrogação para que a Grendene construa seu *shopping* na antiga Cooperativa Madeireira Caxiense. E de que a Câmara (de vereadores) não se curve, não se agache, não se abaixe, não se entregue. E assumo seu papel livre e democrático.²¹³

²¹⁰ Carta de Juca de Oliveira endereçada a Sra. Eva Sopher, Presidente da Fundação Teatro São Pedro. Maio de 1986. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²¹¹ *Idem.*

²¹² Jornal Folha de Hoje. Coluna Política, 14/03/1994. p. 6. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

²¹³ Jornal Folha de Hoje. Coluna de Luiz Carlos Correa. 14/03/1994. p. 6. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Parece que os novos modelos de distribuição da produção em velocidade do mundo capitalista passam a ter influências sobre a opinião dos formadores de opinião. O *Shopping Center*, onde se pode encontrar tudo em tempo recorde, o grande foco de *marketing* transforma a atração do lugar. A diversidade de produtos no mesmo estabelecimento cria determinado *frisson*, onde tudo é possível, podendo andar sem ser importunado já que dispõe de interior com ambientes agradáveis de convívio que se traduzem em beleza, na tranquilidade, na sensação de riqueza, na atmosfera que envolve o transeunte e ainda produz para as áreas ao seu redor uma valorização no mercado imobiliário.

Em virtude do porte da edificação, sua tecnologia implantada e os inúmeros acontecimentos que foram processados durante a modernização da cidade, surgiram diversos agentes favoráveis à preservação da edificação. Mesmo que a construção não estivesse vinculada à memória da imigração ela estava associada ao estímulo que despertaria a memória individual para então fazer-se presente na memória coletiva de um grupo. Havia já um modelo diferente de se relacionar com a cultura local que não precisava ter necessariamente relação com o processo imigratório.

A preservação da edificação tinha sido solicitada ainda no início da década de 80. Com a falta de legislação própria para sua preservação, bem como de outras espalhadas na cidade, foi utilizado o recurso possível que era decretar a edificação como utilidade pública.²¹⁴ Em 1985 já a edificação era vista por parte da população como alternativa para a instalação de um estabelecimento específico para apresentações culturais já que a própria casa municipal de cultura não conseguia atender a demanda.²¹⁵

Após cinco anos, a construção ainda permanecia sem uma solução de fato. Mas as modificações na cidade ampliavam-se de forma acelerada. As áreas de cultura, diminutas e os cinemas, eram fechados a cada dia permanecendo apenas aberto um pequeno Teatro e três salas de cinema: o Vêneto, o Imperial e o Ópera.

Com o desenrolar do processo de preservação em 1991, foi gerado entre seus defensores uma série de atividades referentes ao patrimônio histórico. A comissão de Educação, Cultura e Turismo e a Câmara de Vereadores, organizou a realização do 1º Seminário Regional sobre Patrimônio Histórico na cidade que deliberou a necessidade de

²¹⁴ Decreto nº 5681 declaração que torna a edificação do antigo cine-teatro Ópera em utilidade pública com fins de desapropriação. Assinado pelo Prefeito Victório Trez. (PMDB) Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

²¹⁵ Jornal O Pioneiro. Caderno Cultura. Edição de 24 de dezembro de 1985. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

inventariar os edifícios históricos da cidade, implantar a educação patrimonial, explicar as vantagens aos proprietários em caso de tombamento, além de propor alternativas para o funcionamento do Cine-Teatro na busca de salvaguardá-lo.²¹⁶

Diante da possibilidade em torno da demolição pelo proprietário da edificação do Cine-Teatro Ópera, o Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul Sr. Nelson Vasquez, solicitou um parecer do IBPC (IPHAN) sobre a possibilidade de utilizar a legislação local para preservar a edificação.²¹⁷ Tal solicitação levou o Coordenador Regional do órgão, Sr. Luís Antonio Volcatto Custódio, a visitar a cidade e produzir um relatório que, enviado ao Presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural na cidade do Rio de Janeiro,²¹⁸ questionava a possibilidade de a legislação municipal ter efeito jurídico para o tombamento. No mesmo dia, a resposta dava condições para que o Município efetivasse o tombamento: *“Existe o entendimento de que o Município pode legislar sobre o tombamento, respeitando as normas gerais federais. Objetivamente, é dever do poder público municipal promover através de tombamento a proteção do patrimônio cultural.”*²¹⁹

Uma luta em torno da edificação agravou-se. Os proprietários realizaram junto ao Poder Público Municipal um pedido de licença para a demolição. Em razão de restar dúvidas quanto à utilização da legislação de salvaguarda do COMPAHC, o promotor de Justiça do Ministério Público, Júlio César Costa da Silveira, executou uma ação cautelar em defesa do patrimônio histórico artístico cultural de Caxias do Sul.²²⁰ Na ação remetida contra a prefeitura e aos donos da edificação pedia a suspensão da apreciação da licença para a demolição, indicando claramente o que o antigo teatro significava para a comunidade: *“Extrapola o significado individual, projetando-se na dimensão social [...] consciência*

²¹⁶ Correspondência remetida pela Comissão de educação, cultura e Turismo da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul a Coordenação do IBPC-Porto Alegre RS. 28/08/1991. O Encontro foi realizado no dia 09/08/1991. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²¹⁷ Ofício nº 197/91/12º 28/08/1991. CR IBPC. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²¹⁸ Ofício nº 198/91/12º 28/08/1991. CR IBPC. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²¹⁹ Ofício PROJUR/RJ/nº 002/91. 28/08/1991. De procuradoria jurídica IBPC Rio de Janeiro para IBPC Porto Alegre. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²²⁰ Ação Cautelar em Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural a Artístico de Caxias do Sul. Do: Ministério Público (promotoria de Justiça) Para: Juiz de Direto - Vara Civil da Comarca de Caxias do Sul. Cópia. 30/08/1991. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

coletiva motivada pela defesa de suas raízes históricas [...] mas a repercussão de um significado cultural plasma no prédio do velho teatro.”²²¹

Nos meses seguintes, os contatos entre o COMPAHC e o IBPC mantiveram-se frequentes na tentativa de confirmar o poder sobre o tombamento pelo município, visto que existe uma discussão quanto ao caráter de interferência no direito de propriedade que poderia colocar em risco a preservação.²²² Todos os processos de preservação sempre giram em torno dessa questão da desapropriação pelo tombamento. Embora não houvesse interferência, por tratar-se de expedientes jurídicos distintos, essa informação não era explicitada, pelos órgãos competentes, ao público de forma apropriada gerando um dúbio debate sobre as questões da propriedade privada. Os próprios meios de comunicação, no caso os jornais locais, criavam certa confusão na elucidação desses conceitos, pois nas linhas de seus principais articulistas afirmavam que determinadas edificações “não tinham relação com sociedade de cultura e modernizada”, confirmando que essa nova era da comunicação possibilitava ao público entender que a cultura é fundamental ao funcionamento e a manutenção do sistema.²²³

Do processo de debate surgiu um projeto de lei municipal que permitiria criar um fundo para compra da edificação, bem como a lei sobre os índices construtivos. Em dezembro de 1992, foi aprovada a lei pelo legislativo que criava um fundo especial para captação de recursos para restauração do cinema. Em dezembro de 1992, o prefeito Mansueto Serafini Filho sancionou a lei “de solo criado” com fins de angariar recursos para utilizá-los na compra e restauro de edificações tombadas pelo município.²²⁴ O IPHAN, que há dois anos sugeria o tombamento do prédio, poderia intervir nas edificações apenas quando os processos fossem efetivados.

A lei instituía que parte do solo seria vendida na forma de índices construtivos e autorizava o poder executivo a adotar medidas administrativas necessárias para o

²²¹ *Idem.*

²²² **Ofício 203/91/12º CR 05/09/1991.** De: IBPC RS Para: IBPC Rio de Janeiro Sede – Setor de Assessoria Jurídica; **Ofício PROJUR/IBPC/RJ/Nº 003/1991 de 09/09/1991.** De: Procuradoria Jurídica IBPC – Rio de Janeiro Para: IBPC RS a/c Coordenador Sr. Custódio. A própria assessoria jurídica no Rio de Janeiro, por meio da responsável pelo setor, Sr.^a Maria Teresa da Silva informou acerca da impossibilidade de uma resposta mais concreta, em face da insuficiência de dados na consulta realizada. Solicitou o envio de todo o processo para uma análise mais segura. Ressaltava que as intervenções não podiam ferir os direitos constitucionais; **Ofício Nº 256/91 de 10/10/1991.** De: IBPC RS Para: Coordenadoria Jurídica IBPC – Rio de Janeiro. Arquivo da 12º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²²³ WILLIAMS, Raymond. Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p.13.

²²⁴ Decreto nº 3.963 e Lei Complementar nº 3.964 de 29 de dezembro de 1992. O prefeito na ocasião era Mansueto de Castro Serafini Filho e estava no fim de seu mandato. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

cumprimento da lei. Entretanto, a lei dava conta que os recursos só poderiam ser implantados se o poder público adquirisse o prédio do cinema.²²⁵ O prefeito em exercício declarava que não pretendia dispender recursos normais para a aquisição do prédio e, além disso, houve veto do Executivo Municipal a determinadas partes do projeto, que só voltaria a debate na câmara legislativa no ano seguinte como novo prefeito em exercício, bem como outros vereadores.

Quanto ao antigo teatro, a ação passou a envolver uma parcela significativa da sociedade urbana, enquanto outras partes preferiram o silêncio. Na realidade, foi um movimento urbano que envolveu mais de 44 entidades organizadas da sociedade civil, que abarcava estudantes, arquitetos, associações de bairros, sindicatos, editoras, museus, direções de escolas, câmara de indústria e comércio, comissões legislativas, clubes Lions, clubes sociais, sociedade de Artes.²²⁶ Segundo o promotor público havia um *despertar cultural* da sociedade civil organizada que tomava uma série de ações em torno da preservação: *“Toda a ação pressupõe que as circunstâncias exijam medidas imediatas, e essas já estão sendo tomadas pela comissão integrada por representantes das entidades caxiense.”*²²⁷

Preocupados em mobilizar mais ainda a sociedade e aproveitando o 25º aniversário de sua fundação, a Universidade de Caxias do Sul organizou no palco do antigo teatro a apresentação da ópera “o Barbeiro de Sevilha”. Vieram integrantes de grupos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, do Teatro Guaíra de Curitiba e do Teatro Cólón de Buenos Aires o que contabilizava mais de 100 pessoas entre músicos, cantores, solistas, o balé sob comando de Lenira Ruschel e coral da PUC Porto Alegre. Foi produzida uma espécie de cartazes²²⁸ que reproduzindo a trajetória do Cine-Teatro e que foi distribuída pela cidade em escolas, órgãos públicos, Universidade, etc. Além disso também foi entregue a cada pessoa que assistiu à peça como uma forma de criar uma consciência acerca da sua preservação. Segundo o professor Juventino, o teatro ficou completamente lotado.

²²⁵ LEI COMPLEMENTAR 3.964 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992. O prefeito em exercício em 1992 era Mansueto de Castro Serafini Filho. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

²²⁶ Relação das Entidades participantes da comissão para tombamento do Cine-Teatro Ópera. Documento Oficial da SEAAQ. Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

²²⁷ Jornal FOLHA de HOJE Caderno Cultura. p.1. Entrevista com promotor público Júlio Cesar Costa da Silveira em maio 1993 sobre o processo de preservação do Ópera. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

²²⁸ Este trabalho fazia parte da pesquisa “Imagens da cidade-resgate da produção cinematográfica de Caxias do Sul do início do século até 1980”, que tinha por objetivo levantar todas as imagens produzidas em Super 8, 16 e 35 mm, transcrevê-las para a linguagem de vídeo e elaborar um programa síntese traçando um perfil da cidade. Promovido pela Universidade de Caxias do Sul, o projeto foi executado pelos professores Juventino Dal Bó, Luíza Horn Iotti, do Departamento de História e Geografia e Maurício Moraes do Departamento de Comunicação, pertencentes ao Centro de Ciências Humanas e Artes.

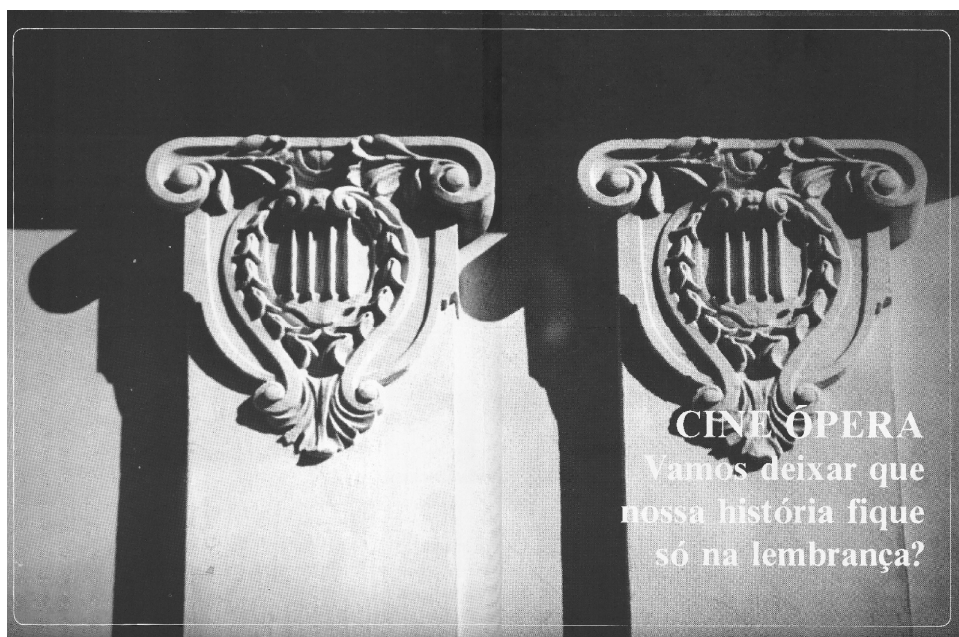


Figura 23 - Encarte entregue aos espectadores do teatro.

A mobilização foi intensa de maneira que ocorreram diversas manifestações e debates a favor da preservação tendo como ato máximo simbólico o “Abraço ao Ópera”. Esse ato paralisou o centro da cidade, chamando a atenção do restante da população. Ainda assim, da mesma forma que a Cantina Antunes, o poder público não se manifestou sobre o tombamento de imediato. Foi solicitado um laudo pela promotoria pública ao IPHAN-IBPC para saber em que estado se encontrava a edificação e se havia possibilidade de utilizar a instalação para outro fim.²²⁹

Diante da pressão criada em torno do tema, algumas personalidades regionais resolveram se pronunciar. No material produzido pela Universidade sobre as *Imagens da cidade*, o Reitor da UCS, professor Ruy Pauletti reiterava a ligação do edifício com a cultura e a própria Universidade:

O Cine Ópera é uma das expressões mais fortes da alma de Caxias. Ele não apenas marcou o seu passado cultural, mas especialmente, foi sede dos grandes acontecimentos que impulsionaram a cidade e a região, entre elas a instalação da Universidade de Caxias do Sul, em mil novecentos e sessenta e sete.²³⁰

²²⁹ Ofício N° 235/93/12°CR/IBPC. 24/06/1993. De: IBPC – RS Para: Geni Pettefi Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Ofício acerca da realização de laudo sobre a preservação do Antigo Cine-Teatro Ópera. Solicitava a contratação de vistoria para avaliação do potencial Cenotécnico do Cine-Teatro. Arquivo da 12° Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²³⁰ Depoimento de Ruy Pauletti no boletim IMAGENS DA CIDADE, contracapa. Universidade de Caxias do Sul, 1992.

O discurso que atribuía à edificação um caráter de invenção cultural, preservação da memória local foi do arquiteto que havia concretizado o projeto para os Pavilhões da Festa da Uva em 1975. Embora tivesse em seus projetos uma inspiração na arquitetura modernista²³¹, sempre se envolveu nas questões relativas à preservação desde o antigo Carbone, passando por inventários até a análise dos elementos da arquitetura da colonização local. Para o arquiteto Paulo Iroquez Bertussi:

A demolição do Cine Ópera não representa destruir o passado, mas fundamentalmente, de impedir a construção do futuro. A subtração de um monumento como este não implica somente apagar o que o antigo Theatro Apollo representou socialmente para os caxienses, com seus filmes, bailes, shows e peças teatrais, o apagar da memória arquitetônica um prédio, cujas linhas já pronunciavam seriamente o fim do ecletismo, mas representa a impossibilidade futura de usufruirmos de um espaço de alta qualidade em termos técnicos e artísticos e nos restará mais uma marca em nossas consciências da impotência de dirigirmos nosso futuro, segundo nossos desejos. Principalmente quando estes desejos representam os da coletividade. A saída, me parece está na criação de uma Fundação Cultural de direito público com participação de cotas da iniciativa privada administrada por um conselho eleito pelos associados da fundação.²³² (grifo nosso).

Sua referência engloba aspectos importantes do edifício. Remete ao anseio por modelo de cidade de futuro que disponha de espaços culturais, atravessando o estilo arquitetônico de períodos anteriores; a garantia da identidade local além de observar o grau de qualidade da edificação e ainda propõe alternativas para sua realização.

Quanto ao professor e escritor Pozenato, situava a questão da valorização em critérios de romantismo:

Você já imaginou Milão sem o Scala, o Rio sem o Teatro Municipal, Porto Alegre sem o Teatro São Pedro? Não dá para imaginar, eles fazem parte da personalidade dessas cidades. Também não dá para imaginar Caxias sem o Ópera, e pela mesma razão.²³³

Durante muitos anos, o Ópera foi palco de inúmeras peças de teatro que deram vida aos desejos modernos de parte dos cidadãos, já que nem toda a população podia usufruir

²³¹ Não se trata aqui de utilização de arquitetura modernista na forma pejorativa.

²³² Depoimento de Paulo Bertussi no boletim IMAGENS DA CIDADE, contracapa. Universidade de Caxias do Sul, 1992. Foi um arquiteto engajado desde a década de 80 na preservação local. Fez parte da comissão que interpelou ajuda na preservação do Hospital Carbone. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

²³³ José Clemente Pozenato no boletim IMAGENS DA CIDADE, contracapa. Universidade de Caxias do Sul, 1992.

de tal divertimento com inúmeros espetáculos que geralmente se apresentavam nas regiões mais ricas do estado como Porto Alegre e Pelotas durante o início do século XX, de forma que a chegada do tronco ferroviário a Caxias facilitou o recebimento de diversas atrações. Havia sido naquele local que em 1967 ocorreu a assinatura que criava a Universidade de Caxias do Sul. A historiadora Loraine Slomp Giron salienta:

O Ópera foi o espaço artístico da cidade que nascia. Constituiu-se em marco de um tempo no qual a arte tinha voz e vez. Do fundo de seu poço de orquestra ainda ressoam sons de espetáculos inesquecíveis. Melodias que têm sido enterradas em ouvidos de mercadores. Com a destruição do Ópera a cidade vai encerrar o principal capítulo da história de sua arte.²³⁴

Ainda em 1992, houve a repercussão da opinião do editor do jornal A Folha de Caxias. Embora opinasse a favor da destruição do Ópera como se fosse um ente vivo, seus colonistas tinham opinião completamente diferente de seu tom brando e romântico, diferente:

Se o Guarany (cinema) representou uma época, o Ópera é a única casa que incorpora toda a grandiloquência da nossa trajetória como sociedade amante da arte e da cultura. Não só de filmes resplandece a glória do Ópera [...] O Ópera e seus “mezzaninos”, onde só se entrava com a devida licença, compõe o caleidoscópio da história de Caxias. Quem teria a coragem de abrir mão de um bem deste quilate? Eu não. E acho que o lado consciente desta cidade também não.²³⁵

Foi realizado um laudo técnico²³⁶ do IPHAE e IBPC (IPHAN) que tinha como objetivo fornecer subsídios para a realização do tombamento da edificação. Em consonância com as recomendações internacionais da UNESCO e com a nova orientação para promover diferentes artigos de patrimônio cultural na preservação, o IPHAN argumentava que a edificação tinha real valor no aporte da memória nacional. Tratava-se de “edificação que representava a identidade e a memória de um grupo formador da sociedade brasileira”. O laudo extenso discorria sobre vários aspectos: técnicos, culturais, arquitetônicos associados aos valores evocativos, funcionais, históricos, de referencial urbano, de uso coletivo. A

²³⁴ Loraine Slomp Giron no boletim IMAGENS DA CIDADE, contracapa. Universidade de Caxias do Sul, 1992.

²³⁵ Depoimento de Paulo Cancian no boletim IMAGENS DA CIDADE, contracapa. Universidade de Caxias do Sul, 1992. Era naquele período editor do jornal FOLHA de HOJE. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

²³⁶ LAUDO TÉCNICO SOBRE O CINE-TEATRO ÓPERA EM CAXIAS DO SUL. MINISTÉRIO DA CULTURA – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural 12º Coordenação Regional e SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Arquitetas Ana Lúcia Goelzer Meira (IBPC), Maria Cristina Hofer (IBPC) e Miriam Sartori Rodrigues (IPHAE). Porto Alegre, 30 de junho de 1993. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

historicidade estava em diversos elementos artísticos, decorativos que representavam os diferentes “estilos” que caracterizava a arquitetura local da metade do século da cidade de Caxias do Sul. Os pilares da edificação eram da primeira fase da construção da década de 30 e estavam, segundo o laudo, em *excelente estado de conservação*.²³⁷ A conclusão era de que, além da preservação, deveriam ser tomadas medidas em caráter de urgência, pois a incúria dos poderes público e privado poderia trazer danos irreparáveis à memória local se houvesse a destruição de tal edificação.

Para as arquitetas a decadência desse estilo de teatro representava bem o momento conduzido pela indústria cultural e as diversas formas de entretenimento. No documento referido explicitam no diagnóstico que: “[...] a crise está em todas as casas de exibição do país. Com a concorrência da televisão, videocassete [...] reduziram a frequência e muitas casas de exibição como era o caso do Cine-Teatro Ópera, submeteram-se às exigências do mercado.”²³⁸

O laudo chama a atenção para a referência aos espaços da edificação. Mesmo parecendo paradoxal, inclui o espaço na “cultura material”, é possível ler o “texto” de uma cidade nas entrelinhas. Para uma cidade desenvolvida, a preservação seria uma forma de “melhorar a qualidade de vida”, visto que na medida em que a cultura possibilitava corrigir as distorções do mundo moderno, possibilitaria o resgate da cidadania. Assim, a história da cidade, que passa pelos estudos dos processos de suas edificações como resguardo da memória, retoma um pouco do discurso da modernidade como realização plena da libertação do homem.

O documento preparado pelas arquitetas aborda sobre certa visão de mundo, afirmando a importância que a identidade local, caracterizada pela edificação serve ao grupo de: “[...] referência para a vida cotidiana de todos, pois está perdendo os parâmetros de ordem moral, ética, política, econômica, enfim a qualidade de vida”.²³⁹

Certo de que a abordagem vai além das questões relativas à legislação patrimonial, o documento serve também como um libelo frente a um modelo de sociedade em fragmentação daquele momento e perda de sua memória em nível regional e global indicando os interesses de políticos e econômicos de grupos diversos ao silenciarem sobre a

²³⁷ LAUDO TÉCNICO SOBRE O CINE TEATRO ÓPERA. p. 9.

²³⁸ *Idem.* p. 12.

²³⁹ LAUDO TÉCNICO SOBRE O CINE-TEATRO ÓPERA. p. 10.

preservação: “*Certos grupos conseguem, até certa medida, impor seus gostos e padrões, decidem o que é melhor para os outros ou privam a maioria da população e as gerações futuras de ter acesso a bens culturais privilegiados.*”²⁴⁰

Os valores arquitetônicos e estilísticos que compunham a edificação eram de diferentes épocas da história da cidade. Levavam de certa forma em sua composição, diferentes técnicas que traduziam no espaço a pretensão construtiva de cada época, e que se associou ao estilo do teatro. No Rio Grande do Sul, conforme o arquiteto Günter Weimer²⁴¹, as ideias da década de 20, em Porto Alegre, coincidem com a formação das primeiras fortunas industriais, que fomentaram até 1928, uma arquitetura extremamente elaborada, destacando-se uma variada aplicação formal, o artesanato escultório, vitrais, interiores e mobiliário. Esse estilo é freado com a crise. No entanto, muitos estilos locais tentam “refazer” após a 2ª guerra, a década de 20. Um dos construtores de destaque na cidade de Caxias do Sul que influenciou a arquitetura local foi Silvio Toigo²⁴², que é enfatizado por Weimer como um proeminente agente dos projetos locais, incluído o Cine teatro Ópera.

Havia outro critério destacado no laudo técnico do IPHAN que atendia à funcionalidade, citando os diversos teatros que, reformados, reativaram a cena cultural de suas localidades. Além disso, o referencial urbano dava conta do potencial evocativo e afetivo que despertam as memórias coletivas locais, servindo de *locus* para recuperação da atividade cultural local que apresentava poucas opções de espaços para apresentações de diversos matizes. Servia de marco urbano ou referência da comunidade tal como na tradição datada da antiguidade, onde a cidade configurava-se como um sistema de informação e comunicação

²⁴⁰ *Idem.* p. 10.

²⁴¹ WEIMER, Günter. Tese de doutorado: Arquitetura Erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul. São Paulo: FAU/USP, 1989, p. 78.

²⁴² Silvio Toigo – Natural de Beluno – Itália. Nascido em 09/05/1889. Realizou curso de construtor na Alemanha, além de ter intensa atividade política desde cedo, participando de movimentos sindicais até 1920 quando saiu da Itália e veio para o Brasil. Ao chegar a Caxias do Sul, no dia 1º de maio de 1922, logo adquirindo a licença de construtor - posto máximo que um estrangeiro poderia assumir na área da construção civil daquela época. Toigo era um dos “imigrantes tutelados”. Silvio Toigo esteve inserido em um contexto em que existia uma facilidade para o seu ramo de trabalho, incluindo uma boa relação com as autoridades locais. Dava-se, sobretudo porque na época (década 20 em diante) era realizada a urbanização do centro da cidade, a construção de prédios (modernização) e também porque, por outro lado, havia a atividade no *fascio*, a qual liderava, ganhando inclusive atenção da Igreja. Segundo o próprio Silvio em depoimento à polícia em maio de 1944, sobre sua participação no Partido Fascista e suas atividades como arquiteto: “Logo após a minha chegada pus-me à procura de trabalho na minha profissão. Travando conhecimento com as autoridades municipais [...] foi-me confiada a construção de Coluna da Liberdade, comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, a qual está localizada na Praça Ruy Barbosa, nesta cidade.” Inventário de Sílvio Toigo. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

com funções culturais e educativas. Segundo o prof. Monteiro, essa referência estava sendo perdida em Caxias do Sul:

[...] a preservação de prédios e ambientes urbanos do patrimônio cultural de uma comunidade é essencial para a consolidação da identidade cultural de uma sociedade [...] em nome de uma mentalidade progressista e modernizadora, Caxias do Sul, vem apagando perigosamente suas pegadas do seu percurso histórico [...] o que pode levar a sociedade caxiense à perda de referências próprias para a manutenção de sua identidade.²⁴³

A repercussão nos meios de comunicação local chamava atenção para a responsabilidade com a edificação, pois qualquer espécie de lacuna na composição do documento significava a destruição de parte da história local, podendo ser diferente com a possibilidade de sua preservação. Foram destacadas as inúmeras atividades realizadas naquela edificação desde a década de 20, expondo seu valor de uso coletivo sobrepuja as questões relativas à identidade regional e que as formas de enlace comunitário estavam sendo “suplantadas pelo individualismo exógeno que corrompe e degrada sem se preocupar com aquilo de mais valioso que se pode receber do passado.” Sua conclusão final é praticamente um esforço na tentativa de assegurar a ideia de progresso cultural na cidade na medida em que constituiu um teatro para seu emprego cultural. A coesão de argumentos indicava a preservação como uma luta contra o esquecimento, contra a especulação imobiliária e os interesses de alguns arquitetos em lucrar com o ramo da construção civil e, não silenciou quanto à responsabilidade do poder municipal no tombamento. Fazia críticas duras às réplicas que substituíram edificações destruídas nos últimos tempos e que “deprimem a imagem da cidade”, além de destacar os setores que apoiavam o tombamento, bem como a legislação para fazê-lo e o potencial sociocultural que criaria estímulos à economia e ao turismo local.

Anexo seguia o parecer técnico do engenheiro Eugen Stumpf, que mais tarde foi enviado à Promotoria Pública, em que considerava a “reestabilização” da edificação “perfeitamente viável sob o ponto de vista técnico”, embora se esquivasse de postura mais apaixonada referente à edificação complementando que: “Naturalmente, não me cabe opinar, nem tomar posição, sobre aspectos de caráter jurídico, econômico, filosófico, psicoemocional ou similar”.²⁴⁴

²⁴³ MONTEIRO, Charles. Informativo do Grêmio estudantil Leonardo da Vinci – junho 1993. In LAUDO TÉCNICO SOBRE O CINE TEATRO ÓPERA EM CAXIAS DO SUL. MINISTÉRIO DA CULTURA. p. 23.

²⁴⁴ PARECER TECNICO DE 01 DE JULHO DE 1993. ANEXO do Engenheiro Civil Eugen Stumpf. CREA 53942 RS. Foram encontradas anexadas as fotografias que foram utilizadas para compor o parecer técnico.

Entretanto, o que aparentemente poucos esperavam foi a solicitação de um novo laudo técnico. Em 16 de julho de 1993, foi apresentado um parecer²⁴⁵ divergente ao do IPHAN que questionava o caráter “histórico” e “artístico” da edificação. Publicado pelos jornais locais com ampla cobertura dava conta de posição contrária à preservação e continha um discurso díspar de um laudo de tal abrangência. Fora realizado em uma visita no dia 04 de julho, e o documento foi enviado ao promotor, contestando o valor creditado à edificação. Nesse apontamento, foi apresentada uma comparação de diversas ordens. O primeiro tratava de questionar o currículo das arquitetas do IPHAN e do IBPC que anteriormente tinham afirmado em seu parecer técnico que o Ópera estava passível de tombamento. Entre as 100 páginas do documento, é possível indicar a comparação entre edificações que dão conta da noção de valor do arquiteto. Segundo, ele em uma comparação antiquada, o Scala, construído pelos milaneses em 1776 em relação ao Ópera: “ [...] o primeiro foi resultante de um movimento cultural, econômico, artístico, erudito, enquanto o segundo foi comercial, econômico, vulgar e simplório.”

Ainda no mesmo documento utiliza de maneira anacrônica o contexto histórico de 1923, para inferir que o prédio daquele período havia sido feito de madeira e, portanto, era ultrapassado. Utilizava-se em sua análise o fato do poder público, da década de 20, não se interessar pela construção do Teatro. Complementa que após sua reforma tratava-se: “[...] identificava-se um desmerecimento em relação à obra. No original, havia uma unidade despreziosa. Era uma construção escurra. A reforma, com acréscimo da marquise na conexão da esquina, tornou-a uma emenda pior que o soneto.”

Sobre os equipamentos de projeção da década de 40, observa estarem caducos, além de afirmar sobre as arquitetas:

[...] Elas não se afoitaram em uma previsão simplíssima sobre os destinos do Cine Ópera tombado por lei, imporia aos proprietários manter a função para conservá-lo.

Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²⁴⁵PARECER TÉCNICO DE Luiz Carlos Cunha. Era doutor em arquitetura pela UFRGS e professor livre-docente e coordenador do curso de extensão e Planejamento da PUC. Havia participado de projeto como a recuperação do viaduto Otávio Rocha, Parque Cívico da cidade de Porto Alegre, recuperação do Mercado Histórico de Porto Alegre estudo para o aproveitamento do Edifício Solar dos Noronha – tese para preservar uma obra de valor histórico e também naquele período estava envolvido no projeto Porto Alegre 2000. O parecer técnico teve alguns trechos publicados no Jornal Folha de Hoje Folheto Cultura e Lazer, de 16 de julho de 1993. Caderno Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Isto que a vida presente e os próprios empresários do velho galpão desistiram há muito tempo. Isto que a própria municipalidade vem se negando a fazer nestes anos. Isto que o reitor da UCS também se exime assumir, e o promotor Júlio César Costa da Silveira, num rompante improvisado, pensa descarregar pelo tombamento histórico e artístico, a Viúva e suas três filhas.”

E o parecer do arquiteto segue em uma continuidade de acometimentos que não iam de encontro às questões relativas à preservação do Patrimônio. Sequer levavam em conta as novas indicações, da própria constituição brasileira, bem como a nova política do IPHAN que naquele momento busca organizar e mapear todo o patrimônio relativo à diversidade cultural,²⁴⁶ formadora da identidade nacional, bem como as regionais. Para Cunha, o patrimônio acabaria se tornando um “inferno” ou num “castigo”, que definiu na expressão valor empregado “um assalto à propriedade” e a tentativa de isentar o poder público de qualquer comprometimento. Para ele: “*Coagir a autoridade municipal a investir seus escassos recursos num simulacro de patrimônio é crime. Quem responderá às gerações futuras por esse engodo, este tombamento da Ópera bufa?*”

Consta ainda anexado no parecer uma série de depoimentos locais que questionavam o valor histórico do referido prédios.²⁴⁷

Ficava, assim, aberta a questão do patrimônio. Longe da imagem idealizada de que Caxias ama e preserva suas origens, os processos de salvaguarda sempre foram medidos de maneira que os proprietários não fossem lesados financeiramente. Estava validada, desde 1992, a lei de índices que poderia colher recursos para a reforma, bem como a primeira lei de 1987 que promovia a indenização aos donos de propriedades que fossem consideradas bens culturais da cidade. Portanto, não é um aspecto predominante o fato de que existe uma real preocupação com a herança recebida pelas gerações anteriores sem preocupação financeira.

O debate por vezes também entrou no campo das questões técnicas para saber se realmente a edificação poderia ser “salva”. Houve pelo próprio promotor público a solicitação ao IPHAN e IPHAE de um parecer técnico, em que se constatou que havia as condições necessárias para tal reforma. Em informativo a SEAAQ corroborava que também havia feito um levantamento entre seus associados sobre a necessidade da preservação da edificação, o que respaldava a postura da direção do órgão, pois a maioria era favorável à preservação. O documento era incisivo: “*E agora, o Ópera? Bem, a novela continua. Basta*

²⁴⁶ PARECER TÉCNICO DE Luiz Carlos Cunha. *Idem*.

²⁴⁷ Anexados ao laudo estavam o depoimento do Arquiteto Paulo Fontana, do historiador Mário Gardelin, que questionava o valor histórico da edificação e do ex-presidente da Aliança Francesa, Ely Andrezza, que assegurava que em nenhum momento ter apresentado qualquer espetáculo no Cine Ópera. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

*saber se a decisão será política ou técnica. E você? Quer respeito político ou técnico pela nossa profissão?”*²⁴⁸

Quanto à verba para utilização ao edifício disponibilizado pela lei de solo o prefeito já adiantava que: *“Ópera com dinheiro público, só obrigado. Por vontade minha, nenhum centavo”*.²⁴⁹

A Fundação do Teatro São Pedro somou à campanha de preservação do Teatro, justificando que a acústica era muito boa, podendo ser considerada uma das melhores do Estado do Rio Grande do Sul. A Sra. Eva Sopher afirma categoricamente em seu discurso que diante das diferentes visões de mundo que sobre a cultura da cidade, a que traz o progresso seria aquela ligada:

Não é mais uma indústria nem mais um quilômetro de estrada que leva o nome de cada município para fora, mas sim nossos espaços culturais. Os artistas são nossos embaixadores, os depoimentos deles engrandecem nossa cidade. O desaparecimento do Cine-Teatro Ópera empobreceria sem dúvida o tão desejado e comentado progresso de Caxias do Sul.²⁵⁰

A discordância do valor solicitado pela proprietária do imóvel e o poder executivo municipal que não tinha interesse em adquirir o prédio levou a proprietária, no dia 1º de abril de 1993, a determinar o desmonte de toda a parte interior do Teatro, o que descaracterizou a edificação e implicou problemas para manter sua estrutura.



Figura 24 – A
Garagem Ópera,
2007.

²⁴⁸ SEAAQ. Ano III n°15 outubro de 1993. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

²⁴⁹ Prefeito Municipal Mário David Vanin. In: Jornal Folha de Hoje. Julho de 1993.

²⁵⁰ Documento em Apoio a Preservação do Teatro Ópera. Eva Sopher – Presidente da Fundação Teatro São Pedro. Este documento foi comentado por entrevistas e durante algumas conversas sobre o tema da pesquisas. Porém, não foi encontrado no Arquivo Municipal e Museu, bem como o processo da edificação. Essa documentação foi encontrada na conclusão da pesquisa no Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

O laudo da Universidade de Caxias do Sul, solicitado pela Prefeitura Municipal apontava a proprietária como responsável pela perda da estrutura e afirmava que a situação era irreversível.

Tardiamente, o projeto do solo criado foi desengavetado dias após, em decreto válido pelo munícipe.²⁵¹ A polêmica em torno da demolição do prédio do teatro levou os conselheiros do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural a entregar seus cargos como forma de protesto, mediante o descaso do poder público municipal diante do processo de preservação. Em 23 de dezembro de 1994, o Cine-Teatro Ópera foi incendiando dando um fim ao caso. Contudo, até hoje a investigação não teve sucesso e os criminosos não foram encontrados.

²⁵¹ Decreto nº 7.700 de 19 de abril de 1993. O prefeito era Mário David Vanin (Partido da Frente Liberal - PFL).

CONCLUSÃO

No Brasil, a partir da década de 1970, os objetivos relativos à preservação patrimonial foram ampliados implicando a atribuição de valor à diversidade e o aumento dos bens materiais e imateriais. Com o auxílio de nova legislação nacional e internacional, com a criação de conselhos e a reorientação do IPHAN, diversos grupos de intelectuais passaram a inventariar e promover a preservação das edificações. Era necessário agilidade, uma vez que diante da veloz expansão urbana e a verticalização da cidade, constatou-se a apropriação do solo por segmentos privatistas preocupados com a especulação imobiliária em detrimento dos lugares simbólicos da memória coletiva o que gerava um esvaziamento das espacialidades, dos pertencimentos e uma ressignificação das paisagens. O caso do patrimônio da cidade de Caxias do Sul está circunscrito nesse movimento. Por meio da Universidade de Caxias do Sul, Museu Municipal, Arquivo Municipal e da Secretaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-RS surge um grupo de intelectuais preocupados com a descaracterização da fisionomia da cidade.

Até pouco tempo atrás o Patrimônio Histórico, desde a esfera local até a mundial, não era visto como um objeto a ser explorado pelo cidadão salvo os monumentos que constituíssem o patrimônio nacional de cada país. Muitas vezes, as edificações representavam apenas a evocação de uma memória coletiva dentro de uma esfera de valor simbólico que estavam relacionadas às mentalidades, ideologias e a consciência do mundo social. A expansão do sistema capitalista, da modernização técnica e a consequente industrialização, deram ao urbanismo o controle, a disciplina da sociedade e ao patrimônio edificado o destino de destruição, já que apenas desvalorizava a propriedade imobiliária e inibia o processo de ocupação do solo e da verticalização das construções.

Diante desse panorama, a cidade cresceu de forma assustadora e seu processo de *destruição construtiva* transformou as formas de resistência frente ao futuro incerto das últimas décadas. O patrimônio já evocado como uma forma de resistência ou permanência da identidade do homem, fonte de um projeto de sociedade mais acolhedora, ganhou importância em diversas cidades do mundo, em que grupos ampliaram-se com o objetivo de protegê-lo. No último século, os organismos de espectro mundial influenciaram diversos movimentos urbanos discutindo conceitos, políticas e objetos culturais a serem preservados.

As metrópoles ou as cidades de influente poder econômico vêm passando por mudanças importantes, as quais associadas ao processo de globalização e alteração da divisão social do trabalho colocam a memória dessas cidades em risco, o que acaba por abrir o debate referente ao conjunto de políticas a ser empregado. De um lado, o processo de globalização promove a formação e reorientação de fluxos econômicos no sistema capitalista mundial e a rearticulação das escalas do território; o que aumenta a importância dos fluxos econômicos transnacionais e a formação de blocos comerciais. De outro, a vida nas cidades não absorve as alterações da dinâmica do trabalho e da divisão territorial e exportam do terreno urbano tradicional às indústrias e ampliam a região urbana o que, por consequência, diminui o solo ambiental e destrói muitos elementos.

No caso brasileiro durante a maior parte do século XX, determinados conjuntos arquitetônicos de origem luso-brasileiros serviram para a construção da identidade nacional. No entanto, a ampliação de conceitos no campo da preservação, implicou a diferença e a ampliação de outros bens que se tornaram patrimônio.

O percurso histórico dos grupos preservacionistas de Caxias do Sul processou-se pelo desejo de conservar os elementos culturais sem uma preocupação direta com legislação específica. Sua prática foi resultado das ações que se baseavam em subsídios vindos de outras regiões do país e do contato com o SPHAN/IPHAN. Após a implantação de instrumentos legais para preservação do patrimônio edificado, a postura preservacionista ganhou força, embora fosse necessário criar uma consciência coletiva na comunidade, pois a lei não era suficiente para garantir a permanência da herança edificada. Se os homens,²⁵² munidos de valores contemporâneos, agem sobre determinadas circunstâncias, a aplicabilidade da lei teria que receber o aval da comunidade.

Por conseguinte, a preservação de Caxias do Sul nunca foi um debate pacífico e contínuo, visto que representou determinada clivagem de valores em diferentes momentos de sua história. Pode-se dividir a trajetória da preservação em três partes. A primeira etapa associa o poder público local como agente da afirmação do mito do colono desbravador, herói que obteve sucesso econômico. O Centenário da Imigração Italiana (1975) foi um marco desse constructo, já que, de um lado, surgiram inúmeras pesquisas sobre o tema; por outro existem inúmeras operações que, sem responsabilidade científica, servem apenas para considerar o caráter econômico local sobre o mito. A preservação da Casa de Pedra foi

²⁵² A palavra “homem” está sendo utilizada como “ser humano”.

realizada sem a existência de legislação de tombamento, o que, portanto, faz crer que a vontade política foi suficiente para a efetivação.

A preservação aconteceu de maneira apressada e inconstante, uma vez que o Museu Municipal não tinha objetos suficientes para seu acervo, solicitando a participação da comunidade. A publicação do álbum do centenário apresenta mensagens ligadas ao poder e não oferece estudos mais profundos sobre a imigração. Ademais, uma parte dos documentos históricos que estava no antigo centro administrativo foi destruído e furtado, processo só interrompido após a interferência de profissionais que trabalhavam no Museu e que através de encontros junto ao Prefeito Mário Bernardino Ramos conseguiram a suspensão da destruição do acervo e a recuperação da documentação retirada indevidamente dos arquivos.

Além da conservação da Casa de Pedra e a inauguração do Museu Municipal, houve a construção de um simulacro das antigas edificações coloniais no novo Parque de Exposições da Festa da Uva, necessárias para contemplar o olhar do visitante. Complementava esse cenário o Monumento ao Imigrante que embora tenha sido inaugurado na década de 1950 permanecia na rota turística exaltando o trabalho do colono, e que, posteriormente, entrou em debate sobre seu tombamento e reforma por contatos diretos entre o poder político local e a secretaria da República, que rapidamente atendeu às exigências do antigo PDS.

A segunda etapa constrói-se nos anos seguintes após o centenário e durante a década de 1980. As pesquisas iniciadas anteriormente ganham peso e estabelecem outro modelo de preservação, que inclui elementos culturais. Sob outra perspectiva, uma série de agentes da Universidade de Caxias do Sul, junto ao grupo do Museu Municipal e do IPHAN, criou e organizou inventários, conselhos, fóruns e debates regionais permanentes que gerou em uma parcela da comunidade uma consciência preservacionista. Nesse contexto, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Caxias do Sul surgiu como fruto da luta pela preservação do “antigo prédio Carbone” juntamente com a Lei proposta pela Câmara de Vereadores, ampliou-se seu efeito a outras edificações, como a Cantina Antunes. Outro fato que corrobora a tendência de apropriação do espaço urbano construído foi a identificação, o cadastramento e a criação de um inventário dos bens edificados da cidade, levando em conta sua capacidade de acionar a memória coletiva local. Embora algumas edificações tenham sido apagadas, outras mantiveram-se e tornaram-se mais tarde referência de vida cultural da região. A participação do IPHAN nesse processo foi relevante, uma vez que deram atenção solicitada na composição dos pareceres técnicos, jurídicos e por meio dos convênios,

financiaram parte das produções do Museu que serviam para ampliar a consciência coletiva local. Todo esse trabalho realizado formou uma rede que incluía a SEAAQ, a IAB, o ECIRS, a UCS e outras organizações que buscaram ampliar os estudos e a conservação dos vestígios locais.

Foi na terceira etapa, compreendida do final dos anos 1980 e início dos 90, que esses grupos sofreram uma grande decepção. No *turbilhão de mudanças*, houve a rápida transformação das cidades que influenciou parte da população com as experiências da indústria de massa a televisão, o cinema, a moda, tecnologias diversas e os grandes centros comerciais que realizam a utopia do preenchimento, do viver o que é possível, influenciando sua resistência quanto às edificações como representações de grupos aos quais pertenciam.

A constante luta pela preservação do Cine-Teatro Ópera é caracterizada como o fim de um ciclo preservacionista só retomado com a mudança de políticas culturais em 1997. Os anos 1990 se dividiram: na primeira metade, como chamado por alguns de “*a década perdida*”, teve no Cine-Teatro Ópera o símbolo de um período em que o poder público pouco realizou a respeito da preservação do patrimônio edificado na cidade. Já no final da década, houve uma recuperação de ações que através de legislação e do amadurecimento preservacionista recuperaram diversas edificações como marco ou referência diante da especulação imobiliária e da velocidade com que a cidade contemporânea é organizada.

No campo do patrimônio, apresenta-se a luta do esquecimento contra o poder da apropriação capitalista do espaço. Os investimentos daquela década priorizavam o retorno econômico e os símbolos permitidos, fossem cópias ou originais, só poderiam persistir se estivessem ligados à imagem institucionalizada do imigrante empreendedor que obteve sucesso, como é o caso da fábrica da família Eberle. Nos simulacros criados ainda em 1974, no famoso Pavilhão da Festa da Uva, os usos e cenas continuaram a serem interpretados a partir dos shows pirotécnicos de luzes e sons, produzidos para que os passantes apreciem e consumam, enquanto os “elefantes brancos” da região central da cidade, que, por vezes, representam a falência econômica dos herdeiros locais, foram sendo destruídos, vendidos ou deixados à própria sorte.

Por fim, relacionando esses acontecimentos à esfera nacional e o panorama internacional, pode-se concluir que a preservação do patrimônio histórico edificado no Brasil, na maior parte do tempo, esteve ligada à salvaguarda de componentes de valor artístico ou histórico. O anteprojeto de Mário de Andrade dava conta da apreciação de todo o universo

cultural como parte da formação da nação brasileira. Entretanto, com a normatização da atividade preservacionista, a partir do decreto presidencial nº 25 em 30 de novembro de 1937, a ação de tombamentos vinculou-se à construção da identidade nacional sobre os elementos da arquitetura luso-brasileira. As intervenções no Rio Grande do Sul tinham esse caráter, o que explica a desatenção com os elementos da arquitetura das imigrações europeias do século XIX. A partir do final do século XX, paulatinamente os elementos das culturas regionais passaram a fazer parte da esfera de preservação. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reorientou sua ação em busca de vestígio de diferentes etnias, culturas que formaram a identidade do país.

Portanto, na tentativa de responder às questões que nortearam este trabalho foi possível, após a análise da documentação existente, notar que o IPHAN teve relação com o tema na região. Primeiramente, sua participação esteve diretamente associada à preservação das casas de Antonio Prado, por tratar-se de elementos característicos do período de imigração italiana na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Quanto à cidade de Caxias do Sul, o processo desenvolveu-se de maneira diferente. A cidade não dispunha de nenhum conjunto arquitetônico daquele período, comprovando que, por um lado, a industrialização e a organização da economia local foram relevantes para a transformação cotidiana e intensa da urbe; visto que as edificações deveriam oferecer uma imagem moderna de cidade, fosse aos seus ou àqueles que transitavam por ela. De outro lado, em virtude de sua intensa modificação, a cidade não contava com elementos originais de seu núcleo primitivo a ser preservado pelo IPHAN, embora ainda restassem inúmeras edificações de importância cultural e que poderiam ser objeto de preservação de órgãos regionais, como o IPHAE ou locais como o COMPHAC.

Contudo, se não pelo ato preservacionista, o IPHAN teve estrito contato, a partir de seus profissionais, com os gestores do Museu e do Arquivo Municipal de Caxias do Sul durante as décadas de 1970, 80 e 90. A partir desse contato, foi possível realizar diversas consultas de suporte intelectual, jurídicas com fins de efetivação de práticas preservacionistas, além de inúmeros convênios firmados que dedicaram parte de recursos financeiros do Fundo Pró-Memória-IPHAN na confecção de material e no patrocínio de Congressos e Encontros sobre o tema. O apoio do IPHAN foi fundamental na construção de um discurso preservacionista local, bem como no auxílio da inventariação de diversas edificações regionais como é o caso dos exemplos mencionados neste trabalho. No que se refere à própria legislação de preservação inaugurada com a criação do COMPHAC, o Instituto teve

papel na sua caracterização, afinal a própria política do órgão, na década de 1980, era de abarcar elementos culturais de outras localidades na formação da identidade brasileira. Assim, a base de leis, para a proteção das edificações de cunho cultural, estava pronta em Caxias do Sul. No entanto, um dos constantes pontos apresentados na preservação das edificações escolhidas neste trabalho demonstra os valores da sociedade, presentes em cada momento de sua trajetória, definem o que se é passível de ser preservado como patrimônio cultural. Os valores desse período estão consagrados sob o regime da propriedade privada, do presentismo e do consumo em larga escala, sendo o tombamento uma ameaça à perda desse direito. Durante os debates sobre a preservação, constantemente observou-se diversas dicotomias: entre interesses públicos e privados; aplicação de verbas entre cultura ou habitação popular; a visão de mundo a partir da preservação de memória *versus* a construção de um mundo vertical, fetichista, com formas mercadológicas; e o duelo entre o patrimônio cultural coletivo e a propriedade privada individual.

Nesse sentido, foi por meio desse debate que o poder público eximiu-se, na década de 1980 e parte de 1990 ora pela carência de uma política cultural, ora servindo a propósitos privados. Ainda que houvesse inúmeras propostas de reutilização de edificações como *locus* cultural, a questão da manutenção pelo poder público em caso de tombamento era vista até certo ponto como desperdício do dinheiro público. Torna-se ambígua a postura das administrações públicas que ora deixam o patrimônio sob a incúria pública, ora propondo ações para sua preservação, mesmo que de forma incipiente. Isto pode ser observado pelo fato de que em 1994 só havia uma edificação tombada em Caxias do Sul, embora houvesse legislação municipal e respaldo do IPHAN desde 1982. Foram propostas diferentes possibilidades de utilização das edificações pelas entidades que se envolveram no campo do patrimônio na cidade. Algumas, de destaque foram o ECIRS e os profissionais do curso de História, ambos da Universidade de Caxias do Sul, e ainda o Arquivo e Museu Municipal que pensavam a preservação como uma maneira para futuros estudos sobre momentos distintos da história de Caxias do Sul. Conquanto o argumento inicial fosse relativo ao Centenário da Imigração Italiana, no fortalecimento do mito, ele se transformou na medida em que informações sobre a formação de outros conselho em outros estados se associou aos contatos com o IPHAN e à criação de leis pela Câmara de Vereadores na tentativa de criar uma proteção aos bens de espectro cultural.

Quanto aos intelectuais que participaram dessa aliança, muitos se retiraram de cargos de direção dos órgãos municipais após a destruição do Cine-Teatro Ópera, voltando ao

a coordená-los a partir de 1997, a partir das mudanças na política local que tornaram a incentivar os tombamentos. É possível concluir que em seus discursos apresentam-se valores semelhantes à crítica da modernidade pela vertente romântica oferecida no século XIX. Em sua clara oposição à modernização industrial que destruía certas referências de uma memória coletiva, alguns evidenciaram as etapas da modernidade capitalista e indicaram a desagregação social manifestada no nível do espaço com o desenraizamento das populações. Pensamentos muito semelhantes ao de alguns autores citados na primeira parte deste trabalho, uma vez que se utilizavam da memória de um universo comunitário, regido por valores qualitativos, como base da sua argumentação. Quanto mais a modernidade progredia e desenvolvia sua lógica, mais suscitava a reação, por vezes apaixonada, desses grupos que buscavam, assim como William Morris, um paradigma social que pudesse representar uma sociedade diferente. Entretanto, cabe certo resguardo quanto ao discurso nostálgico, pois este pode tomar o passado em ser puramente mítico. Ao celebrar “os bons tempos”, muitas vezes, silenciou-se sobre o passado; por outras, houve a inclusão na celebração de forma que não aparecessem aspectos penosos para a comunidade: a submissão da mulher ao homem, a miséria, o esquecimento de outras culturas, o preconceito.

Foi possível ainda observar sobre o sentimento de pertencimento da população em relação ao patrimônio edificado, como parte da memória local, nem sempre se apresentou de forma uníssona, pois se a cidade é um complexo fenômeno em contínua transformação, seus habitantes também estão abertos às mesmas mutações. No entanto, a consciência preservacionista foi uma elaboração lenta, iniciada na década de 1970 e que ganhou proporções maiores com a destruição de edificações de valor cultural na década de 1990, que fora sentido nos anos seguintes diante de uma cidade de poucos vestígios de sua história no século XX. Desse modo, o assentimento da população, políticos, jornalistas ampliou-se e ganhou contorno maior nos anos 2000, já que dificilmente alguma edificação pode sofrer intervenção sem amplo debate público. Esse processo despertou uma parcela pequena da memória coletiva local, pois as edificações que não estão nos inventários oficiais continuam a ser destruídas, o que de certa forma leva a apontar que os descendentes dos colonos poucos de preocupam em manter os registros dos seus, seja como forma de afirmação do mito local, seja como fonte para pensar a sociedade futura ou ainda como garantia da identidade ante a veloz fragmentação do mundo hipermoderno.

Contudo, faz-se necessário apontar dois aspectos que, embora não se constituam no escopo desta pesquisa, não deixam de estar relacionados a ela: dois inventários

de Patrimônio Histórico Edificado. O primeiro, concluído em 2007 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Caxias do Sul e o ECIRS, ambos da Universidade de Caxias do Sul, exibem mais de uma centena de construções originais existentes na região rural da cidade de Caxias do Sul. Foram produzidos com vistas a sua preservação, já que se encontram em situação de risco. Outro aspecto diz respeito ao inventário de edificações urbanas, organizado no fim dos anos 1990 e lançado como símbolo da Capital Nacional da Cultura, título obtido em 2007. Algumas edificações estão em precário estado de conservação, enquanto outras passam por um processo de “revitalização” que descaracteriza e apazigua seu cenário, transformando-o em locais de comércio, casas noturnas e o *locus* de turismo que, em última análise, são enquadrados na indústria cultural.

Diante desses dois documentos, é possível observar aspectos abordados anteriormente e que podem repetir-se sobre as edificações de ambos os documentos. A metamorfose veloz da contemporaneidade recompôs a ação preservacionista com nítido objetivo do mundo da produção. Tendo em vista que a base econômica modifica-se mais rapidamente que as condições de produção, as alterações dos setores de cultura, já em atividade na Europa e em determinadas regiões do Brasil, apresentam-se no campo do patrimônio da cidade em ritmo acelerado.

Um novo debate abre-se ao observar que diversas edificações inventariadas começaram a ser produzidas em meados da década de 1990. Os motivos pelos quais o patrimônio cultural edificado passa a se tornar um projeto de políticas mais arrojadas nos últimos anos devem ser apurados com um olhar mais crítico, visto que a obstinação da preservação do patrimônio em escala mundial nos últimos anos reorganizou sua ação de forma a enquadrar-se no mercado consumidor.

Esse desenvolvimento acontece no conjunto da relação entre cultura e o mundo da produção. No caso da regulação da produção e do uso do ambiente construído, o patrimônio cultural edificado torna-se objeto de intervenção desses projetos, como é o caso Europeu. Entretanto, esses aspectos não se apresentam de forma contínua e semelhante nas diferentes cidades do mundo, já que os discursos referentes à preservação remetem a determinados valores localizados e, portanto, nem sempre homogêneos seja dos poderes públicos, seja privados.

O aumento da demanda por bens e serviços associados à cultura e ao lazer decorreu não só do aumento do grau de escolaridade da população, mas também do acelerado desenvolvimento alcançado tanto pelo meio da reprodutibilidade, quanto das obras artístico-

culturais.²⁵³ Essas transformações possibilitaram a produção de mercadorias de valor artístico em grande escala, o que desenvolveu a indústria cultural de massa e das grandes empresas de comunicação que difundem e banalizam o consumo de bens e serviços culturais. A inovação causada pelo desenvolvimento tecnológico foi acompanhada nas alterações da moda, do *design*, da propaganda, do cinema que, cada vez mais relevantes na economia contemporânea, tornou o lazer em atividades turísticas de grande escala.

A inovação cultural e a produção de bens e serviços de caráter artístico ganharam espaço e destaque na economia capitalista, o que determinou o novo lugar do patrimônio nos processos das atividades econômicas, afinal para a expressão da produção cultural é necessário a oferta de um repertório simbólico dinâmico que tenha interação com o ambiente. A sinergia entre o capital e o sistema cultural acaba gerindo a renovação da preservação das referências que alimentam também o ethos local.²⁵⁴ É preciso considerar que o patrimônio apresenta um repertório de estruturas simbólicas que alimenta a dinâmica cultural contemporânea.

Se esse tipo de inserção torna-se uma forma de controle dos grupos a partir da simbologia que força mitos e determinados acontecimentos em detrimentos de outros, é algo que merece uma investigação mais minuciosa, embora já se possa afirmar que esse repleto mundo simbólico, do qual o patrimônio faz parte, insere nas comunidades memórias, conceitos e estima alheia a sua.

Quando não se pode evitar a destruição do patrimônio das cidades, muitos grupos contrários à preservação rearticulam suas posições com objetivo de reificá-los a partir do seu potencial econômico. O próprio conceito de revitalização impõe à preservação sua metamorfose contemporânea, uma vez que seu caráter está identificado à utilização dos espaços para o exercício de atividades com fins comerciais, o que transforma a cultura local em cidade-mercadoria, valorizando artificialmente o solo urbano. Esse conceito de revitalização vai no sentido oposto ao da preservação do documento e, ao invés de utilizá-lo como objeto elucidativo das memórias, das práticas sociais e das desventuras da expansão urbana em determinados períodos, ganha uma nova significação que gera uma demanda de serviços, lazer e imputa valores a determinados grupos. Nesse sentido, garantindo a acomodação diante da espetacularização hipermoderna, que representa um repertório

²⁵³ BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 165

²⁵⁴ LINCH, Kevin. A Imagem das Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 12-17.

simbólico que atua sobre a dinâmica social do conjunto de habitantes e da dinamização do mercado imobiliário.

Por conseguinte, esta deve ser analisada com mais atenção, mesmo que a preservação não esteja ligada a uma grande indústria do entretenimento, acaba fazendo parte do seu reconhecimento como alternativa de valorização imobiliária e de áreas de lazer o que pode gerar efeito contrário à preservação da memória. Enquanto as edificações da zona rural estão na lista da irrelevância preservacionista, já que esses locais são alvo de novos condomínios residenciais que se tornaram moda nos últimos anos. O processo seletivo ainda permanece uma escolha de setores intelectuais e políticos, sem que, muitas vezes, identifiquem-se as construções de diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.²⁵⁵ A descaracterização pela “revitalização” associada à cultura de massa, pela lógica do consumo nas atividades de entretenimento e de turismo nos centros históricos e as reivindicações preservacionistas vão de encontro aos interesses de determinados grupos, empresários e governos que estão motivados pelo potencial das áreas para atividades de lazer, turismo e comércio. Isso deve ser um novo enfoque dado às pesquisas sobre esse campo, para que não passe despercebido as contradições urbanas. Afinal, o patrimônio não é neutro.

²⁵⁵ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 132.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul Tomo I 1964-1970, Caxias do Sul: Ed. Paulinas, 1971.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARANTES, Antonio Augusto (Org.). O Espaço da Diferença. São Paulo: Papirus, 2000.
- ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BENEVOLO, Leonardo. A História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 1967.
- BAUMAN, Zygmunt. A Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMER, Franklin. A História do Pensamento Moderno Europeu. Lisboa: Ed. 70, 2000.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshal. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- BERTUSSI, Paulo. In: Weimer, Günter (Org.). A Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 122.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural - entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio. Revista do Patrimônio, Rio de Janeiro. V.23, p.117-125, 1994.
- CAVALCANTI, Lauro. Encontro Moderno: volta futura ao passado. In: A invenção do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN MINC, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. No Limiar do século XXI. In: Tempo. Revista do Departamento de História UFF-V. 1 n°2, Rio de Janeiro: Relime-Dumará, 1996.
- CARTA DE PELOTAS. In: Patrimônio Ambiental Urbano. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1978.
- CASTRO, Sônia Rabello de. O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

- CATROGA, Fernando. In: SMOLKA, Ana Luíza. A Memória em Questão. Educação e Sociedade. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. V.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHARLES, Sebastien (org.) É Possível Viver o que Eles Pensam? São Paulo: Barcarolla, 2006.
- CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Cultura. Rio de Janeiro: MEC, n° 34. Abril- 1970
- CORREIA, Telma de Barros. A Construção do Habitat Moderno no Brasil – 1879-1950. São Paulo: Rima 2004.
- COSTA, Lygia Martins. De Museologia, Arte e Políticas de patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.
- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Departamento de Memória e Patrimônio Cultural. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2004.
- FACULDADE PORTO-ALEGRENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS. Educação e Patrimônio Histórico Cultural n° 25. Porto Alegre: Fapa,2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 2005.
- FRAMPTON, Kenneth. História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FRIZZO, Leoni Massochini. Industrialização de Caxias do Sul: da gênese às exportações. São Paulo: USP, 1997. Tese de doutorado em Geografia.
- GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. Casas de Negócio: 125 anos da Imigração Italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Brasília: IPHAN, 1999.
- GUIA DIDÁTICO DA ARQUITETURA DE CAXIAS DO SUL. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

- HABERMAS, Um Projeto Inacabado. In: ARANTES, O. ; ARANTES, Paulo. Um Ponto Cego do Projeto Moderno de Jürgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1996.
- HERÉDIA, Vânia Beatriz M. A Economia Imigrante no Desenvolvimento Regional In: GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto. (Org.) Imigração e Cultura. Caxias do Sul: Educs, 2007.
- HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória. Rio de Janeiro: Aeroplano/Ucam, 2000.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Arquitetura da Modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio- Cidades, n°23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio - Cidadania, n°24. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio - Museus, n°31. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.
- INSTITUTO CENTRO-BRASILEIRO DE CULTURA. Encontro do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural. Goiânia: ICBC, 2004.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos problemas. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LINCH, Kevin. A Imagem das Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LIPOVESTKY, Gilles. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. A Era do Vazio. Lisboa: Relógio d'água, 1990.
- LIPOVETSKY, Gilles. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2002.
- LÖVY, Michael. SAYRE, Robert. Revolta e Melancolia: O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995.
- LOWENTHAL, David. El pasado es un país extraño. Madrid: Akal Universitária, 1998.

- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: história de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Maneco Editora, 2001.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX*. Tese doutorado do PROPUR – Faculdade de Arquitetura UFRGS, 2008.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *O Patrimônio Cultural: entre o público e o privado*. In: *Direito a Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. Departamento do patrimônio Histórico, Secretaria Municipal da Cultura. São Paulo: DPH, 1992.
- MOCELLIN, Maria Clara. *A Distinção pelo Trabalho: trajetória e identidade de empresários na região nordeste do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado Unicamp, 2008.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Martins fontes: São Paulo, 2008.
- MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG - Território Brasília, 2002.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo: nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *O IPHAN e o papel na construção do conceito de patrimônio no Brasil*. Cadernos do CEOM – Ano 21 nº 29 – Bens Culturais e Ambientais.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: histórias e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PADILHA, Valquíria. *Shopping Center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- PIRES, Maria Coeli Simões. *Da Proteção ao Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. *Festa e Identidade: como se faz a Festa da uva*. Caxias do Sul: Educs, 2002. p.194.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. *Como se faz a Festa da Uva*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- RICOUER, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROLMIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ROSSI, Aldo. *Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins fontes, 2001.

- RUSKIN, J. As Sete Lâmpadas da Memória. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.
- RUSKIN, John. As Pedras de Veneza. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- RYKWERT, Joseph. A Sedução do Lugar: A história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme (Org.). Memória, Cidade e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: FNPM, 1987.
- SEGAWA, Hugo. Modernidade Pragmática: Uma arquitetura fora dos manuais. Revista Projeto. São Paulo: Ed. Projeto, n° 191, 1995.
- SOUZA FILHO, Carlos Marés de. Bens culturais e proteção jurídica. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal, Unidade Editorial, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. São Paulo: Loyola, 2004.
- UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. História e Teoria da Arquitetura no Rio Grande do Sul: O modernismo (1940-1970). Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.
- WEIMER, Günter. Tese de doutorado: Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. São Paulo: FAU/USP, 1989.
- WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade na História e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- WILLIAMS, Raymond. Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- I E II FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS. Caxias do Sul: EDUCS/EST, 1979.
- IX FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Contexto, 1998.
- ABREU, Capistrano. Capítulo da História Colonial. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1932.
- ADAMI, José Spadari. História de Caxias do Sul: 1864-1962. Caxias do Sul: São Miguel, v.1,s.d.
- ADAMI, José Spadari. História de Caxias do Sul: 1964-1970. Caxias do Sul: São Miguel, 1971.
- ÁLBUM COMEMORATIVO DO 50º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: s/e, 1925.
- ÁLBUM COMEMORATIVO DA 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Globo, 1950.
- ÁLBUM COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Globo, 1975.
- AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos. Porto Alegre: A Nação/IEL/SEC/DAC, 1975.
- BARDET, Gaston. O Urbanismo. Campinas: Papirus, 1990.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa/Portugal: Editora 70, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BEAUDRILLARD, Jean. Os Sistemas dos Objetos. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BERMAN, Marshal. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOSI, Alfredo. A Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. Lisboa: Presença, 1986.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002.
- CAMPOS, Cândido Malta. Os Rumos da Cidade: urbanização e modernização de São Paulo. São Paulo: Senac, 2000.

- CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.);VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo: paz e Terra, 1999.
- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- COELHO NETO, José Teixeira. Moderno e Pós-Moderno. São Paulo: Iluminus, 1998.
- CONSTANTINO, Núcia, S. de. O Italiano da Esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.
- COSTA, Ana Elísia da. A Evolução do Edifício Industrial em Caxias do Sul. Caxias do Sul: s/e, 2001.
- COSTA, Rovílio; BATISTTEL, Arlindo. Assim Vivem os Italianos. Porto Alegre: EDUCS/EST, v.1 e v.2, 1983.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. São Paulo: Difel, 1985.
- COSTA, Ana Elísia da (coord). (Projeto pesquisa). Modernidade e cultura de morar na serra gaúcha. Caxias do Sul: UCS, 2006.
- CORREIA, Telma de Barros. A Construção do Habitat Moderno no Brasil -1870-1950. São Paulo: Rima, 2004.
- DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- DACANAL, José Hildebrando. GONZAGA, Sérgio. RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- DE BONI, Luiz A.; COSTA, Rovílio. Os Italianos no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: UCS/EST, 1982.
- FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FREITAG, Bárbara. Dialogando com Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIRON, Loraine Slomp. As Sombras do Litório - o fascismo no RS. Porto Alegre: Parlenda, 1994.
- GIRON, Loraine Slomp. Caxias do Sul: evolução histórica. Caxias do Sul: UCS/EST, 1977.

- HABERMAS, Jürgen. *Arquitetura Moderna e Pós-Moderna*. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Problemas de Legitimação no Estado Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2000.
- HEREDIA, Antônio Carlos Guimarães. *O Humanismo de Hoje*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação – 1747/1915*. Porto Alegre: EDUCS, 2001.
- IOTTI, Luiza Horn. *O Olhar do Poder*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- LÖVY, Michael. SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: O romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do Tombamento e Escrita da História*. Curitiba: UFPR, 2000.
- MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.
- MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras Culturais*. Cotia/SP: Ateliê, 2002.
- MEIRA, Ana Lucia. *O Passado no Futuro da Cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- NESBITT, Kate. *Uma Nova Agenda para a Arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jathay (Org.). *Imagens Urbanas: diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- PIQUET, Rosélia (Org.); RIBEIRO, Ana Clara Tomas. *Brasil: território da desigualdade/ descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- POSENATO, Júlio. *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza (Org.); POZENATO, José Clemente. Cultura, Imigração e Memória: percursos e horizontes. ECIRS. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza. Festa e Identidade: como se faz a Festa da Uva. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- ROUANET, Sérgio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ROVEDA, Fernando. Memória e Identidade: Antônio Prado. Porto Alegre: MetrÓpole, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. A Cidade como um Jogo de Cartas. Rio de Janeiro: EDUFF, 1985.
- SANTOS, José Luiz dos. O que é Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SCHIAVO, Cléia (Org.); ZETTEL, Jaime (Org.). Memória, Cidade e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ/IPHAN, 1997.
- SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil- 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Morés. Bens Culturais e Proteção Jurídica. Porto Alegre: UE/Poa, 1999.
- SOUZA, M. de M. Parati: A Cidade e as Festas. Rio de Janeiro: FUNART/Instituto Nacional do Folclore, 1998.
- TINOCO, Livia Nascimento (Org.). O Ministério Público e a Proteção do Patrimônio Cultural. Goiânia: ICBC, 2004.
- WEIMER, Günter. Arquitetura: história, teoria e cultura. Porto Alegre: UNISINOS, 2000.
- WEIMER, Günter (Org.). Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- WEIMER, Günter. Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

FONTE PRIMÁRIAS / DOCUMENTOS MANUSCRITOS E IMPRESSOS

Leis e Decretos

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami Caxias do Sul:

Decreto Nº 1607 de 1º de junho de 1910. Assinado no Palácio do Governo em Porto Alegre pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Carlos Barboza Gonçalves Protásio Alves.

Correspondência enviada à Intendência – Período do Intendente Pena de Moraes. 26 de dezembro de 1919.

Decreto Municipal nº 3712 de 07 de agosto de 1974. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Caxias do Sul.

Decreto Municipal nº 4046 de 05 de agosto de 1976.

Decreto Municipal nº 4047 em 05 de agosto de 1976.

Decreto nº 80.978. Promulgado pelo Presidente da República Ernesto Geisel em 12 de dezembro de 1977.

Decreto Municipal nº 5681

Lei nº 2.750 de 22 de setembro de 1982 e Lei nº 2.899 de 17 de agosto de 1984.

PROCESSO Tombamento Nº 4.370/86.

Portaria nº 299 de 19 de setembro de 1988.

Ação Cautelar em Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural e Artístico de Caxias do Sul. Do: Ministério Público (promotoria de Justiça) Para: Juiz de Direito - Vara Civil da Comarca de Caxias do Sul. Cópia. 30/08/1991.

Decreto nº 3.963 e Lei Complementar nº 3.964 de 29 de dezembro de 1992.

LEI COMPLEMENTAR Municipal 3.964 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992.

Decreto Municipal nº 7.700 de 19 de abril de 1993.

Relatórios Oficiais, Ofícios e Correspondências Gerais.

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami Caxias do Sul:

Relatórios da Intendência 1893, 1920, 1927, 1948.

Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. Decreto nº 10 de cinco de março de 1893. Capítulo: “As construções”. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Código Administrativo do Município. Promulgado por Ato do Intendente Municipal, Coronel J.Penna de Moraes, sob nº9, de sete de dezembro de 1920.

Código Administrativo. Prefeitura Municipal de Caxias. Diretoria Geral de Obras e Viação. Parte Referente a Construções. Prefeitura Municipal de Caxias Edital fevereiro de 1927.

Prefeitura Municipal de Caxias. Diretoria Geral de Obras e Viação. Código Administrativo. Parte Referente a Construções. Edital agosto de 1927.

Cópia do Ofício nº 38/89 – GAMAPLAN – 02 de agosto de 1989.

Cópia do Ofício nº 52/91 – 12 de junho de 1991.

PARECER TÉCNICO Sobre o Ópera. De Luiz Carlos Cunha. Era doutor em arquitetura pela UFRGS.

Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS:

Ofício nº 30/79 do Museu Municipal para Diretoria Regional do Iphan Porto Alegre em 19/06/79.

Correspondência do dia 08/02/1984 enviada pelo Coordenador Regional IPHAN para Cel. Sérgio Secretaria Geral.

Correspondência do dia 15/02/1984 enviada pelo Deputado Vitor Faccioni para Tenente Coronel Ludovico, Assessor-Chefe Especial da Presidência da República. Palácio do Planalto Brasília DF. Gobatto repassou para o Ministério da Cultura.

Correspondência do dia 15/02/1984 Encaminhada pelo General Ruben Ludwig. Ministro-Chefe Casa Militar Presidência da República. Encaminhada a Luiz Henrique Abreu de Moraes e para o Professor Marcos Vilaça – Secretaria de Cultura Brasília DF.

Comunicado Interno do SPHAN-Pró-Memória. 18 de agosto de 1986.

Correspondência remetida pela Comissão de educação, cultura e Turismo da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul a Coordenação do IBPC-Porto Alegre RS. 28/08/1991.

Ofício nº 197/91/12º 28/08/1991. CR IBPC.

Ofício nº 198/91/12º 28/08/1991. CR IBPC.

Ofício PROJUR/RJ/nº 002/91. 28/08/1991. De procuradoria jurídica IBPC Rio de Janeiro para IBPC Porto Alegre.

Ofício 203/91/12º CR 05/09/1991. De: IBPC RS Para: IBPC Rio de Janeiro Sede – Setor de Assessoria Jurídica.

Ofício PROJUR/IBPC/RJ/Nº 003/1991 de 09/09/1991. De: Procuradoria Jurídica IBPC – Rio de Janeiro Para: IBPC RS a/c Coordenador Sr. Custódio.

Ofício Nº 256/91 de 10/10/1991. De: IBPC RS Para: Coordenadoria Jurídica IBPC – Rio de Janeiro.

Correspondência de Sérgio Pasquali aos cuidados do Senhor Curtis, diretor da 10º DR SPHAN RS. 1991.

Relatório sobre Patrimônio Histórico de Caxias do Sul. Levantamento Inicial, propostas e sugestões. Juventino Dal Bó, Liliana Alberti Henrichs e Anelise Cavagnoli.

Carta de Juca de Oliveira endereçada à Srº Eva Sopher, Presidente da Fundação Teatro São Pedro. Maio de 1986.

LAUDO TÉCNICO SOBRE O CINE TEATRO ÓPERA EM CAXIAS DO SUL. MINISTÉRIO DA CULTURA – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural 12º Coordenação Regional e SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Arquitetas Ana Lúcia Goelzer Meira (IBPC), Maria Cristina Hofer (IBPC) e Miriam Sartori Rodrigues (IPHAE). Porto Alegre, 30 de junho de 1993.

PARECER TECNICO DE 01 DE JULHO DE 1993. ANEXO do Engenheiro Civil Eugen Stumpf. CREA 53942 RS.

Ofício Nº 235/93/12ºCR/IBPC. 24/06/1993. De: IBPC – RS Para: Geni Pettefí Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Ofício acerca da realização de laudo sobre a preservação do Antigo Cine Teatro Ópera. Solicitava a contratação de vistoria para avaliação do potencial Cenotécnico do cine-teatro.

Texto original de Júlio Posentato, encontrado na Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul.. Número de registro: 72:325.54(450:816.5)P855a 1982.

FONTES SECUNDÁRIAS/JORNAIS E PERIÓDICOS.

Álbum da Festa da Uva 1954, 1958.

BOLETIM PÁGINAS MEMÓRIA

Jornal O Correio do Povo, 23/06/1979.

Jornal Folha de Caxias 28/05/1984.

Jornal Folha de Caxias 28/05/1984.

Jornal Folha de Caxias 22/10/1988.

Jornal Folha de Caxias 1989: 02/09; 16/12

Jornal Folha de Caxias 1990: 02/02; 03/02; 01/04; 30/04; 19/07; 29/09; 06/10; 11/12.

Jornal Folha de Caxias 1991: 03/01; 11/03; 04/04; 26/07; 27/07; 01/08; 12/08; 04/09; 05/07; 20/11.

Jornal Folha de Caxias 1993: 09/07; 17/07; 21/06; 06/07; 20/07; 21/06; 16/04; 24/04; 14/07; 19/07.

Jornal O Pioneiro. 1974 - 1975.

Jornal O Pioneiro. 30/03/1968.

Jornal O Pioneiro, 14/12/1974,

Jornal O Pioneiro, 20/11/1974.

Jornal O Pioneiro. 24/12/1985.

Jornal de Caxias. 7/09/1979.

Jornal Folha de Hoje. 14/03/1994.

Jornal FOLHA de HOJE 1993 – 1994.

MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°1, 1999.

MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°2, 2003.

MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°3, 2003.

MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°4, 2003.

MIRANTE: Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°5, 2003.

SEAAQ. Informativo Ano III n°15 outubro de 1993.

FONTES ORAIS DEPOIMENTOS

Banco de Memórias Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul:

Depoimento do Prefeito Mário Bernardino Ramos referente ao desenvolvimento e a orientação de modelo para administrar a Feira agroindustrial na década de 1970.

Liliana Henrichs, Entrevista cedida pela Prof.^a Liliana Alberti Henrichs em novembro de 2009 para esta pesquisa.

Odila Debastiani De Carli. Entrevista concedida pela vizinha dos proprietários, a família Tomazzoni. Gravada em 09/03/2000. E 10/09/2001.

Depoimento de Luiz Antonio Volcato Custódio – Diretor da 10^o Delegacia Regional – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Fundação Nacional Pró-memória. Porto Alegre, 10 de março de 1989.

Depoimento de Maria Rovea Pruneli.

Prof.^a Maria Beatriz Pinheiro Machado, Entrevista em maio de 2008, sobre o movimento preservacionista de Caxias do Sul.

Professor Juventino Dal Bó Entrevista realizada em novembro de 2007 para a realização da pesquisa de mestrado.

